

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

ANA CRISTINA CAMPOS RODRIGUES

JASÃO E A QUIMERA DE OURO
A RITUALIZAÇÃO DO PODER NA BORGONHA VALOIS
(1363-1558)

NITERÓI

2006

ANA CRISTINA CAMPOS RODRIGUES

JASÃO E A QUIMERA DE OURO
A RITUALIZAÇÃO DO PODER NA BORGONHA VALOIS
(1363-1558)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do Título de Mestre.

Área de Concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. RODRIGO BENTES MONTEIRO

NITERÓI

2006

ANA CRISTINA CAMPOS RODRIGUES

JASÃO E A QUIMERA DE OURO
A RITUALIZAÇÃO DO PODER NA BORGONHA VALOIS
(1363-1558)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em História Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre.

Aprovada em de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. RODRIGO BENTES MONTEIRO

UFF

Prof^a Dr^a GEORGINA SANTOS

UFF

Prof^a Dr^a JAQUELINE HERMANN

UFRJ

Niterói

2006

RESUMO

A presente dissertação pretende analisar o ducado da Borgonha no período Valois , por sua característica mais marcante. Na historiografia é lugar comum chamar sua corte de “esplendorosa”, “faustosa” e “magnífica”. A construção de intrincados rituais de corte valorizaria o príncipe. No entanto, todo esse luxo tem razão de existir, e o consideramos mais do que mera exibição do poder de uma casa nobre. Neste trabalho, os rituais de corte são parte desse poderio, que se perpetuou na casa Habsburgo, sua herdeira e sucessora. Para tal tarefa, nos concentramos nas memórias de um dos mais ativos e produtivos servidores ducais, o maitre d’hotel Olivier de La Marche, que funcionaram, mais do que registro, como ligação entre as duas casas nobres.

Palavras Chave: História, Rituais, Poder, Ducado da Borgonha (1363-1477), Países Baixos, Espanha Habsburgo, França Valois, Idade Média, Renascimento.

RESUMÉ

Ce travail analyse le duché de Bourgogne pendant la période des Valois, d'après sa caractéristique la plus enfatisée, la vie de cour. Dans l' historiographie, il est commun de rappeler sa court comme "splendide", "sompueuse" et "magnifique". La construction des rituels de la court pourraient renvoyer à une valorisation du prince. Mais ce luxe eut un motif: ainsi, nous le considérons au-delà d'une simple démonstration du pouvoir d'une maison noble. Dans notre point de vue, les rituels de court font partie même de ce pouvoir, dans la mesure où ils son perpetues dans la maison Habsburg, son heretière. Pour le prouver, nous analysons les mémoires d'un des plus actifs serviteurs de la maison bourguignonne, le maître d'hôtel Olivier de La Marche. Plus qu'un simple registre, les Mémoires furent la liason entre les deux maisons.

Mots-clé: Histoire, Rituels, Pouvoir, Duché de Bourgogne (1363-1477), Paÿs Bas, Espagne Habsburg, Fance Valois, Moyen Âge, Renaissance.

"Eu não devo ter medo.
O medo é o assassino da mente.
O medo é a morte pequena que traz a destruição total.
Eu irei enfrentar meu medo.
Eu irei permitir que ele passe sobre mim e através de mim.
E quando ele tiver passado,
Eu irei usar minha visão interior para ver seu caminho.
Onde o medo passou não existirá nada.
Apenas eu permanecerei."

Litania contra o medo Bene Gesserit – Frank Herbert

A meu primo,
Pedro Marcelo Pasche de Campos.
Por tudo. Apesar de tudo.
Pelo exemplo. Pelo apoio.
“Todo o amor que houver nessa vida”

Agradecimentos

À Deusa Mãe e Criadora pelo dom da vida e por me permitir usufruí-lo.

À CAPES, pela bolsa de financiamento concedida para a realização desta pesquisa.

Ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, na figura dos seus funcionários e professores, pelo auxílio e suporte, indispensáveis ao bom fluir deste trabalho. Nomear aqueles a quem devo um “obrigada” seria provavelmente repetir a lista de todos o que o integram. Mas em especial a Mario, Stella e Haydée, pela paciência ao explicar os meandros administrativos, esotéricos para não-iniciados como eu, e pelo auxílio para desbravá-los. Dentre os professores, destaco a minha dívida de gratidão aos que demonstraram de forma constante seu apoio: Rogério Ribas, Marcos Caldas, Carlos Gabriel Guimarães, Manuel Rolph. Ao professor Ciro Cardoso, pela aula sobre o estado borgonhês e as questões que suscitou. À professora Vânia Fróes, por todo o suporte à uma estudante de História Moderna, que tem bem mais do que um leve interesse no Medieval. À professora Georgina Santos, pelo interesse e os valiosos conselhos dados na banca de qualificação. Ao professor Mário Jorge, mais do que simplesmente um professor, um co-orientador e amigo.

E àquele que nunca, jamais, duvidou da minha capacidade, da minha motivação, do meu valor. Que não me deixou desanimar, que entendeu atrasos, crises e desabafos. Que me apoiou mesmo quando não concordava comigo. Alguém que me ensinou muito mais do que posso expressar em poucas palavras. Ao meu orientador Rodrigo Bentes Monteiro. Todo o espaço desta dissertação não seria suficiente.

Aos meus amigos, todos eles. Os inúmeros. Os virtuais. Os reais. Abelardo, Daniel, Carol, Aguinaldo, Roderico e todos os operários da Fábrica de Sonhos. Ao Octávio Aragão e todos integrantes da Intempol: Max (um agradecimento especial pelas quimeras...), Ivo, Well, Edu, Luiz Felipe, Lucio, Gerson, Alexandre “Lancaster”. Aos “Andarilhos da Tempestade” (ou “Errados de Gaia”). Ao Jorge pela revisão do “resumê” e ao Leonardo pelo auxílio informático.

Aos companheiros de Pós Graduação, pelos sufocos e pelo apoio. Adriano, Rafael, Marcelo, Jeane, Fillipo, Beatriz, Bruno “El Cid”, Alexandre. À companheira de orientação, Andrea. Aos velhos amigos, por terem persistido: Zé Luís, Berthier, Sandro, Carlos, Mário Sérgio, Ana Claudia, Anna Paula, Fernanda. Ao meu compadre, amigo e cúmplice Gabriel. Ao

Renato, pelo presente eterno que me deu. Ao Vitor, meu “irmão” distante. À Dani, tão fundamental para o meu equilíbrio nesse momento complicado, e Eve, irmãs que a Arte me trouxe (e ao Israel, pelas piadinhas incessantes sobre os malditos faisões). Enfim, todos que de um jeito ou outro contribuíram para o desenlace feliz.

E especialmente ao Mariano, cavaleiro andante, por ter confiado em mim, mesmo quando eu havia perdido a esperança. Por toda a sua ajuda e apoio. Espero que a confiança tenha se justificado. *Merci, mon cher loup garou.*

A toda a minha família, meu nó de segurança. A Phoebe, cachorra doida, companheira peluda das insones madrugadas. Ao Pedro, se a dedicatória não for agradecimento suficiente. Às minhas irmãs (apesar de tudo) e aos meus pais, por todo, todo o apoio incondicional que sempre me deram.

E a Miguel, meu filho, por continuar não facilitando uma linha. Quanto mais difícil, mais gostoso.

A todos aqueles que me ajudaram a superar o medo, a morte pequena. No momento em que precisei, seguraram minha mão para permitir que ele passasse; no final, restamos nós e o fruto da nossa união.

Niterói, 14 de março de 2006

SUMÁRIO

Introdução: A Borgonha Valois entre a Idade Média e o Renascimento	1
Capítulo I: Os grandes duques do Ocidente	12
1.1 – Um estado compósito?	12
1.2 – Casamentos e diplomacia borgonhesa	24
1.3 – Entre o uno e o dual	35
Capítulo II: O serviço pela palavra	44
2.1 – Literatura na corte	45
2.2 – Uma cultura borgonhesa?	52
2.3 – Olivier de La Marche	63
Capítulo III: A esplendorosa corte	75
3.1 – A política ritual borgonhesa	75
3.2 – O duque como centro	85
3.3 – Palcos políticos	96
3.4 – Os “votos do faisão”	100
Capítulo IV: A fênix borgonhesa	107
4.1 – O “cavaleiro deliberado”	108
4.2 – O príncipe perfeito	115
4.3 – A herança da esplendorosa corte	125
Conclusão	133
Bibliografia	137
Anexos	146

Lista de imagens e Anexos

Anexo 1 – Cronologia	146
Anexo 2 – Transcrição de MOLINET, Jean. <i>Cy commence la tres desiree et prouffitable naissance du tres illustre enfant Charles dautrice filz du tres puissant prince mōseigneur larcheduc tres redoubte prince laquelle nativite a este cōpose par ung fatiste apelle Molinet. Valenciennes, s. ed., 1501</i>	155
Figura 1 – Mapa das possessões borgonhesas	160
Figura 2 – Poço de Moisés (detalhe) – Claude Sluter	161
Figura 3 – Madonna do Chanceler Rolin – Jan Van Eyck	162
Figura 4 – Adoração dos Reis Magos – Roger Van der Weyden	163
Figura 5 – Felipe, O Bom – Roger Van der Weyden	164
Figura 6 – Carlos da Borgonha – Roger Van der Weyden	165
Figura 7 – Carlos da Borgonha – Peter Paul Rubens	166

Introdução:

A Borgonha Valois entre a Idade Média e o Renascimento.

“Depois da Idade Média nunca mais os pecados capitais do orgulho, da ira e da cobiça se apresentam com a descarada insolência com que se manifestavam nos séculos precedentes.

Toda a história da Casa da Borgonha é um poema do orgulho heróico: o ato de bravura cavaleiresca que deu origem à fortuna de Filipe, O Audaz, a inveja amarga de João Sem Medo, e o desejo de represálias que se seguiu a sua morte, o amor do fausto desse outro Magnífico, Filipe, O Bom, e, por fim, a louca temeridade e a obstinação do Temerário.”¹

O século XV na França foi marcado por um sem número de guerras e conflitos. Ao embate com a Inglaterra, causado por questões dinásticas, somou-se a rebeldia e a independência de alguns mais poderosos pares do Reino. Os nobres brigavam com o rei e entre si, dividindo e assolando o território.

Quadro diferente do apresentado por um emblemático livro sobre a cultura da Europa nos séculos XIV e XV, a principal obra do suíço Jacob Burckhardt. Publicado originalmente em 1860, *A cultura do Renascimento na Itália*² é um ensaio historiográfico

¹ “Après le Moyen Âge, les péchés capitaux d’orgueil, de colère e d’avarice n’ont plus retrouvé l’insolence éhontée avec laquelle ils s’étaient dans la vie des siècles antérieures.

Toute l’histoire de la maison de Bourgogne est un poème d’orgueil héroïque: l’acte de bravoure chevaleresque qui donna naissance à la fortune de Philippe le Ardí, l’envie amère de Jean sans Peur, et le decir de représailles qui suivit sa mort, l’amour du faste de cet autre Magnifique, Philippe le Bon, et, en fin, la folle témérité et l’obstination du Téméraire.” HUIZINGA, Johan. *L’automne du Moyen Âge*. Paris: Payot, 2002. pp. 53-4.

² BUCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991. Esta é a obra mais conhecida de Burckhardt e a única disponível em edição brasileira, além da coletânea de suas cartas – *Cartas*. São Paulo: Topbooks, 2003. Exponente da *Kulturgeschichte* alemã do século XIX, o professor universitário basileu dedicou-se a diversos temas, como a vida do imperador Constantino (*Die Zeit Constantins des Grossen*, 1853), um guia de arte italiana (*Der Cicerone: Eine Anleitung zum Genuss der Kunstwerke Italiens*, 1855), além de notas de aula organizadas postumamente, sobre a História de forma geral (*Weltgeschichtliche Betrachtungen*, s.d.) da qual há uma tradução espanhola (*Reflexiones sobre la historia universal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1953). Reflexões específicas sobre sua obra são muitas, e aqui podemos apontar os artigos de Délio Cantimori (“La biografia de Burckhardt”, “La correspondência de Burckhardt”, “Las ‘Reflexiones sobre la historia universal’ de Burckhardt”, que são, respectivamente, resenha sobre a biografia escrita por W. Kaegi, a crítica à edição italiana das cartas e o texto introdutório da tradução de uma seleta das cartas de Burckhardt, in *Los*

que se sobressaiu dentre seus contemporâneos, por tratar-se “de uma obra que escapava completamente aos ditames da história ‘tradicional’ produzida”³ no século XIX. Não significa, no entanto, dizer que sua obra estava solta. Vinculava-se profundamente a *Kulturgeschichte* que então começava a surgir na Alemanha, sendo inclusive considerado um dos seus principais nomes.⁴ Ranke foi seu professor, e segundo um biógrafo a ele deveu parte de sua postura enquanto historiador, mas sua conceituação de Renascimento veio da obra de Michelet.⁵ Destacou-se, principalmente, no que tangia à sua visualização do político, integrando-o ao cultural, acentuando as múltiplas características do exercício do poder.

Não foi por menos que usou a metáfora do “estado como obra de arte”, título da parte em que analisou as formas políticas no Renascimento, concebendo a estrutura política dos estados na Península Itálica da Alta Idade Moderna como resultado de um processo de construção disposto por uma razão de estado. Uma estrutura que buscava legitimar-se através do exercício da força física, mas também pelas demonstrações de opulência e fausto, já que, por vezes, lhe faltava uma base de legitimidade dinástica.

Foram as sobrevivências dessas demonstrações que impressionaram Burckhardt. Uma das poucas vezes em que deixou sua Basileia natal foi justamente para conhecer a Península Itálica, viagem que o marcou profundamente, deixando-o fascinado com as obras de arte que encontrou. Escreveu inclusive um guia pelas cidades italianas e suas obras de arte, intitulado *Der Cicerone*, “O Cicerone”.⁶

As múltiplas composições nas quais se dividia, no século XV, a atual Itália, surgem em seu livro como o grande ponto focal de uma mudança que então se iniciava. Não há como negar a excelência da análise de Burckhardt, influente até hoje como referência em

historiadores y la historia. Barcelona: Ediciones Península, 1985, pp. 63-125), o estudo sobre a forma burckhardiana de escrever a história feito por Peter Gay (“Burckhardt” in *O Estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp. 131-166), a introdução de Arnaldo Momigliano à tradução de *Griechische kulturgeschichte* (“Introducción a la *Griechische kulturgeschichte* de Jacobo Burckhardt” in *Ensayos de historiografía antigua y moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, pp. 248-256), e, em um tom completamente distinto, o ensaio de Otto Maria Carpeaux sobre o quê de visionário que Burckhardt teria, devido ao tom pessimista sobre sua própria época presente em sua obra. (“Jacob Burckhardt: profeta da nossa época” in *Ensaio Reunidos*. São Paulo: Topbooks, 2005).

³ GOUVEA, Maria de Fátima. “A história política no campo da história cultural”, *Revista de História Regional*, Vol. 3. - nº 1 - Verão 1998, disponível em <http://www.rhr.uepg.br/v3n1/fatima.htm#29>.

⁴ CANTIMORI, D. “La biografía...”, Op. Cit., p. 75.

⁵ Idem. “Reflexiones...”, Op. Cit., p. 115.

⁶ Idem. “La biografía...”, Op. Cit., p. 76.

trabalhos sobre o período. Em seu livro surge um panorama amplo dos séculos XIV e XV na Itália. Abrange diversos aspectos sobre a cultura e a política, integrando-os no quadro do Renascimento. Como poucos, soube entender o espírito dessa época. Não foi o criador do conceito ‘historiográfico’ de *Renaissance*, que era usado no século XVII para fazer “referência ao ressurgimento da Antiguidade Clássica através das letras e das artes”, sem um aprofundamento teórico.⁷ Se Michelet apreciou a transformação cultural e a redescoberta do mundo, foi através do ensaio de Burckhardt que a noção de Renascimento difundiu-se e tornou-se uma referência periódica e geográfica – afinal refere-se à Itália. E o senso comum assume essa concepção até hoje.⁸

Nesse panorama, o que mais deslumbrou o pensador suíço não foram as grandes obras arquitetônicas, pictóricas ou as esculturas. O objeto mais presente no seu texto é o homem desta época, com todas as características de uma nova era que iniciava. Pois os homens italianos desse período já não apresentavam, em sua visão, nada de medieval. Considerando-se o centro do universo, com qualidades inigualáveis, eram brilhantes, fortes, ágeis, sagazes, capazes de tudo e em muito superiores aos demais europeus. Para Burckhardt, a Itália quatrocentista era uma ruptura definitiva com os tempos medievais, iniciando a Modernidade, que dali se alastraria para o resto do continente. Claro que este retrato carregado de tintas fortes já foi muito discutido. Eugénio Garin, na introdução de uma coletânea de artigos versando justamente sobre os “tipos” renascentistas, analisou justamente essa visão burckhardtiana, que daria um enfoque muito maior a uma possível ruptura, sem ver os níveis de continuidade.⁹

Como em sua análise das figuras responsáveis pelos governos na multifacetada península da época. Os príncipes tratados por ele são perspicazes e argutos. Precocemente, detinham, no século XIV e XV, o poder segundo os princípios políticos cristalizados na obra de Maquiavel. Os demais príncipes europeus faziam figuras patéticas, humilhadas pela superioridade dos italianos. Guiados pela razão, os governantes estudados por Burckhardt

⁷ MONTEIRO, Rodrigo Bentes e RAMUNDO, Walter Marcelo. “O estado de Bodin no estado do homem renascentista” in *Revista de História*. Departamento de História da Universidade de São Paulo. São Paulo: Humanitas, 2005, n.º 152, pp. 189-214.

⁸ Idem, p.192; CANTIMORI, D. “La biografia...”, Op. Cit., p. 77. Sobre Michelet e o Renascimento, FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. São Paulo: Scritta, s.d.

⁹ GARIN, Eugénio. “O homem renascentista”. in *O homem renascentista*. Lisboa: Presença, 1991, pp. 9-16.

eram mecenas com tino comercial, que buscavam valorizar suas obras de arte e os artistas que as produziam.

Essa concepção de um arquétipo de “príncipe” renascentista, guiado pelo paradigma de Maquiavel em seu tratado, foi bastante revista nos últimos tempos pela historiografia. John Law, em artigo no citado livro de Eugénio Garin, criticou essa concepção “burckhardtiana” do governante renascentista, pois esta sobrevalorizaria mudanças que no seu entender seriam apenas de superfície e circunstanciais. O príncipe do Renascimento seria, para Burckhardt, cínico, cruel e egoísta, tendo como motivação o desprezo pelo conceito medieval de cristandade, como a devoção e o respeito ao Papa. Seriam guiados por um espírito de governo novo e abertos para mudanças cuidadosamente planejadas. Os príncipes italianos estariam acima dos demais governantes.

Isto é errôneo, segundo John Law, por ver uma ruptura abrupta com o medieval. No Renascimento, as bases onde o poder buscava sua legitimidade, mesmo o dos *condotieri*, eram as mesmas durante a Idade Média, na ligação com a cristandade, a procura de uma linhagem estabelecida e reconhecida. Mesmo as mudanças estruturais na forma de governar não eram profundas. Os governantes eram violentos, inconstantes, sem o calculismo incensado por Maquiavel.¹⁰

A obra de Burckhardt instigou um amplo debate no início do século XX. Sua discussão sobre o Renascimento italiano causou forte impressão em um historiador holandês. Foi nesse espírito, de debate com *A cultura do Renascimento na Itália*, que nasceu outro clássico da historiografia sobre os séculos XIV e XV. Johan Huizinga, historiador holandês, escreveu seu livro mais conhecido em 1919, mas tem uma obra extensa, em livros e artigos, sobre questões diversas.¹¹

¹⁰ LAW, John. “O príncipe” in GARIN, E.(org) *O homem renascentista*, Op. Cit., pp. 19-36.

¹¹ A produção do pensador holandês é extensa e abrange diversos aspectos, infelizmente pouco foi traduzida para o português, com exceção de *O declínio da Idade Média* (São Paulo: EDUSP, 1984), tradução da edição condensada em inglês, e de *Homo Ludens* (São Paulo: Perspectiva, 2001), um estudo sobre o hábito do lúdico e do jogo nas sociedades. Mas seus livros, escritos originalmente em holandês, foram traduzidos para outras línguas, como o espanhol e o inglês. Podemos ainda destacar sua biografia de Erasmo de Roterdã, *Erasmus and the age of reformation* (Nova Iorque: Dover Publications, 1952). Sobre o autor e sua obra, de forma geral, KULL, Essel. “In the mirror of Van Eyck: Johan Huizinga’s *Autumn of the Middle Ages*” *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, 27:3, Outono 1997, pp. 353-381; LE GOFF, Jacques. “À propos de l’*Automne du Moyen Age*” in HUIZINGA, J. *L’Automne...*, Op. Cit., pp. 9-21; PETERS, Edward e SIMONS, Walter P. “The new Huizinga and the old Middle Ages”, *Speculum*, 74, 1994, pp. 587-620; PAULA, João Antonio de. “Lembrar Huizinga (1872-1945)” in *Nova Economia. Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG*, vol. 15, n° 1, janeiro-abril 2005, pp. 141-8.

Tendo como título original *Herfsttij der Middeleeuwen*, literalmente “outono da Idade Média”, recebeu na tradução francesa de 1932, feita sob a supervisão do autor, e na versão condensada norte-americana de 1924 o nome de “O declínio da Idade Média”, que foi corrigido nas edições posteriores.¹² Além de ser um contraponto à obra de Jacob Burckhardt, foi influenciada pelo modelo de história cultural que o autor suíço pretendia fazer.¹³

O título caracterizaria o seu objeto de estudo central, a cultura franco-flamenga dos séculos XIV e XV, como “um outono animado, de forma alguma morto”.¹⁴ Usou o termo por ver nas transformações do período não os estertores finais da Idade Média, mas as sementes que iriam dar origem aos “tempos modernos”, pois como aponta Jacques Le Goff, “se perguntássemos a Huizinga qual seria o sujeito fundamental de seu livro, ele falaria de uma ligação íntima entre a Idade Média e o que chamamos de Renascimento”.¹⁵

Esta obra ajuda a refletir sobre a questão da compartimentação da História em períodos de características comuns e definidas. Usando as metáforas das estações do ano, sua Idade Média não seria estéril como a “longa noite de mil anos”, que muitos defendiam ter caído sobre a Europa. Tornou-se referência para uma série de pesquisadores, como Marc Bloch, Lucien Febvre, Ernst Kantorowicz e Norbert Elias, e foi considerado uma espécie de pioneiro por Georges Duby, Jacques Le Goff, Alain Gurevich e Peter Burke.¹⁶

Ao defender a aproximação ao estado mental da sociedade franco-borgonhesa do século XV, aproxima-se de um ideal de vida aristocrático, relegando ao segundo plano outras camadas sociais. No entanto, faz isso de uma maneira particular. Segundo Edward Peters e Walter Simons, “o destino peculiar de Huizinga foi a de ter tentado uma ponte entre a sensibilidade da historiografia do século XIX e as demandas modernas das ciências sociais”.¹⁷

¹² Esse livro de Huizinga recebeu uma edição brasileira em 1984, pela EDUSP. Infelizmente, trata-se, como dissemos em nota anterior, da tradução da versão condensada em inglês. Para o nosso trabalho, preferimos usar uma edição recente, em francês, que segue a tradução supervisionada por Huizinga. HUIZINGA, J. *L'Automne du Moyen Age*. Op. Cit.

¹³ KULL, E. Op. Cit., p. 356.

¹⁴ “...si l’on aviat demandé a J. Huizinga quel était le sujet fundamental de son livre, il aurait parlé d’abord de l’imbrication intime du Moyen Âge et de ce que nous appelons la Renaissance” LE GOFF, J. Op. Cit., p. 10.

¹⁵ Idem.

¹⁶ “Huizinga’s peculiar fate was to have tried to bridge nineteenth-century historical sensibilities and the modern demands of the social sciences...” PETERS, E. e SIMONS, W. P. Op. Cit., pp. 614-616.

¹⁷ Idem, p. 619.

Com sua análise da literatura, pintura e demais manifestações sócio-culturais desse século, o historiador nos faz pensar. O que seria essa “Idade Média” que entrava em seu outono, como caracterizar o “Renascimento”, que para Burckhardt iniciava-se na Itália? A discussão pode a primeira vista parecer ultrapassada. No atual estado da “ciência histórica”, com seu intenso contato interdisciplinar e multifacetado, parece pequeno querer continuar a rotular períodos históricos com etiquetas estanques como “Idade Moderna” e “Idade Média”. Porém, é um problema constante. Délio Cantimori lembra que dificilmente o historiador consegue fugir dessa reordenação do material historiográfico. Há que ter, portanto, consciência do uso dessas interpretações que são os conceitos, e o fazer criticamente. Definir o Renascimento em total oposição à Idade Média seria diminuir a própria riqueza desta época para o historiador.¹⁸

Mas a visão de uma distinção abrupta entre ambos os períodos permanece em diversos trabalhos. Enquanto outros historiadores defendem uma continuidade extensa. Como Jacques Le Goff, que em artigo defendeu a Idade Média encerrada somente no século XIX, e Emmanuel Le Roy Ladurie, ao fornecer uma interpretação geral para o período entre os séculos XI e XIX.¹⁹

Johan Huizinga indicou, por diversas vezes, em seu constante diálogo com a obra de Burckhardt, que havia intensos pontos de contato entre a definição de Renascimento do pensador suíço, resumida à Península Itálica, e o que acontecia na França e nos Países Baixos do século XV. A busca por um ideal de beleza, por exemplo. Burckhardt analisou o *quattrocento* italiano como caracterizado por um “desejo de uma vida de beleza”, mas Huizinga dizia que:

“Nesse ponto, como em outros, a linha de demarcação foi marcada com força em demasia entre a Idade Média e o Renascimento. Os meios de embelezamento da vida adotados pelos florentinos são os velhos motivos medievais.”²⁰

¹⁸ CANTIMORI, D. “Johan Huizinga” *Los historiadores*. Op. Cit., p. 343.

¹⁹ LE GOFF, J. “Pour un long Moyen Âge”. *Europe Le Moyen Âge maintenant*, Out. 1983 e *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1980 e LADURIE, E. Le Roy. “L’histoire immobile”, *Annales – E. S. C.*, 29, 1974, pp. 673-682. Laura de Mello e Souza refletiu sobre essas questões em artigo recente. MELLO E SOUZA, Laura de. “Idade Média e Época Moderna: fronteiras e problemas” *Signum Revista da ABREM*, vol. 7, 2005.

²⁰ “Ici, comme ailleurs, la ligne de demarcation a été trop fortement tracées entre le Moyen Âge et la Renaissance. Les moyens d’embellissement de la vie qu’adoptent les Florentins ne sont que d’anciens motifs médiévaux (...)” HUIZINGA, J. *L’Automne...*, Op. Cit., p. 69.

Complementando a afirmativa acima, estes “velhos motivos medievais”, para Huizinga, seriam a cavalaria, o refinamento aristocrático e a busca pela perfeição das formas, ou seja, o embelezamento da vida. ²¹ Mesmo que na Itália tenham sido descortinados os novos horizontes da estética e da beleza, buscando elevar a vida ao *status* de uma obra de arte, não foi o “Renascimento” italiano que os inventou. Pois a arte francesa e flamenga do período, apesar de ingênua e rígida, estava dentro do espírito de magnificência que Burckhardt via nas pinturas italianas. Aliás, o próprio se rendeu a isso, ao observar a influência dos irmãos Van Eyck na pintura italiana no referente à representação de paisagens. ²²

Mais importante no caminho que iremos percorrer, Huizinga traçou semelhanças em um aspecto ainda mais caro a Burckhardt: o caráter dos príncipes. E o fez comparando o comportamento dos governantes italianos, exemplares para o historiador suíço, às atitudes daqueles que, na análise feita por Huizinga, constituíram-se pontos centrais na história européia – e principalmente francesa – do século XV: os duques Valois da Borgonha.

Vassalos do rei da França, no decorrer dos mais de cem anos em que a linhagem durou, demonstraram espírito de independência e rebeldia, aliando-se a inimigos históricos do reino, como Inglaterra e Sacro Império. Senhores de vasto território, que incluía regiões da próspera Flandres, foram escolhidos por Huizinga para serem os símbolos do “outono” que buscou caracterizar. Não raro, utilizou-os em contraponto a personagens italianas consideradas por Burckhardt.

No seu livro, o historiador suíço apontou que “os traços medievais no caráter de Carlos [último duque Valois da Borgonha], suas aspirações e ideais cavaleirescos, há muito haviam se tornado incompreensíveis para os italianos”. ²³ Huizinga opôs-se a isso, afirmando que

“Lorenzo Médici, assim como o Temerário [epíteto do Duque da Borgonha], tinha ainda o ideal cavaleiresco como a forma mais nobre da vida, e, malgrado sua

²¹ Idem, p. 68.

²² Idem, p. 71, e BURCKHARDT, J. *A cultura do Renascimento*, Op. Cit., p. 181.

²³ Idem, p. 13.

bárbara magnificência, tinha nos duques da Borgonha, em certos pontos de vista, como seus modelos.”²⁴

Além de descaracterizar a configuração de príncipe renascentista de Burckhardt, afirmando que um dos mais poderosos dentre eles era alguém que tinha o ideal cavaleiresco como modelo de vida, aprofundou esse ponto. Afirmou ser a corte da Borgonha um modelo para a Itália renascentista, contrariando Burckhardt, que via a península como centro irradiador de uma nova cultura.²⁵

Não nos cabe aqui estender as comparações e contrastes entre Johan Huizinga e Jacob Burckhardt. O livro do holandês foi escrito, mais de meio século depois, como resposta ao ensaio do pensador suíço, aspecto que transparece nas diversas passagens em que Huizinga se refere à Burckhardt. Mas podemos dizer, em resumo, que Huizinga discordava da diferença tão estanque que Burckhardt fazia entre Renascimento/Itália e Idade Média/restante da Europa.

Marco inicial do Renascimento italiano para Jacob Burckhardt, outono da Idade Média para Johan Huizinga, transição entre feudalismo e capitalismo para Maurice Dobb, o século XV pode ser definido de várias maneiras.²⁶ Quando se situa o marco entre Idade Média e Idade Moderna em 1453, com a tomada de Constantinopla, este século fica dividido, quase que igualmente, entre medieval e moderno, mostrando o caráter múltiplo e de difícil limitação da época. Desta forma caracteriza-se a Borgonha Valois. Cavaleiresca e cortesã, diplomática e guerreira, mística e prática, emotiva e racional, ela não pode ser classificada como “moderna” ou “medieval”.

Representação do poder dos duques, a corte que os envolvia também se caracterizava assim. Entre torneios e jantares, votos de cruzada e normas de etiqueta, casamentos e revoltas urbanas, configurou-se uma forma de poder, que aos poucos ultrapassou os limites impostos por sua condição de submissão ao rei da França.

²⁴ “Laurent de Médicis, tout comme le Téméraire, salue encore dans l’idéal chevaleresque la forme la plus noble de la vie, et, malgré leur barbare magnificence, il voit dans les ducs de Bourgogne, à certains points de vue, ses modèles” HUIZINGA, J. *L’Automne...*, Op. Cit., p. 69.

²⁵ Além da citação acima, da observação de Huizinga sobre a influência do “Temerário”, Ray Strong fala das fortes influências do ritual borgonhês em cortes renascentistas. Este tema será desenvolvido no terceiro e no quarto capítulo. STRONG, Ray. *Banquete*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

²⁶ DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

Essa discussão entre Idade Média e Renascimento conduz-nos ao cerne do que pretendemos tratar aqui. Como, no século XV de transformações e mudanças, uma corte principesca estabeleceu um poder quase autônomo, que ao se expandir chegou a almejar a realeza. Mais do que comprovar essa aspiração, expressa não somente na historiografia sobre a Borgonha, mas também nas fontes da época, a presente dissertação visualizará e analisará como esta forma de pensar o seu próprio poderio político realizou-se nos mais diversos campos da vasta cultura borgonhesa.

Se os duques eram mecenas, utilizavam isto também como maneira de demonstrar seu poder. Estabeleceram relações diplomáticas complexas de forma a melhor apoiar esse objetivo. Até mesmo os elaborados rituais de corte da Borgonha, que influenciaram nas sociedades de Antigo Regime, tinham como principal objetivo realçar a figura do príncipe e exaltá-lo como governante ideal. Na descrição dessas maneiras ritualizadas, presente nas obras dos memorialistas da corte, havia algo de propaganda, além da exaltação.

Não há como esquecer trabalhos anteriores que também se debruçaram sobre este ducado e suas configurações sócio-políticas. As biografias escritas por Richard Vaughan, cada uma envolvendo um dos quatro duques da linhagem, e o grande apanhado geral de Joseph Calmette são essenciais. O caminho será mais definido, no entanto, pelos apoios teóricos. Pois o poder borgonhês é, em grande parte, simbólico e cortesão, sustentado em um aparato quase teatral de Estado, destinado a fixar as representações que definiam o papel principesco do senhor da Borgonha, em uma estratégia de propaganda sustentada também na literatura.²⁷

É com base em obras específicas de historiadores sobre a Borgonha combinados a tratados mais teóricos e de cunho sociológico, analisando crônicas e memórias dos servidores borgonheses, que procuramos entender como se deu o processo de construção do poder e da imagem do duque que se opôs ao rei. Para tal, dividimos a dissertação em quatro capítulos.

²⁷ VAUGHAN, Richard. *Philip the Good: The apogee of Burgundy*. Nova Iorque: Boydell & Brewer, 2002 e *Charles the Bold: The last Valois duke of Burgundy*. Nova Iorque: Boydell & Brewer, 2002; CALMETTE, Joseph. *The golden Age of Burgundy. The magnificent dukes and their courts*. Londres: Phoenix Press, 2001; BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1988; BROWN, Andrew. “Bruges and the burgundian ‘theatre –state’: Charles the Bold and Our Lady of the Snow”, *History*, vol. 84, n. 276, 1999, pp. 573-587; CHARTIER, Roger. *História Cultural. Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand Brasil/Difel, 1992 e NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII- XVI)*. Madrid: EDEUMA, 1988.

No primeiro, montamos o cenário no qual esses duques surgiram e onde circulavam. Faremos uma breve exposição da formação do território em poder do duque da Borgonha – a “Grande Borgonha”, pensada como possível Estado. A sua própria montagem, por meio de uma estratégia de expansão, que combinava uma política de casamentos dinásticos e guerras, será tratada pensando os elementos de união e atração entre os elementos que a compunham. Sem esquecer as turbulentas relações com a coroa francesa, e a ascensão de uma cultura distinta, não interrompida com a morte do duque Carlos em 1477.

A seguir, tratamos do meio de difusão dos rituais de corte e do ideal de poder desses príncipes, ou seja, a palavra. Apresentaremos a problemática da literatura na história, principalmente a de cunho ‘historiográfico’ no século XV, freqüentemente, a serviço de um poderoso mecenas. Na corte da Borgonha, a literatura, memorialista principalmente, foi usada de forma consciente. Inúmeras obras foram escritas, adaptadas e traduzidas, de acordo com uma intencionalidade que fazia parte da política borgonhesa. Iremos traçar um panorama breve dessa produção literária, concentrando-nos em três autores: o português Vasco de Lucena, o flamengo Georges Chastellain e principalmente, o borgonhês Olivier de La Marche.

A ritualização do poder por meio dos rituais descritos em crônicas é o foco do terceiro capítulo. A principal característica dos duques Valois da Borgonha, pelo menos a mais marcante na historiografia, foi a elaboração de um cerimonial de corte, um “teatro-estado borgonhês” nas palavras de Andrew Brown, repensando o conceito de Clifford Geertz. E isso se apresenta nas memórias de Olivier de La Marche, nas quais nos baseamos para ver as cerimônias como afirmação do poder, dando destaque ao Banquete do Faisão, ao casamento de Carlos com Margarida de York, e às cerimônias da ordem do Tosão de Ouro.

No quarto e último capítulo, o renascer de uma fênix improvável. Carlos V, imperador do Sacro Império e Carlos I de Espanha, surge como herdeiro da Borgonha. Nascido e criado em Gand, nos Países Baixos borgonheses, um dos soberanos mais poderosos do século XVI implementou na corte espanhola os modos utilizados pelos seus ancestrais. Sua própria forma de agir e pensar pode ter sido influenciada por essa herança.

É tempo de começar esta jornada às terras e costumes da Borgonha dos Valois. Um país estranho e familiar, que fascina, ao mesmo tempo trazendo a reflexão sobre a natureza e a manifestação do poder.²⁸

²⁸ Paráfrase ao título do livro de LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. New York: Cambridge University Press, 1988.

Capítulo I

Os grandes duques do Ocidente.

“De fato, a Borgonha não foi desenhada pela natureza, que apenas providenciou um eixo no qual diversas vias convergiram. É uma criação do homem. Ao redor de uma cadeia estrelada de altos vales, cujos rios correm em todas as direções, um povoamento humano formou-se, variando de tamanho com o tempo. Coisas diferentes foram feitas em períodos diferentes; a história fez escolhas entre as várias possibilidades oferecidas pela geografia.”¹

Antes de nos determos nos rituais de poder dessa corte, cabe abrir o panorama no qual ela acontecia. Uma intrincada teia de territórios, diferentes entre si nos costumes, direito, língua, formaram um bloco único, mas não unitário, sob o poder destes quatro duques – Filipe, O Audaz (1363-1404); João Sem Medo (1404-1419); Filipe, O Bom (1419-1467) e Carlos, O Temerário (1467-1477).

A expansão destes limites geográficos combinou guerras, casamentos e uma tensa relação entre duques e seus súditos do Norte. Este capítulo apresenta a construção de uma “grande Borgonha”, fruto da intervenção humana da força política dos duques. Daremos destaque aos conflitos com França e Inglaterra, às estratégias matrimoniais e diplomáticas, e a multiplicidade dos territórios reunidos por sua dinastia.

1.1 – Um estado compósito?

Não são poucos os autores a afirmar que, sob o domínio dos duques Valois da Borgonha, compôs-se um estado-compósito. Desde os que assumem abertamente essa

¹ “Burgundy in fact was not designed by nature; nature merely provided an axis along which several highways converged. Burgundy is a man-made creation. Around a star-shaped cluster of high valleys, whose streams run in all directions, a human settlement was formed, varying in size from time to time. Something different has been made of it at different periods; history has made choices among the various possibilities offered by geography.” CALMETTE, J. *The Golden Age of Burgundy*, Op. Cit., p. 1.

posição, como Jean Richard e Joseph Calmette, até aqueles que a tratam de forma implícita, como Richard Vaughan.² Calmette dedica um capítulo inteiro de seu livro à questão do Estado Borgonhês, apreciando suas peculiaridades e contrapondo os planos de governo dos dois últimos duques, inclusive em seu fecho comparando-o à “monarquia compósita Habsburgo”. Já na obra de Richard Vaughan, nas biografias dos dois últimos duques, principalmente em seu ensaio sobre a Borgonha Valois como um todo, o autor considera as multiplicidades e diferenciações dos componentes dessa “Grande Borgonha” formando um estado que, apesar de ter se mantido unido em grande parte, perdeu seu sentido original quando da perda do ducado.³

Na definição explicitada em artigo por John Elliott, o estado-compósito seria constituído por diversas unidades políticas, com diferentes graus de autonomia, reunidas sob domínio de um único soberano. Contínuos ou não, os estados-compósitos foram uma das principais formas políticas na Europa da Alta Idade Moderna. A gestão dessas unidades políticas diferia da completa autonomia das partes que as compunham até a imposição de um regime legal e administrativo único.⁴ Desde que Felipe, O Audaz, assumiu o ducado, iniciou-se uma expansão dos domínios sob seu poder. Se estes constituíram ou não um estado-compósito, como diz Elliott, é o que veremos agora.⁵

A palavra “Borgonha” vem de “burgúndios”, povo de origem germânica que ocupou uma região da Gália no período final do Império Romano do Ocidente, na primeira metade do século V, tornado célebre pela saga dos *Nibelungenlied*, transformada em ópera por Richard Wagner. Até hoje, em língua inglesa, a região se chama *Burgundy*, em relação direta a esse povo.⁶ Mas houve outras versões para a denominação, por exemplo, no final do século XV, mostrada pelo memorialista borgonhês Olivier de La Marche. Ele apresentou uma versão diferente da origem do nome da região, *Bourgogne*, associando-o à grande quantidade de centros urbanos da mesma, sendo *bourgognons* designando os habitantes dos

² RICHARD, Jean. *Histoire de Bourgogne* Paris: Privat, 1978, p. 189.

³ CALMETTE, J. “The burgundian state” in *The Golden Age of Burgundy*, Op. Cit., pp. 235-255; VAUGHAN, R. *Valois Burgundy*, Nova Iorque: Achron Books, 1975, pp. 17-24 e *Charles the Bold*, Op. Cit., p. 432.

⁴ ELLIOTT, John. “Europe of composite monarchies”, *Past and Present*, 137 (Nov. 1992), pp. 48-71.

⁵ Ver Figura 1, para os estágios da formação da Borgonha Valois.

⁶ CALMETTE, J. Op. Cit., pp. 1-8 e PIRENNE, Henri. *Maomé e Carlos Magno*, Lisboa: Publicações D. Quixote, 1970.

burgos.⁷ Durante a Idade Média, sua história esteve intimamente ligada aos reinos de origem franca, dos quais fez parte desde muito cedo. Integrado ao reino dos francos merovíngios por volta do ano 530, com o aumento do poder dos reis, o antigo reino dos burgúndios tornara-se mais uma divisão administrativa, governada pelos prefeitos do palácio. Com a dissolução do Império Carolíngio, o território do antigo reino da Borgonha foi dividido em duas partes pelo tratado de Verdun em 843: a parte situada a leste dos rios Saône e Rhône passou a constituir o condado da Borgonha, também chamado de *Franche Comté*, e o ducado da Borgonha formou-se com as terras do antigo reino burgúndio que ficavam a oeste do Saône. A partir de então, não era raro que durante a Idade Média, o duque da Borgonha tivesse ligações familiares próximas ao rei da França. Quando a linhagem de origem capetíngia que governava o ducado se extinguiu, com a morte do duque Felipe de Rouvres em 1361, a ligação era tão próxima que João, O Bom (1350-1364), rei de França e padrao do falecido nobre, reivindicou o ducado.⁸

Um acordo entre os demais possíveis herdeiros, todos ligados à família real francesa, contra Carlos, o Mau, rei de Navarra e inimigo da França, foi feito. Em junho de 1363 o filho mais novo de João, Felipe, tornou-se duque de Borgonha. Os cronistas, principalmente Jean Froissart, registraram que esse apanágio lhe foi concedido por sua participação na batalha de Poitiers em 1356. Esta batalha tornou-se uma das mais conhecidas da Guerra dos Cem Anos, que opunha Inglaterra e França, sobre questões territoriais e dinásticas. Em Poitiers, o rei João foi capturado pelos ingleses, junto com seu filho mais novo. Segundo o cronista Jean Froissart, Felipe não saiu do lado de seu pai, protegendo-o, e por isso o caçula do rei Valois foi agraciado com o ducado da Borgonha. Alcinhado de “O Audaz”, ou *Le Hardi* em francês, pelos próprios ingleses por sua rapidez em defender o pai em banquete oferecido pelo rei de Inglaterra, enquanto ambos eram reféns.⁹ Segundo La Marche, o príncipe era um exemplo, ao desconsiderar os perigos para

⁷ LA MARCHE, Olivier de. *Mémoires d'Olivier de La Marche*. In PETITOT, M. (ed.) *Collection Complète des mémoires relatifs à l'histoire de France depuis de le règne de Phillipe-Auguste , jusqu'au commencement du dix-septième siècle. Avec des notices sur chaque auteur et des observations sur chaque ouvrage* Paris: Foucault Libraire, 1825, tomos IX e X. Digitalizado em 1995 pelo projeto Gallica <http://gallica.bnf.fr/>, tomo IX, p. 117.

⁸CALMETTE, J. Op. Cit., pp 24-30 e RICHARD, J. Op. Cit., p. 167-169.

⁹Até então, o apelido do jovem príncipe era “Sem Terra”, por não possuir nenhuma propriedade sua. HOLMES, George. *A Europa na Idade Média: 1320-1450. Hierarquia e revolta*. Lisboa: Editorial Presença, 1975, p.120 e CALMETTE, J. Op. Cit., pp. 35 e 56.

defender seu pai, e o nome era um reconhecimento a isso, pois “assim como são as suas obras, assim será seu nome”.¹⁰

Este foi o primeiro dos duques, que recebeu as terras do ducado da Borgonha, mas logo se pôs a aumentar suas possessões. O poder do ducado foi estendendo-se durante o governo dos quatro duques dessa linhagem que, por meio de casamentos estrategicamente bem feitos, ganharam influência sobre boa parte do reino francês e sobre um dos maiores centros mercantis da época. Vamos analisar as estratégias matrimoniais dos duques mais adiante.

Felipe foi um dos regentes na menoridade de Carlos VI de França (1380-1422), seu sobrinho, ajudando-o durante seu reinado e desempenhando papel importante durante a ‘loucura’ deste.¹¹ Foi sucedido por seu filho, João de Nevers, chamado de “Sem Medo”, em 1404. O apelido teve origem na participação do então conde de Nevers na malfadada cruzada de Nicópolis. Os principais nobres da cristandade juntaram-se para libertar a cidade dos turcos, mas não conseguiram sucesso. Muitos morreram, e João sobreviveu, tendo sido capturado e libertado depois do pagamento de um considerável resgate.¹²

Envolveu-se nos conflitos políticos de sua época, tendo como principal adversário seu primo, o duque Luís de Orléans (1372-1407), muito influente junto ao rei. A tensão entre as duas casas já era grande antes da morte de Felipe, porém o poderio e a lealdade deste ao reino francês impediram um conflito aberto. Mas João não se submeteu aos pedidos de taxaço excessivos cobrados por sugestão de Orléans, e uma série de pequenas batalhas entre os exércitos dos dois sucedeu-se.¹³

Em 1407, empregou um grupo de mercenários para assassinar o duque em Paris. O duque defendeu-se pelo assassinato, protegido de castigo por seu poder ducal, dizendo que seu ato fora um tiranicídio, acusando a vítima - através de um porta-voz - de maldade, corrupção, feitiçaria e diversos crimes. Como a imagem de Luís de Orléans encontrava-se popularmente vinculada a uma corte dissoluta e imoral e de taxaço excessivas, foi

¹⁰ “telles que seront voz œuvres, tel sera vostre nom” LA MARCHE, O. Op.Cit, tomo IX, pp. 128-130.

¹¹ No final da vida, segundo os relatos de época, o rei começou a ser acometido por períodos de demência e esquecimento, comportando-se de forma inconveniente. Alegou-se, inclusive, que o tratado assinado por ele, reconhecendo a legitimidade da pretensão inglesa ao trono francês, fosse fruto de sua loucura, influenciada por sua mulher. CALMETTE, J. Op. Cit., p. 136 e HOLMES, G. Op. Cit., pp. 214-216.

¹² CALMETTE, J. Op. Cit., p. 42.

¹³ HOLMES, G. Op. Cit., p. 215.

simples para João apresentar-se como defensor do povo, aproveitando-se do vazio de um poder real com a incapacidade de Carlos VI.¹⁴

Calmette desenvolve, no capítulo dedicado ao governo de João, uma teoria considerável de que todo o seu envolvimento na guerra *armagnac* foi fruto de sua vontade em apresentar-se aos súditos da coroa, mas principalmente aos parisienses, como defensor dos seus interesses. Buscava, dessa forma, firmar uma liderança entre as ditas “camadas populares” parisienses. A favor dessa hipótese, mostra o número considerável de folhetos e panfletos divulgados em Paris pelo que chama de ‘máquina de propaganda’ borgonhesa. O historiador também justifica essa massiva propaganda borgonhesa para apagar da lembrança a forte repressão do pai de João a um movimento urbano na Flandres, que havia sido apoiado pelos parisienses, os chamados *chaperons blancs*.¹⁵

Os anos seguintes foram marcados por ódios entre borgonheses e partidários da Casa de Orléans. Pela ligação desta com a casa real, e pela participação dos borgonheses em revoltas urbanas, João Sem Medo foi declarado rebelde. Uma aliança secreta entre Borgonha e Inglaterra, um verdadeiro ato de traição segundo Calmette, foi travada. Entre 1417 e 1419 suas forças dominaram Paris, fazendo o então delfim, futuro Carlos VII de França, fugir para o vale do rio Loire.¹⁶

João Sem Medo foi assassinado em 1419, em emboscada, que foi ou armada pelo rei de França, ou com seu consentimento. O assassinato de Montreau fez com que se iniciasse o governo do mais poderoso e bem sucedido duque da linhagem Valois na Borgonha. Felipe, O Bom, passou para a história como o “grande duque do Ocidente”. Seu elogio póstumo, escrito por um dos seus servidores mais próximos, enfatizou seu caráter de homem religioso, humilde, cortês, vitorioso, gracioso de porte e de vestimentas. Amante do fausto e das mulheres, seu oficial também o descreveu como afável e dotado de grande autocontrole quando necessário, o que lhe valeu o primeiro apelido, *l'asseuré*. Em relação ao seu amor excessivo às mulheres, atestam o grande número de bastardos que gerou e a passagem das memórias de Olivier de La Marche. O cronista relatou uma viagem da duquesa Isabel, esposa de Felipe, à corte francesa no ano de 1444, quando se juntou à

¹⁴ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho. A monarquia portuguesa e a colonização da América. 1640-1720*, São Paulo: Hucitec, 2002, p. 101 e CHEVALLIER, Pierre. *Les régicides*. Paris: Fayard, 1989, pp. 103-120.

¹⁵ CALMETTE, J. Op. Cit., p 96.

¹⁶ Idem, p.119 e HOLMES, G. Op. Cit., pp. 214-218.

rainha para lamentar a voracidade de seus maridos com as amantes.¹⁷ Richard Vaughan acentua que, apesar de ter uma vida sexual “vigorosa e variada”, o duque da Borgonha jamais chegou aos excessos de Carlos VII, que permitiu que sua amante tivesse influência na política francesa.¹⁸ Como iremos discutir mais à frente, a única mulher que teve influência no governo desse duque foi sua terceira esposa, Isabel.

Seguiu o movimento de seu avô, de quem herdara o nome, ao expandir seus territórios. Movido pela sede de vingança pela morte do pai, como considera Johan Huizinga, ou pela ambição por mais poder, como afirmou Philippe Wolff – ou por ambas – Felipe foi um grande antagonista do rei da França durante longo tempo. Não é à toa que Wolff o qualifica como líder de uma das três “Franças” no século XV, já que a ajuda borgonhesa ao rei inglês, assumindo abertamente a vontade do duque anterior, fez com que grande parte do território francês ficasse sob domínio de Felipe, O Bom. Para Wolff, nas primeiras décadas do século XV, “há então três França: a dos Lencastre, proclamados herdeiros legítimos do reino francês, ao mesmo tempo em que da coroa da Inglaterra; a do delfim Carlos, o reino de Bourges; e ainda o Estado bourguinhão, que se constituía progressivamente, da Borgonha aos Países Baixos.”¹⁹

Foi mediador no tratado de Troyes, que reconheceu Henrique V de Inglaterra como herdeiro do trono francês, tendo defendido a posição do rei inglês e de seu jovem herdeiro contra os defensores do Delfim, fazendo as terras borgonhesas sofrerem com ataques e batalhas.²⁰ Não só aumentou e consolidou o poder borgonhês nos Países Baixos, ao herdar de sua mãe o Brabante e a Holanda, em 1433, como expandiu seu poderio pelo território francês, ao assinar a paz de Arras com Carlos VII, em 1435, apossando-se de diversos condados, entre eles o de Mâcon e Auxerre, além de obter a soberania vitalícia sobre seus estados.²¹ Esses domínios franceses foram obtidos por sua forte oposição ao rei da França

¹⁷ CHASTELLAIN, Georges. “Declaration de tous les hauts faits et glorieuses aventures du duc Phillipe de Bourgogne, celui qui se nomme le Grand Duc et le Grand Lion” in BOHLER, Danielle (org.). *Splendeurs de la cour de Bourgogne*. Paris: Editions Robert Laffont, 1995, p. 756; LA MARCHE, O. Op. Cit., tomo IX, pp. 403-404 e CALMETTE, J. Op. Cit., pp. 129-130.

¹⁸ VAUGHAN, R. *Phillip the Good*, Op. Cit., p. 132.

¹⁹ WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou primavera dos novos tempos?* Lisboa: Edições 70, 1988, pp. 45-46.

²⁰ RICHARD, J. Op. Cit., p. 175.

²¹ Foi com este duque que as relações com os núcleos urbanos tornaram-se mais complexas, segundo Andrew Brown. BROWN, Andrew. “Bruges and the burgundian ‘theatre-state’: Charles the Bold and Our Lady of the Snow”, Op. Cit., p. 575.

durante os dezesseis anos em que a Borgonha foi um dos pólos dominantes na luta interna que dividia o reino da França. Além da cessão desses importantes territórios, os termos da paz de Arras incluíam a redenção da alma de João Sem Medo, com a condenação de seus assassinos, a construção de uma cruz no lugar de sua morte, o financiamento pela coroa de missas eternas por sua alma e a publicação de um édito redimindo o duque pela morte de Luís de Orléans.²²

A partir do terceiro duque Valois, começou a afirmar-se uma cultura borgonhesa de cunho misto, franco e flamengo ao mesmo tempo. Não queremos afirmar, no entanto, que as populações das áreas dessa “Grande Borgonha” tenderam a se homogeneizar, criando uma mesma identidade cultural. Se em algum momento houve identificação entre os domínios borgonheses, esta foi política, relacionada aos laços dinásticos que os uniam. As línguas locais permaneceram, assim como os costumes de festejos de cada lugar, muitas vezes patrocinados pelos próprios duques. As *chambres de retorique* eram muito comuns nas zonas de fala flamenga e neerlandesa, utilizando-as ao invés do francês ou do latim. Elas foram incentivadas pelos duques.²³

Podemos afirmar que era uma “cultura cortesã”, no sentido dado por Norbert Elias. Buscando cooptar a aristocracia, tanto feudal como senhorial, e as camadas superiores urbanas dos territórios sob seu domínio, colocando-as a seu serviço como bailios, oficiais de taxas, conselheiros e servidores, o duque fez germinar uma alta cultura, influenciada pelas instituições do reino francês – alto conselho, parlamento, estados gerais e provinciais,

²² O tratado foi reproduzido, em sua íntegra nas memórias de Olivier de La Marche, e Calmette apresenta um precioso resumo dos seus termos, absolutamente necessário dado a grande importância do documento. O encontro entre Carlos VII da França e Felipe III da Borgonha foi chamado por Richard Vaughan de “o primeiro verdadeiro congresso de paz da Europa”. LA MARCHE, O. Op. Cit., tomo IX, pp. 254-285; CALMETTE, J. Op. Cit., pp. 149-151 e VAUGHAN, R. *Phillip the Good*, Op. Cit., pp. 98-101.

²³ Apesar de nenhum dos duques ter se preocupado em aprender o neerlandês ou o alemão, todos, a exceção do primeiro, sabiam falar a língua nativa da Flandres (que era dividida entre os *flamands*, flamengos, e os *wallons*, valões, francófonos). Georges Chastellain era flamengo de nascimento, mas tinha perfeito domínio da língua francesa. Olivier de La Marche, *maitre d’hotel* do último duque, apesar de um grande crítico das atitudes da população de fala “holandesa”, era membro de uma dessas câmaras de retórica de escrita neerlandesa, o que indica que, senão todos, pelo menos alguns dos servidores nativos da Borgonha ducal, buscaram aprender a língua dos domínios do norte. O mesmo servidor, no entanto, ao escrever um breve resumo da casa Habsburgo, confessa desconhecer completamente a língua dos domínios imperiais. EMERSON, Catherine. *Olivier de la Marche and the Rhetoric of Fifteenth Century Historiography*. Suffolk: Boydell e Brewer, 2004, pp. 112-113 e CALMETTE, J. Op. Cit., p. 203.

pelo direito romano, e pela intensificação das pompas e festividades cortesãs, aliadas a um intenso espírito cavaleiresco.²⁴

Foram esses últimos dois aspectos que deram as características mais marcantes da cultura ao redor dessa linhagem de duques. O “sonho cavaleiresco” destacado por Huizinga alimentou torneios e duelos durante todo o período, além de ter levado um dos duques a uma Cruzada, e seu filho a planejar a liderança de outra.²⁵

Mas o que impressionou mais os historiadores, contemporâneos dessa corte ou não, foi o refinamento que caracterizara a vida cortesã borgonhesa. O destaque ao uso de regras cerimoniais e de etiqueta tornou-a modelo para outras cortes europeias, tanto suas contemporâneas quanto as que lhe sucederam no tempo. O casamento de Felipe, O Bom, com Isabel de Portugal, sua terceira esposa, foi uma imensa cerimônia, cheia de detalhes e entretenimentos, narrada por diversos cronistas com riqueza de detalhes e adjetivos. Foi também nessa celebração que se fundou a Ordem do Tosão de Ouro, uma das mais importantes ordens de cavalaria surgidas no período.²⁶

O crescente prestígio e a cada vez maior riqueza do ducado de Borgonha traduziram-se em ambição. Era claro que os dois últimos duques ambicionavam o título e a posição de reis. Após Felipe, O Bom, “sobre a Borgonha e os Países Baixos firmara-se o extraordinário poderio dos ‘grandes duques do Ocidente’, aos quais só faltava o título real”.²⁷ Para tal, os duques cultivavam alianças as mais diversas, aproximando-se inclusive do imperador Frederico III Habsburgo (1452-1493). Essa ambição ia contra as “leis” de obediência e lealdade que ligavam os senhores feudais – mesmo os grandes, como os duques borgonheses – ao maior senhor dentre eles, o rei de França.²⁸

²⁴ LADURIE, E. Le Roy. *O Estado monárquico. França, 1460-1610*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 73-75.

²⁵ HUIZINGA, J. *L'automne du Moyen Âge*. Op. Cit., pp. 134-135; CALMETTE, J. Op. Cit., pp. 59-60 e VAUGHAN, R. *Philip the Good*, Op. Cit., pp. 297-298.

²⁶ Como ressalta Ray Strong, em seu livro sobre as mudanças na forma das pessoas se alimentarem. Rita Costa Gomes também apresenta a corte borgonhesa como sendo a de maior influência posterior, devido principalmente à divulgação de seu manual, escrito por Olivier de La Marche. STRONG, Ray. *Banquete*. Op. Cit., pp. 111 e 115, e GOMES, Rita Costa. *A corte dos reis de Portugal na Idade Média*. Carnaxide: Difel, 1995, pp. 19-23.

²⁷ WOLFF, P. Op. Cit, p. 227. As antigas unidades políticas que englobavam o ducado da Borgonha, como o reino dos Burgúndios e a Lotaríngia, uma divisão do Império Carolíngio, eram de significado forte no ideal de união do último duque da Borgonha. CALMETTE, J. Op. Cit, p. 5.

²⁸ Foi tal motivação que esteve na origem do encontro de Carlos com o imperador Frederico III, em 1473. Lucien Febvre chega a falar de vontade de “dominação universal” por trás da experiência expansionista do

A exacerbação da tensão, não restrita ao ducado da Borgonha, entre os poderes senhoriais e a necessidade do poder real de impor-se sobre eles, levou à criação da *Liga do Bem Público*, uma reunião de diversas casas nobres que questionavam os laços de fidelidade vassálica que deviam ao rei Luís XI (1461-1483), reagindo contra as mudanças na administração que começavam a se firmar. A *Liga*, como afirma Guy Fourquin, não foi mais uma “revolta feudal”. Os grandes príncipes franceses já não possuíam uma ligação feudal com seu soberano, no sentido da homenagem vassálica cumprida a fundo. Não pretendiam derrubar o edifício monárquico, porém afirmavam sua independência perante a coroa.²⁹

A criação da *Liga* coincidiu com a ascensão de Carlos como duque da Borgonha, e com a invalidez e a morte de seu pai. O relacionamento entre ambos sempre foi tenso. Enquanto Felipe, a partir do tratado de Arras, assumiu uma postura de aproximação com a coroa francesa, inclusive acolhendo o delfim Luís, Carlos defendia uma postura de independência e de rompimento com a França. Com a doença do pai, o duque de Charolais passou a assumir o controle do patrimônio, afastando os cortesãos que apoiavam a França. A adesão do duque à Liga, da qual foi um dos principais líderes, mostrava mui claramente sua vontade de independência em relação ao rei da França, manifesta em sua insubordinação nas cerimônias de vassalagem.³⁰ Além disso, o apego do Temerário às suas possessões transformava-se em vontade de conquista em direção à Alsácia Lorena. O duque tentava reconstituir a Lotaríngia, e esta era a última barreira que impedia a união dos feudos sob domínio borgonhês em um “Estado coerente”, nas palavras de Philippe Wolff - que não compartilha da visão da Borgonha como estado-compósito.³¹

No entanto, a recuperação social e política da França, envolta em circunstâncias favoráveis, deveu-se a um fator decisivo. O monarca que sucedeu Carlos VII, seu filho Luís XI, era um governante capaz, que buscou, acima de tudo, a unidade e a integração do reino francês. Amigo de Carlos enquanto viveu na corte borgonhesa, chegou a ser padrinho de sua filha Maria. A notícia da morte de seu pai chegou a ele enquanto estava ainda sob a

duque, em um resumo de artigo que infelizmente jamais foi concluído. HOLMES, G. Op. Cit., pp.247-248 e FEBVRE, Lucien. *A Europa. Gênese de uma civilização*. Bauru: EDUSC, 2004, pp. 191-192.

²⁹ FOURQUIN, G. *Senhorio e Feudalidade na Idade Média*. Lisboa: Edições Setenta, 1987, pp. 217-222.

³⁰ Como, por exemplo, na ocasião em que ao receber um título do rei pronunciou “o mais baixo que pode as palavras rituais (‘para que não pudesse ser ouvido pelos espectadores’...)”. RIBEIRO, Renato Janine. *A Etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce Vida*. São Paulo: Brasiliense, s. d., p. 27.

³¹ WOLFF, P. Op. Cit., p. 228.

proteção de seu “tio”. Luís foi acompanhado por este e pelo então conde de Charolais ao fazer a sua entrada triunfal em Paris, para a sua coroação.

Porém, Luís não subestimou as ambições do ramo borgonhês dos Valois. Após dominar a *Liga*, depois da indefinida batalha de Monthlery,³² o rei assinou com Carlos a paz de Peronne. Esse tratado, deveras desvantajoso para o rei, foi assinado em circunstâncias inusitadas. Preocupado com o fortalecimento dos laços entre Borgonha e Inglaterra, estreitados no casamento de Carlos com a irmã de Eduardo IV, sugeriu um encontro com seu rebelde vassalo. O borgonhês aceitou, hospedando o rei no castelo de Peronne. O problema foi que Luís permanecia com suas “manobras clandestinas”, como denominou Calmette, e enviara dois representantes à cidade de Liège, domínio instável de Carlos, para instigar uma revolta. Frustrando os planos do rei, a revolta estourou com ele em mãos do duque da Borgonha. Os borgonheses logo acharam a causa e Luís foi acusado de instigar súditos contra seu legítimo senhor. Dias de negociação foram gastos pelos conselheiros duciais, até que apresentaram a proposta final do tratado ao rei, que teve um amigo entre os oficiais borgonheses. Carlos recebeu mais um pequeno apanágio, algumas rendas, e a partir de então seus súditos diretos estavam isentos de prestar serviços à coroa francesa. Além disso, Luís foi obrigado a ajudá-lo no enfrentamento dos revoltosos.³³

Autores borgonheses apelidaram Luís de “a aranha”. Como lembra Calmette, mal sabiam o quanto estavam certos, e como seu duque seria a mosca imprudente a enredar-se nas manobras de Luís.³⁴ Mesmo após Peronne, permaneceu com suas táticas evasivas auxiliando os inimigos de Carlos, alimentando revoltas e recrutando aliados entre borgonheses, como o *chambelain* e posteriormente cronista Phillippe de Commynes.³⁵

Mesmo as principais alianças européias de Carlos foram afetadas pelos planos do rei. A aliança dos borgonheses com a Inglaterra, grande inimiga dos reis de França, tornou o projeto ambicioso de Carlos preocupante para a monarquia francesa. O tratado de Londres, de 1474, foi a quebra final dos laços de vassalagem de Carlos com Luís, já que o

³² Indefinida porque cada um dos dois lados assumiu uma vitória, como mostra o relato do cronista borgonhês Olivier de La Marche. LA MARCHE, O. Op. Cit., tomo X, p. 236.

³³ O amigo de Luís, ao que tudo indica, foi Philippe de Commynes, camareiro e conselheiro de Carlos, que depois passou para o lado francês. Em carta à Câmara de Contas de Paris, em 1473, Luís confere diversos favores a Commynes, “por alguns serviços particulares que nos (ao rei) fez, nós estando em Péronne e na viagem à Liège”. Luís XI. *Lettres choisies*. Paris: Librairie Générale Française, 2001, p. 244.

³⁴ CALMETTE, J. Op. Cit., p. 258.

³⁵ Como citado na nota de número 33.

borgonhês afirmava reconhecer seu cunhado, o rei de Inglaterra, como o legítimo soberano francês. Nesse ano, o duque estabeleceu o Parlamento de Dijon como detendo a soberania sob suas terras como um todo. Carlos pronunciou um discurso célebre no qual lembrava os ouvintes que: “o antigo reino da Burgúndia fora por um longo tempo usurpado pelo rei da França e feito um ducado da França, fato que deve dar a seus súditos muita tristeza”³⁶

Mas então a França já tinha meios para enfrentar essa ameaça. O caos político, econômico e demográfico do início do governo dos Valois ficara para trás. Le Roy Ladurie caracterizou os anos entre 1450 e 1560 como uma “renascença”, período de recuperação econômica, social e política do reino francês. A população voltava a aumentar, depois de mais de um século fustigada por guerras internas, fomes e pestes. Os índices agrícolas eram cada vez maiores. Era o início do “século de ouro”, no qual a França passou a ter fortes índices de crescimento econômico e demográfico, e quando se consolidava cada vez mais o poder real, nas mãos hábeis da “aranha”.³⁷

Carlos também se afastou dos seus aliados, recusando-se a auxiliar o desembarque em Calais – a derradeira possessão inglesa em França após a Guerra dos Cem anos - de vinte e três mil soldados ingleses. Luís XI encontrou-se com o rei inglês Eduardo IV (1461-1485) em 1475, comprando a saída dos soldados ingleses do território francês, em um tratado que pôs fim a Guerra dos Cem Anos, mas não incluiu a Borgonha. Aumentando o isolamento de Carlos, Luís lhe propôs uma trégua de nove anos. Esse acordo previa que Luís não iria interferir nos conflitos entre a Borgonha e a Lorena, alvo de Carlos, desde que este não mais auxiliasse o rei de Aragão, João II, com quem Luís disputava o Roussillon e Navarra. Selando o seu destino, Carlos aceitou. A partir de agora, o duque da Borgonha estava só, contra inúmeros opositores. A sua conquista frágil da Lorena colocou contra si os cantões suíços, alarmados com a expansão borgonhesa. A aliança com o Império sempre foi instável e não resistiu às investidas diplomáticas de Luís XI.³⁸

³⁶ CALMETTE, J. Op. Cit., p 191.

³⁷ LADURIE, Emanuel Le Roy. *O Estado monárquico*. Op. Cit. Não há como negar o neo-malthusianismo neste pensamento de Ladurie, que apóia firmemente a idéia de fortalecimento da monarquia francesa na expansão e consolidação demográfica, deixando um pouco de lado outros fatores, como a diplomacia cuidadosa de Carlos VII e a estratégia político-militar de Luís XI.

³⁸ O astuto rei francês manteve suas tropas em alerta, como mostra uma carta de junho de 1476 ao seu *grand maitre*, onde o informava das perdas do borgonhês: “eu lhe peço, mantenha sempre vossa gente pronta, mas não comece nada; e vossa gente não faça nada que possam dizer que a trégua foi rompida”. Luís XI. Op. Cit., p. 329.

O duque passou a ser derrotado sucessivamente, por lorenos e suíços. Estes últimos infligiram graves perdas ao exército borgonhês, em Grandson e Morat no ano de 1476. Até que, ao tentar restabelecer seu domínio sobre a Lorena em 1477, foi morto no cerco à cidade de Nancy. O rei recebeu a notícia três dias após o acontecido e imediatamente preparou-se para tomar o ducado, como afirma em carta enviada no dia cinco de janeiro ao senhor de Craon:

“Agora, é tempo de empregar vossos cinco sentidos para colocar o ducado e o condado da Borgonha em minhas mãos. E, portanto, (...) se o duque da Borgonha está mesmo morto, metei-vos dentro do dito território (...). E mostre a eles [os habitantes das duas Borgonhas] que os vou tratar e guardar melhor do que ninguém no meu reino, e que, em relação de nossa afilhada, eu tenho a intenção de consumir o casamento que eu tencionei fazer tratar do Senhor Delfim e dela...”³⁹

Mas a herdeira da Borgonha, Maria (1457-1482) casou-se com Maximiliano de Áustria, levando como dote para a família Habsburgo os Países Baixos. As outras possessões borgonhesas, o Artois e o Franco-Condado, fariam parte do dote da filha deste casal prometida ao delfim, enquanto o território do ducado da Borgonha era definitivamente anexado à França. Contudo, essa linhagem nobre não se extinguiu totalmente. Doravante associada aos Habsburgos, a influência do modelo de corte criado na região borgonhesa foi muito forte na Espanha, a mais influente das monarquias européias no século XVI. Pois Felipe, o Belo, neto do Temerário, casou-se com Joana, a Louca, filha dos reis católicos de Espanha. Desta união nasceu o mais poderoso soberano do século XVI, Carlos V, Imperador.⁴⁰

Esse amontoado de territórios, no entender de Phillippe Wolff, carecia de uma unidade geográfica para se constituir “estado”. Mas talvez sua visão esteja presa a de “estado-nação”, forjada nos tempos contemporâneos. Se considerarmos a definição de John

³⁹ “Maintenant, il est temps d’employer vos cinq sens de nature à mettre la duché et comté de Bourgogne en mes mains. Et, pour tant, (...), si ainsi est que le duc de Bourgogne soit mort, mettez-vous dedans ledit pays et gardez, si cher que vous m’aimez, que vous fassiez tenir aux gens de guerre le meilleur ordre que si vous étiez dedans Paris. Et leur remontrez que je les veux mieux traiter et garder que nuls de mon royaume, e que, au regard de notre filleule, j’ai intention de parachever le mariage que j’ai piéça fait traiter de monseigneur le Dauphin et d’elle” Idem, p. 335.

⁴⁰ Frederico Chabod concebe-o como o último borgonhês. Sobre as relações entre Carlos V e a Borgonha, trataremos no último capítulo. CHABOD, Frederico. *Carlos V y su imperio*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992, p. 5.

Elliott, podemos chamar a Borgonha de “estado”, mas levando em conta a complexidade inerente aos “estados-compósitos”. Os domínios que foram anexados ao ducado originalmente cedido a Felipe, O Audaz, mantiveram suas autonomias. Nem nominalmente foram anexados à Borgonha, já que os duques acumulavam títulos: duque da Borgonha e do Brabante, conde de Nevers, do Charolais, de Flandres. Um emaranhado de direitos patrimoniais e dinásticos reunidos sob o mesmo governo.

1.2 – Casamentos e diplomacia borgonhesa

Um fator que muito contribuiu para essa expansão borgonhesa foram os arranjos matrimoniais.⁴¹ Felipe, O Audaz, preocupou-se com o seu casamento e os de seus filhos. Pode-se dizer que as múltiplas aquisições do período de Felipe, O Bom, foram os frutos da sementeira feita por seu avô. O filho caçula do rei João II de França desejava reunir as duas Borgonhas. Para isso, um árduo processo de convencimento foi necessário para que Felipe casasse com Margarida de Flandres, filha de Luís de Mâle, conde da Flandres e filho de uma princesa francesa detentora do apanágio sob o Franche Comté.⁴²

Não há a necessidade de discutirmos, como faz Joseph Calmette, se o casamento foi ou não ‘feliz’. Mas além de colocar Felipe como sucessor do condado da Borgonha, esse matrimônio foi o início da expansão da nascente casa principesca para as regiões do norte, já que o duque da Borgonha tornou-se, através de sua esposa, herdeiro do condado da Flandres e relacionado a muitas das famílias nobres da região.⁴³

Suas preocupações estenderam-se para o casamento de seus filhos. A casa do Brabante, uma das mais importantes daquela área, era ligada à casa de Flandres. Margarida, esposa de Felipe, era sobrinha da duquesa do Brabante e sua herdeira. A casa dos Luxemburgo que então, em fins do século XIV, ocupava a dignidade imperial, também visava a herança brabantina, já que o então duque por casamento era um Luxemburgo.

⁴¹ Movimento similar foi realizado pela casa de Bragança em Portugal, em sua ascensão que culminou na chegada ao trono luso em 1640, na análise de CUNHA, Mafalda Soares da. *A casa dos Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000, pp. 21-40.

⁴² Margarida de Flandres já era prometida ao falecido Felipe de Rouvres. CALMETTE, J. Op. Cit., p. 28.

⁴³ Idem, pp. 33-36.

O casal não deixou herdeiros diretos, e quando o duque Venceslau faleceu, surgiu a disputa sobre quem herdaria após a morte da duquesa. Para reforçar seus interesses, e marcar posição como antagonista dos Luxemburgo, o duque da Borgonha aliou-se à casa da Bavária, que também estava na disputa pelo título imperial, reforçando essa aliança com um casamento duplo. Este arranjo matrimonial envolveu também a casa real francesa. Assim, o casamento bavaro-borgonhês realizou-se em Courtrai, entre “pompas e companhia impressionantes” em 1385, meses antes de Isabel de Bavária casar com o rei Carlos VI. O herdeiro do Audaz, João conde de Nevers, casou com Margarida da Baviera, enquanto Margarida da Borgonha desposou o conde do Hainaut e da Holanda, Guilherme IV. Assim, o duque da Borgonha consolidou suas alianças na região norte. Suas estratégias iriam frutificar nos governos que lhe sucederam. Além destes, casou outras filhas com as casas de Sabóia e de Áustria.⁴⁴

Uma de suas ambições era casar um de seus descendentes na família real francesa. Não viveu para isso, porém deixou tudo devidamente arranjado para tal. João Sem Medo prosseguiu essa estratégia, em meio ao seu conturbado governo, e em 1415 casou seu filho mais velho, Felipe, com Michelle de França, e uma de suas filhas, também Margarida, com o então delfim.⁴⁵

Com o seu grande envolvimento na política interna francesa, João privilegiou casamentos com nobres franceses. No entanto, isso não significou que tenha desprestigiado as alianças do norte construídas por seu pai. Assim, arquitetou o casamento de sua filha Maria com o duque de Clèves, um feudo imperial, que então se tornou chave na política borgonhesa daquela região. E fez os acordos necessários para que sua filha Agnes pudesse casar com o então herdeiro do ducado de Bourbon, Carlos. Acordos que só se concretizaram no governo do duque seguinte, em 1422.⁴⁶

O plano matrimonial do Audaz deixou seu herdeiro em uma posição confortável, instalado entre seus cunhados, o bispo de Liège e o conde do Hainaut. Tirando a sempre constante agitação dos seus súditos, João não teve problemas mais sérios na região norte dos seus domínios. Tanto que, no final do seu período à frente dos domínios borgonheses,

⁴⁴ Idem, pp. 54-55.

⁴⁵ Idem, p. 56.

⁴⁶ VAUGHAN, R. *Philip the Good*, Op. Cit., p. 6.

tão envolvido estava com os problemas da política francesa, que deixou a administração de seus domínios na mão de seu filho, Felipe, então conde de Charolais, e sua esposa.⁴⁷

Após o assassinato de João, o jovem duque assumiu essas preocupações de manter o intrincado sistema de alianças. Em posição ainda mais difícil, já que, se João engajou-se em uma disputa interna pelo poder, seu filho, guiado não pela vingança, mas por seus conselheiros, rebelou-se contra aquele que seria seu futuro soberano, ainda delfim, e aliou-se a Henrique V. Richard Vaughan afirma que Felipe não via o delfim como inimigo e que “a aliança inglesa foi apenas um subproduto da procura de Felipe por seus próprios interesses, e só uma parte de um sistema muito amplo de conexões que ele desenvolveu em 1420-3(...)”.⁴⁸ Essas conexões foram feitas, em parte, para assegurar a segurança das suas fronteiras francesas, ameaçadas pela discórdia aberta contra o delfim. Para isso, prosseguiu com a política de tratados com os grandes duques franceses.

Como seu pai, dedicou especial atenção ao ducado de Bourbon. O duque era prisioneiro desde a batalha de Azincourt, em 1415. O governo de seus territórios estava nas mãos da duquesa. Incentivado por sua mãe, Margarida da Baviera, Felipe assinou uma trégua em 1420 entre os dois ducados, criando uma zona desmilitarizada. Um tratado de 1422 desenvolveu esse primeiro acordo, que passou a ter consideração econômica, além das preocupações militares. A aliança consolidou o planejado casamento de Agnes, irmã de Felipe, com Carlos, então ainda conde de Clermont e herdeiro dos Bourbon, em 1422.⁴⁹ O casamento mais crucial, dentro da política de alianças relativas à guerra com França, foi o de outra irmã de Felipe com o regente do rei inglês, o duque de Beaufort. A partir de então, os laços do ducado da Borgonha com o reino de Inglaterra passaram a envolver questões dinásticas, que influenciaram e muito algumas posturas borgonhesas nos anos que se seguiram.⁵⁰

Não foi só com o ducado de Bourbon que a Borgonha entrou em acordo. O ducado de Bar assinou a paz e o duque René foi a Dijon. Ali, reconheceu Henrique como herdeiro e

⁴⁷ Idem, p. 2.

⁴⁸ “the English alliance was only a by-product of Philip’s pursuit of his own interests, and only a part of a much wider system of connections which he developed in 1420-3(...)” Idem. p. 6.

⁴⁹ Idem, p. 73.

⁵⁰ Por exemplo, a própria ordem de cavalaria fundada por Felipe, segundo autores borgonheses para fugir da grande influência que os assuntos ingleses estavam tendo em seu governo. Daremos mais atenção a essa sociedade cavaleiresca no terceiro capítulo.

regente da coroa francesa, prometendo auxiliar o duque da Borgonha no que fosse necessário.⁵¹

O duque da Bretanha foi um ‘oportunista’, nessa disputa entre Borgonha e França. Tomava ora um partido ora o outro. Assinava um tratado com Felipe na primavera, e no outono seguinte já negociava termos de aliança com o rei-delfim francês. Mesmo assim, Felipe tentou firmá-lo em suas redes de contatos e aliados. Casou sua irmã, Margarida, então viúva do antigo delfim, com Arthur, duque nominal de Touraine e irmão do duque da Bretanha. O novo cunhado do duque borgonhês tornou-se um importante apoio às políticas de Felipe, mas não consolidou a lealdade dúbia do bretão.⁵²

O próprio duque serviu de material para esses tratados matrimoniais. Após a morte de sua primeira esposa, Michelle de França, em 1422, procurou outra companheira que pudesse reforçar laços diplomáticos. Conseguiu, a alto custo, as dispensas necessárias pra o enlace com Bonne de Artois, viúva de um dos seus tios paternos e ligada a diversas casas nobres francesas. O casamento, assim como o anterior, não deixou herdeiros e durou menos de um ano, mas fortaleceu laços com diversos senhores franceses. Agradou o vizinho e parente mais poderoso, o duque Amadeus de Sabóia, e trouxe o condado de Nevers definitivamente para a esfera borgonhesa.⁵³

Em 1425, Felipe era um dos mais poderosos nobres europeus, viúvo e sem herdeiros diretos. Era necessário encontrar uma esposa de sangue nobre, de preferência real, em idade para ter filhos, e que trouxesse consigo relações diplomáticas vantajosas.

O célebre casamento entre Felipe e a Infanta Isabel de Portugal foi fruto de longuíssimas negociações. Desde a primeira viuvez de Felipe, em 1422, houve contatos. Na ocasião, diversas embaixadas deixaram Portugal com destino a Borgonha, levando presentes e propostas. Mas, preferindo fortalecer a sua política francesa, realizou o casamento com a condessa de Nevers.⁵⁴

Nem depois da morte desta, em 1425, a infanta portuguesa tornou-se sua primeira opção. Felipe procurou sua terceira esposa entre as princesas castelhanas, elegendo Leonor. Suas tentativas foram frustradas, já que esta se casou com o infante português Duarte.

⁵¹ CALMETTE, J. Op. Cit., p 148 e VAUGHAN, R. *Philip the Good*, Op. Cit., p. 27.

⁵² Como fez no ano de 1425. Idem, p. 10.

⁵³ Idem, p. 132.

⁵⁴ Idem, p. 8 e CALMETTE, J. Op. Cit., p. 138.

Assim a única princesa de sangue real que servia aos propósitos de Felipe era a filha de João I de Portugal, primeiro rei da dinastia de Avis.⁵⁵

Em 1428, uma embaixada de nobres servidores borgonheses, que incluía o pintor e *valet de chambre* de Felipe, Jan Van Eyck, seguiu em direção à corte portuguesa. Segundo Paviot, as relações entre Portugal e Borgonha sempre foram constantes. Afinal, lembra, a primeira dinastia a reinar em solo português era oriunda de cavaleiros borgonheses que descera à Península Ibérica para a Reconquista.⁵⁶

Com os duques Valois, a associação entre os dois domínios dependeu das circunstâncias políticas, apesar dos comerciantes da Flandres terem estabelecido relações comerciais constantes com os portugueses desde o final do século XIV. Com Felipe, O Audaz, as relações foram tensas. O primeiro duque considerava-se, acima de tudo, um príncipe francês. Como tal apoiava a posição francesa de estar do lado dos castelhanos nos embates relativos à ascensão dinástica de Avis.⁵⁷

Já João Sem Medo teve posicionamentos opostos aos de seu pai. Com a sua postura de enfrentamento em relação a certos elementos da nobreza francesa, alinou-se com a Inglaterra, aliada portuguesa. Assim, inverteu a política em relação a Portugal. Durante o período em que ficou a frente do ducado recorreu constantemente ao reino português com pedidos constantes de soldados. Paviot afirma que existia “simpatia” entre o duque e o rei.⁵⁸

O casamento de Felipe com Isabel reforçou esses laços, intensificando o contato. A duquesa foi parte considerável desse movimento de aproximação. A morte de João de Avis mereceu um serviço fúnebre suntuoso nas ruas de Dijon, no qual Felipe não mediu despesas. Isabel relatou ao novo rei, seu irmão D. Duarte, os termos do tratado de Arras entre Felipe e Carlos VII de França. Na carta enviada, ela busca justificar o fim do acordo entre seu marido e a Inglaterra, lembrando que ele “nunca fez homenagem ao rei de Inglaterra (...) nem ao pai nem ao filho”, e estava buscando a paz para as suas terras.⁵⁹

⁵⁵ PAVIOT, J. “Introduction” in *Portugal et Bourgogne au XVe. Siécle. Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Lisboa/Paris: Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 31-33 e VAUGHAN, R. *Philip the Good*, Op. Cit., pp. 54-55.

⁵⁶ Idem, p. 180 e PAVIOT, J. Op. Cit., p. 32, sendo que o relato da embaixada encontra-se nas pp. 204-218.

⁵⁷ Idem, p. 24.

⁵⁸ Idem, p. 28.

⁵⁹ *Livro dos conselhos de el-rei D. Duarte (livro da cartuxa)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, pp. 97-99 O papel de Isabel na política borgonhesa foi crucial. A duquesa foi embaixadora por Felipe em diversas ocasiões junto à corte francesa, tendo sido também a responsável pelas negociações entre a Borgonha e a Inglaterra,

A Borgonha auxiliou no movimento de expansão português. Por exemplo, em 1441, Felipe cedeu barcos a Afonso V para as navegações africanas. A famosa expedição de cruzada, prometida no banquete do faisão do qual falaremos mais adiante, acabou por se dirigir a Ceuta em 1464, para auxiliar os portugueses.⁶⁰ A ligação foi tão profunda que o filho de Felipe dizia-se português de coração. Manteve os laços e mesmo quando já não possuía mais aliados, ainda teve o apoio do rei de Portugal. Em 1476, já na campanha que lhe seria mortal, foi visitado pelo rei português.⁶¹

As estratégias diplomáticas matrimoniais de Felipe esbarraram desde o seu início em um obstáculo. Ao contrário de seus dois antecessores diretos, pais de uma numerosa prole legítima (e bastarda também), Felipe só possuía um único filho de seu casamento com Isabel de Portugal, seu herdeiro Carlos, conde de Charolais. Teve diversos bastardos, com amantes da pequena nobreza da sua corte, mas estes, apesar de servirem como forma de ligar ainda mais a casa aos seus servidores, não podiam ser usados para estabelecer ou reforçar relações entre casas nobres. Em resumo, não serviam como moeda de troca no jogo de xadrez da diplomacia européia da época.⁶²

Sobraram a Felipe os casamentos de suas irmãs e sobrinhos. Um caso exemplar foi o de sua irmã, Maria, casada com o duque de Cléves.

Como vimos, o estabelecimento do poderio dos duques borgonheses nas regiões mais ao norte, como a Flandres e o Brabante, aconteceu por meio de uma política combinada de guerras de expansão e casamentos dinásticos estrategicamente planejados. Estes últimos, além de pôr novos territórios sob o domínio da casa Valois da Borgonha, foram úteis para formar alianças com os poderes locais que rodeavam os senhorios recém-adquiridos. No noroeste do Sacro Império, as duas principais conexões foram as famílias de Cléves e Gueldres. Entre si, ambas as casas tinham um histórico complicado de disputas e desentendimentos, que se tornaram mais complexas com a entrada do poder borgonhês, que desde o início aliou-se a Cléves.

como na libertação do duque de Orléans. Várias obras de relevância foram dedicadas a investigar a vida de Isabel e sua participação na política borgonhesa como, por exemplo, SOMMÉ, Monique. *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne: une femme au pouvoir au XVe siècle*, Paris: P.U.F., 1998.

⁶⁰ PAVIOT, J. Op. Cit., p. 39.

⁶¹ Idem, p. 53 e LA MARCHE, O. Op. Cit., tomo X, p. 419.

⁶² VAUGHAN, R. *Philip the Good*, Op. Cit., pp. 111-134 e PREVENIER, Walter e BLOCKMANS, Win. *Les Pays-Bas bourguignons*. Antuérpia: Fond Mercator, 1983, p. 36.

As relações entre os Valois da Borgonha e esta casa começaram a estreitar-se em 1406, quando uma das filhas de João Sem Medo casou com Adolphe, duque de Cléves. Iniciou-se um período de grande influência borgonhesa na região, inclusive com a interferência dos nobres franceses a favor dos seus aliados alemães em diversas disputas. Os filhos desse casamento reforçaram ainda mais os elos que ligavam as duas casas nobres. Os dois primogênitos, Jehan, sucessor do ducado, e Adolphe, senhor de Ravestain, foram criados na corte borgonhesa, sagrados cavaleiros da Ordem do Tosão de Ouro e casados com mulheres ligadas ao entorno do duque da Borgonha. Não só eles, mas todos os filhos de Maria da Borgonha e Adolphe de Cléves, casaram de forma a auxiliar a política do seu tio, Felipe, O Bom, então duque. Não tendo uma prole legítima numerosa para poder implementar a estratégia matrimonial de ambos, o terceiro duque Valois aproveitou a descendência de sua irmã.

Por exemplo, estreitou os laços com os reinos ibéricos, casando Ravestain com Beatriz de Coimbra, princesa portuguesa, sobrinha da duquesa Isabel, que residia na corte de Borgonha. Também com o matrimônio de Agnes de Cléves com o príncipe de Viena, Carlos, filho do rei de Navarra. O emaranhado de relações inter-nobiliárquicas permitiu que um rei da França fosse oriundo, pelo lado materno, da família de Cléves, caso de Luís XII, filho do duque de Orléans com sua esposa, Maria de Cléves, sobrinha de Felipe. Esse matrimônio selou a paz definitiva entre as duas casas, rivais desde a época de João Sem Medo. Foi o ponto culminante da estratégia de aproximação de Felipe, que procurava aumentar os seus aliados em França. Para isso, retirou o duque da prisão inglesa onde estava desde 1415, quando fora capturado em Azincourt, com o pagamento de um resgate intermediado pela duquesa Isabel. Não houve muita relutância de Carlos de Orléans, já que sem o auxílio de Felipe não sairia do exílio.⁶³

Mesmo não sendo tão diretamente relacionado à casa de Gueldres, Felipe também a usou em seus contatos diplomáticos. Quando, em 1448, o rei da Escócia, James II, mandou embaixadores à Borgonha, procurando uma esposa, o duque rapidamente providenciou para que Maria, filha do duque de Gueldres, se tornasse rainha. A jovem era sobrinha-neta de

⁶³ VAUGHAN, R. *Philip the Good*, Op. Cit., p. 124.

Felipe, que providenciou tudo, desde o transporte da noiva até seu novo lar ao dote, de sessenta mil coroas. Beneficiou-se com uma aliança, que durou até o fim do seu governo.⁶⁴

Carlos aos seis anos de idade foi casado com Catarina de França, filha de Carlos VII, em uma das muitas tentativas de negociação entre as duas casas. A morte desta em 1446 pôs afim a esse breve casamento. Mais tarde, Felipe buscou aproximar-se do Império, para minimizar os problemas da sucessão do ducado de Luxemburgo e tratou, sem sucesso, do casamento de Carlos com a filha do Eleitor da Saxônia. Por fim, mesmo contra a vontade de Isabel, de Carlos e do duque de Bourbon, tramou o matrimônio de seu filho com Isabel de Bourbon. O termo ‘tramar’ não está incorreto, ou tampouco significa licença literária. O próprio cronista borgonhês Olivier de La Marche comentou a artimanha de seu senhor, dizendo que, ao partir em viagem à Alemanha onde se encontraria com o Imperador, tomou todas as providências para que o casamento ocorresse o mais rápido possível, e fosse consumado.⁶⁵

Desse enlace nasceu a única herdeira do “Temerário”, Maria. Ao contrário de seus antecessores, Carlos não deixou sequer uma grande descendência ilegítima. A castidade de Carlos era notória, e ficou registrada nos cronistas de época. Mesmo Commynes deixou claro isso. Também este não foi um matrimônio duradouro. Isabel morreu logo, e Carlos pode arquitetar as alianças possíveis, tanto para si quanto para a jovem Maria.

Tanto Vaughan quanto Calmette acentuam a inconstância do duque borgonhês nos acordos e tratados que envolviam o casamento de sua filha. Vaughan chega a aventar a idéia de que Carlos não queria ver seus domínios na mão de algum príncipe estrangeiro, ou que talvez relutasse ao pensamento de deixar sua única filha. Ao fim, ambos os autores concordam. O que Carlos fez foi “jogar” com a mesma estratégia que seus antecessores com a diplomacia matrimonial. Mas, no entanto, suas peças eram muito mais limitadas. Seu pai, Felipe, O Bom, também não dispusera de prole legítima numerosa. Mas em compensação, tivera diversas irmãs e sobrinhos que foram dispostos de forma a auxiliar sua política matrimonial.

Carlos, mesmo antes de assumir de fato o ducado, já especulava políticas matrimoniais para si e para sua filha Maria. Em 1462, quando a princesa tinha apenas cinco

⁶⁴ Idem, pp. 111-112.

⁶⁵ LA MARCHE, O. Op. Cit., tomo X, p. 210 e VAUGHAN, R. *Charles the Bold*, Op. Cit., p. 45.

anos, planos foram feitos e não concretizados para que ela casasse com Fernando, herdeiro do trono aragonês. Em 1465, pouco depois da morte de Isabel de Bourbon, mensageiros cruzaram o canal da Mancha, com propostas para um casamento duplo. O duque da Borgonha desposaria Margarida, a irmã do rei Eduardo IV, enquanto sua filha e herdeira seria prometida a um outro irmão York.⁶⁶

Se o possível casamento inglês de Maria ficou apenas na possibilidade, o de seu pai concretizou-se, apesar das tentativas em contrário. O rei francês, vendo no duplo casamento anglo-borgonhês uma ameaça, despachou seus embaixadores para Inglaterra, buscando demover o rei rival, e para Roma, tentando convencer o papa a não conceder as dispensas necessárias ao casamento. O máximo que conseguiu foi adiar os planos, que se concretizaram após a ascensão de Carlos ao governo.⁶⁷

As negociações continuaram sob comando da duquesa Isabel. A mulher de Felipe teve papel ativo em diversas negociações diplomáticas, e tinha grande interesse em melhorar as relações entre a Borgonha e a Inglaterra. O acordo do casamento incluiu um vantajoso – para a Borgonha – tratado comercial, que muito beneficiou as cidades das possessões norte. Em 1468, Margarida atravessou o canal da Mancha e tornou-se esposa do duque da Borgonha, consolidando os laços entre os dois nobres. Após a morte do marido, a duquesa tornou-se uma governante firme, auxiliando Maria e defendendo seus interesses. A pompa das cerimônias, ocorridas nos Países Baixos borgonheses, será trazida no terceiro capítulo.

A jovem Maria foi usada como “isca”, na expressão de Vaughan, para atrair aliados necessários ao expansionismo borgonhês. Quase todas as casas principescas foram sondadas para dar um marido à herdeira do duque borgonhês. Por exemplo, Carlos usou uma promessa de matrimônio para tentar quebrar a aliança entre o duque da Guiana e seu irmão, o rei Luís XI. Imediatamente, este fez com que o nobre recusasse e se comprometesse a jamais tentar casar com Maria; promessa que durou algum tempo, até que os irmãos se indisputassem de novo, e o duque da Guiana voltasse a procurar o duque borgonhês, em 1471.⁶⁸

⁶⁶ Idem, p. 39

⁶⁷ Idem, pp. 45-53.

⁶⁸ Idem, p. 72.

Outra casa nobre que foi entrelaçada nas artimanhas matrimoniais de Carlos foi a da Lorena. O duque Nicolau juntou-se aos aliados borgonheses pela promessa da mão de Maria. Também este foi um pretendente frustrado. Só pode deixar a corte borgonhesa, onde se instalara a convite de Carlos, após renunciar à mão de Maria por escrito.⁶⁹

O plano principal era casar Maria com Maximiliano, filho do Imperador Frederico III Habsburgo. Entre idas e vindas, o contato entre Império e o ducado sempre foi constante, desde Felipe, O Bom. A pauta principal desses contatos era a participação do duque em assuntos internos, já que este era vassalo imperial em diversos de seus domínios, e, por vezes, uma possível coroa.

Carlos retomou esses contatos. Muitos autores apontam que haveria nos duques borgonheses, acentuando-se no último, uma “vontade de realeza”, o sonho “quimérico” de construir uma unidade geográfica contendo todos os domínios dos Valois da Borgonha sob um só título régio. Que o duque procurou obter uma dignidade régia, vários dos seus contatos diplomáticos o afirmaram. Lembramos, acima, do discurso pronunciado em Dijon, quando Carlos reavivou a idéia de um reino da Borgonha, dominado pelos franceses e que deveria libertar-se.⁷⁰

Porém, em relação ao Sacro Império, Carlos deixara claro o objetivo de ser rei. Recusou, por algumas vezes, a oferta de Frederico III de elevar um de seus territórios a reinado, passando a ser detentor de uma coroa. O “grande duque do Ocidente”, epíteto dado a seu pai que, no entanto, também se aplicava a ele, desejava mais do que um reino novo, criado para amainar sua ambição e o ligar ao Império de forma definitiva.

Carlos almejava a própria dignidade imperial. E foi nesse desejo que ele apostou as mais intensas negociações para o casamento de Maria. Não foi simples. Frederico relutava em ceder às exigências do borgonhês, que queria ser eleito rei dos romanos. Por sua vez, Carlos mostrou-se pouco disposto a atender ao pedido do Imperador, que demandava que o duque entrasse em confronto com os suíços, ajudando um parente de Frederico.

Vários mensageiros corriam de um lado para o outro. Nobres dos dois lados buscavam ajudar nas negociações, sem sucesso. Em 1473, os dois governantes encontraram-se em uma das cidades imperiais de Carlos. O objetivo era claramente

⁶⁹ Idem, pp. 79 e 103.

⁷⁰ Idem, pp. 149-152 e CALMETTE. J. Op. Cit., p. 191.

negociar, em definitivo, o casamento de seus filhos. Porém, como o próprio cronista borgonhês afirmou, o Imperador retirou-se antes do fim das discussões. Deste momento em diante, as relações entre os dois ficaram distantes, auxiliadas pela ação diplomática do rei francês que buscava de todos os modos tolher os pontos de apoio de Carlos na Europa.⁷¹

A morte de Carlos, em 1477, deixou Maria órfã, solteira e à mercê de seus súditos, que fizeram revoltas em quase todas as cidades importantes dos Países Baixos. Daremos mais atenção a essas revoltas no ponto que segue. Outra ameaça ao seu poder era seu padrinho, o rei francês, que como falamos, pôs-se imediatamente em ação na Borgonha e nas cidades mais próximas. Não escondia suas pretensões de apropriar-se inclusive de terras que não eram apanágios de França, como a Flandres e o *Franche Comté*. Para isso, lembrou que, em certos momentos, ele e Carlos haviam aventado a possibilidade de casamento entre a herdeira borgonhesa e o delfim, então um bebê de colo.

Em uma decisão própria, contra o aviso de alguns de seus conselheiros que eram favoráveis à proposta de Luís XI, porém de acordo com a opinião de sua madrasta, Maria retomou os planos de seu pai. Olivier de La Marche afirmou que ela mostrou irredutível, e que não se casaria com outro senão o príncipe Habsburgo.⁷²

Consolidou-se então a aliança entre as duas casas. A guerra com Luís XI prosseguiu, mesmo com tratados de paz que envolveram inclusive o casamento da filha de Maria e Maximiliano com o delfim. A jovem princesa, levada para a França, fez parte do tratado de paz entre Maximiliano e Luís XI, no qual o Habsburgo abriu mão das duas Borgonhas, enquanto o rei francês aceitou o domínio dos descendentes de Carlos sobre a Flandres e os Países Baixos. Dessa forma, mesmo após a perda da Borgonha, os procedimentos de manutenção e consolidação continuaram. Foi essa a sobrevivência do “estado borgonhês”.

⁷¹ Calmette acentua muito essa ação contrária de Luís, como tendo sido a principal causa da derrota de Carlos, enquanto Vaughan destaca a própria política deficiente de Carlos como o motivo de sua queda.

⁷² LA MARCHE, O. Op. Cit., tomo X, p. 423.

1.3 – *Entre o uno e o dual*

Um “Estado” que possuía suas próprias especificidades. A natureza de *estado-compósito*, pleno de diversidade, ficava clara na enumeração dos títulos e senhorios do duque Carlos, último da linhagem:

“Muito poderoso, virtuoso e vitorioso príncipe Carlos, pela graça de Deus duque da Borgonha, de Lotrich, de Brabante, de Limburgo, de Luxemburgo e de Gueldres; conde de Flandres, de Artois e da Borgonha; palatino do Hainaut, de Holanda, de Zelândia e de Namur, marquês do Santo Império, senhor da Frísia, de Sahlins e de Malines (...)”⁷³

Duque, conde, senhor, palatino... A variedade de títulos mostra a multiplicidade de configurações políticas e culturais aglutinadas nas mãos do duque da Borgonha. No entanto, mesmo dentro de tal diversidade, dois grupos são percebidos.

Ao falar sobre os “Países Baixos borgonheses”, Walter Prevenier e Wim Blockmans acentuam uma das principais características dos domínios borgonheses: a dualidade.⁷⁴ Reconhecidas pelos próprios cronistas do duque, eram muitas as diferenças entre os *pays de par de lá* e de *par de çá*. Pertenciam todos aos domínios ducais, mas a Flandres mercantil, urbanizada e populosa, contrapunha-se às regiões rurais de baixa densidade demográfica da Borgonha, sede primeira da corte.⁷⁵

A citação de Joseph Calmette que abre esse capítulo é um retrato da atual região administrativa da Borgonha, com sua base no antigo ducado. A Borgonha do século XV era uma região extremamente feudalizada. Os poucos territórios nas mãos de camponeses eram ínfimos comparados às extensas culturas dos nobres e dos mosteiros. As vilas principais do ducado – Dijon, Beaune, Châtillon-sur-seine – possuíam importantes indústrias de tecidos. Eram abastecidas pela lã dos mosteiros da região, principalmente o de Cister, e eram importantes centros de distribuição do material.

⁷³ “treshaut, vertueux et victorieux prince Charles, premier de ce nom, par la grâce de Dieu duc de Bourgogne, de Lotrich, de Brabant, de Lembourg, de Luxembourg et de Gueldres, comte de Falndres, d’Artois et de Bourgogne; palatin de Hainaut, de Holanda, de Zeland et de Namur, marquis du Saint Empire, signeur de Frise, de Salins et de Malines”. LA MARCHE, O. Op. Cit., tomo IX, p. 235.

⁷⁴ PREVENIER, W. e BLOCKMANS, W. Op. Cit., p. 35.

⁷⁵ Idem, p. 24.

Mas, apesar de ter uma forte produção de tecidos, cereais e pecuária, o ducado era conhecido principalmente por seus vinhos. Desde o século XII, os mosteiros beneditinos da região eram grandes produtores, e o produto das uvas borgonhesas era imensamente valorizado. Tão valorizado que era consumido em grande quantidade pelo papado. Os próprios duques preocuparam-se em manter a qualidade. Felipe, O Audaz, controlou de perto seus vinhedos. Exigiu que os vinhos fossem produzidos somente com uvas da casta superior, que produziam o *Beaune*, proibindo a uva de cepa mais grosseira. Seu neto manteve essa preocupação, e o vinho tornou-se a mola mestra da região mais setentrional dos domínios dos duques.⁷⁶

Mesmo antes de o ducado reverter às mãos dos Valois em definitivo, o rei João II já se preocupava com a situação política da região, mantendo-se informado sobre as ações do duque. Jean Richard defende, inclusive, que muitas das mudanças depois atribuídas ao período dos duques Valois foram implantadas ainda nesta época, cabendo aos duques originários da linhagem de João, O Bom, mantê-las. As transformações aproximaram o modelo do aplicado nas regiões sob domínio da coroa francesa, fazendo com que o autor defenda que a “era” dos Valois da Borgonha comece, não em 1363, mas em 1349 com a morte do duque Eudes IV e o casamento do rei com a mãe do jovem Felipe de Rouvres, herdeiro do ducado.⁷⁷ Felipe prosseguiu o trabalho de seu pai. Em 1386, funda a *Chambre de Comptes* de Dijon, inspirada na de Paris. Até 1410, essa foi a principal célula administrativa dos domínios.

Porém, aos poucos, o centro de gravidade dentro dos domínios foi se alterando. A capital de direito dos territórios continuava sendo Dijon, no ducado, porém a corte se movia com frequência rumo ao norte. Em 1410, a *Chambre de Comptes* de Lille passou a gerir as despesas da casa ducal e a receita geral, isto é, o controle de todas as rendas do duque, em detrimento da cidade borgonhesa. O estado-compósito borgonhês, apesar de ter o “coração” no ducado que o originou, tornou-se, cada vez mais, apoiado nos territórios do norte, os seus “pés”.⁷⁸

⁷⁶ JOHNSON, Hugh. *A história do vinho*, São Paulo: Companhia das Letras, pp. 145-147 e RICHARD, J. Op. Cit., p. 175.

⁷⁷ Idem, p. 173.

⁷⁸ Idem, p. 193.

A expansão borgonhesa mudou o foco de atenção. No tempo de Felipe, O Audaz, e de João Sem Medo dava-se muita importância à política interna do reino francês. Com Felipe, O Bom, o grande alvo político tornou-se o Norte, os domínios que ficaram conhecidos como “Países Baixos Borgonheses”. Assim, diversas manifestações importantes da corte aconteceram em cidades flamengas. Lille foi palco para o grande espetáculo do Banquete do Faisão, Bruges recebeu o casamento de Carlos com Margarida de York e Gand foi o local onde aconteceram diversas cerimônias da Ordem do Tosão de Ouro. Um palácio ducal, que se tornou a residência oficial do duque foi concluído em 1451, na cidade flamenga de Bruxelas.⁷⁹

Nessas conquistas, muitas vezes os duques mantiveram as estruturas administrativas que encontraram. Os conselhos dos burgos dos Países Baixos permaneceram ativos e dominaram a cena política, durante o domínio dos duques e seus descendentes, mesmo com as tentativas de diminuir-lhes a importância. Maria da Borgonha, para poder suceder ao seu pai no senhorio das cidades flamengas, precisou ser reconhecida por estas como herdeira, bem como seu filho posteriormente.

Como vimos no ponto anterior, a expansão foi feita de modo gradual, incorporando territórios pouco a pouco. Ao contrário das Borgonhas, de povoamento esparsos, com pequenos agrupamentos humanos espalhados pelo campo e poucas cidades de tamanho médio, os Países Baixos borgonheses apresentavam uma grande concentração urbana. Não queremos dizer que os domínios ao norte fossem majoritariamente urbanos, mas em comparação a outras regiões da Europa no mesmo período, a parte da população que se concentrava nos pólos urbanos era muito maior, como mostram Blockmans e Prevenier.⁸⁰

Unir toda a região pertencente aos duques ao norte da França em um único bloco significa uma generalização. Regiões de línguas, hábitos e costumes diferentes entre si, com atividades comerciais também diferentes. A Flandres era famosa por seus artigos de luxo, como tapeçarias e tecidos finos, enquanto que as áreas mais ao norte, eram grandes postos comerciais. Até 1425, eram dois “teatros políticos individuais”, segundo Jonathan Israel. De um lado, com forte influência da França, Flandres e Brabante eram

⁷⁹ VAUGHAN, R. *Philip the Good*, Op. Cit., p. 178 e PREVENIER, W. e BLOCKMANS, W. Op. Cit., p. 39.

⁸⁰ Idem, p. 45.

completamente distintos do outro bloco, constituído por Holanda, Zelândia e os pequenos senhorios adjacentes.⁸¹

Mas quando o último conde independente da Holanda morreu, a situação mudou. Felipe tinha direitos de herança pela ligação de João Sem Medo com a família governante do Hainaut. Mas para exercê-los teve que passar por cima da resistência da viúva do conde, Jaqueline de Hainaut. A dama, uma personagem interessantíssima, que largou o conde para casar-se com um nobre inglês mesmo sem ter as dispensas papais necessárias, reuniu em torno de si alguns nobres que não estavam de acordo com a perspectiva de passarem a ser subordinados a um senhor tão mais poderoso. Mas as lideranças das principais cidades, compostas por comerciantes, mercadores e artesãos, apoiaram a pretensão de Felipe. A guerra pelo controle dos territórios da Holanda, Zelândia e Hainaut durou três anos, nos quais Felipe dedicou-se totalmente àquela região.⁸²

De forma geral, as camadas dirigentes dos grandes centros urbanos do norte receberam de bom grado, a princípio, o domínio borgonhês. O comércio da região com a Inglaterra já era intenso na época, e muitas das pressões posteriores dos Países Baixos em relação à dominação dos duques da Borgonha foram causadas por mudanças na política borgonesa com a Inglaterra. Para essa aceitação, contribuiu o fato de Felipe ter mantido as estruturas administrativas no nível local, criando outras instâncias sobrepostas a estas. Buscou simplificar os trâmites administrativos, sem ferir demais os interesses urbanos.⁸³

Mesmo assim, revoltas nos Países Baixos sempre foram constantes. O estilo de vida, guerreiro e ao mesmo tempo luxuoso, dos duques, apoiava-se em muito nas pesadas taxas que os prósperos centros comerciais neerlandeses eram obrigados a pagar. Nem sempre as populações mantidas sob o poder dos duques aceitavam de bom grado a tributação imposta pelos senhores Valois. E algumas regiões não aceitaram sequer a possibilidade de virem a se tornar possessões borgonhesas.

Foi o caso de Liège, um bispado independente, ligado por laços de vassalagem ao Imperador germânico, que há alguns anos encontrava-se nas mãos de parentes dos duques borgonheses. Revoltados com as taxas cobradas e acusando o bispo de planejar para que o

⁸¹ ISRAEL, Jonathan. *The Dutch Republic, its Rise, Greatness and Fall 1477/1806*. Oxford: University Press, 1998, pp. 21-2 e DE VOOGD, Christophe. *Histoire des Pays Bas*, Paris: Fayard, 2003, p. 53.

⁸² Idem, p. 50 e VAUGHAN, R. *Philip the Good*, Op. Cit., pp. 54-97.

⁸³ Idem, p. 85 e ISRAEL, J. Op. Cit., p. 25.

bispado entrasse na área de dominação da Borgonha, os habitantes rebelaram-se. Outras cidades uniram-se ou foram dominadas pelos rebeldes. Em seu afã estes invadiram terras do Brabante, dando motivo para Felipe intervir diretamente. Depois de dominar os rebeldes, Felipe colocou o bispado sob sua proteção.⁸⁴

A ambivalência das relações entre duques e seus domínios urbanos neerlandeses foi, segundo Andrew Brown, uma constante durante todo o período da linhagem Valois, que se acirrou com os dois últimos duques. Por exemplo, em uma insurreição em Bruges relacionada ainda ao conflito da Holanda, em 1437, Felipe, O Bom, quase foi assassinado. Essa tensão, ainda segundo o autor, seria um dos motivos da tentativa ducal de imiscuir-se nas relações internas das urbes sob seu poder, por exemplo, associando-se às guildas e irmandades religiosas, participando de suas festas e solenidades.⁸⁵ Tantas foram que o cronista borgonhês La Marche não as narrou todas em detalhes. Em suas memórias, a maior parte apareceu descrita em poucas linhas, e geralmente com frases de reprimenda.

De todos os Países Baixos borgonheses, nenhuma região era mais problemática que a da Flandres. E dentre as cidades flamengas, a que mais revoltas teve foi Gand. O próprio duque tinha dimensão da situação problemática que seu poderio enfrentava na região. Em carta a um sobrinho seu, reproduzida por Richard Vaughan, ao falar sobre suas possessões diz claramente que os *gantois* continuavam gostando tanto dele quanto do diabo. E também sabia que não era uma antipatia pessoal. Quando do seu desentendimento com Carlos, o conde de Charolais buscou refúgio em Gand onde foi bem recebido. Ao ser comunicado disso, Felipe retrucou que assim que o herdeiro se tornasse duque, as recepções dos habitantes de Gand seriam bem diferentes.⁸⁶

⁸⁴ As relações entre a Igreja e os duques mereceriam ao menos um ponto integralmente dedicado a sua apresentação. Por questões da limitação do escopo de uma dissertação, não nos foi possível dar ao assunto o aprofundamento merecido. Para maiores informações, remetemos ao capítulo da biografia de Felipe, intitulado “Philip the Good and the Church” de Richard Vaughan, que destrincha as linhas de ligação do poderio borgonhês com os altos eclesiásticos de seu tempo. O duque também fez com que vários de seus bastardos ocupassem cargos elevados na hierarquia da Igreja, como bispos e abadessas. VAUGHAN, R. *Philip the Good*, Op. Cit., pp. 205-38. Para a participação de Felipe e Carlos nas manifestações religiosas das comunidades urbanas, Andrew Brown fez um sucinto, mas precioso estudo, sobre o ‘teatro-estado’ borgonhês nas cidades, ocupando lugares de destaque em comemorações, guildas e irmandades, especificando em Bruges. BROWN, A, Op. Cit., observações secundadas por breve comentários de Jacques Heers, em seu livro sobre as festas e carnavais. HEERS, Jacques. *Fêtes de fous et carnavals*. Paris: Fayard, 1983, p. 89.

⁸⁵ BROWN, A, Op. Cit., p. 575.

⁸⁶ VAUGHAN, R. *Philip the Good*, Op. Cit., p 150.

As ações dos habitantes citadinos nos governos seguintes deram razão ao duque. Gand sempre foi ciosa de seus privilégios. O Conselho recusou-se, diversas vezes, a concordar com os constantes pedidos de aumentos de impostos. Inclusive os representantes de Gand agiram incisivamente no “Conselho da Flandres”, que incluía as quatro principais cidades (Gand, Bruges, Ypres e Lille) para que esta instância também barrasse os aumentos. Essa insubordinação pode ser vista como uma resistência às tentativas de homogeneização administrativa realizadas pelos duques da Borgonha. Não iremos aqui argumentar que houve uma centralização administrativa, pois já está claro que nem em casos considerados paradigmáticos, como o “absolutismo francês”, esta aconteceu ou foi ao menos almejada. Acreditamos que no caso borgonhês, a gradual implantação de esquemas da administração francesa deveu-se mais a uma tentativa de facilitar a administração da grande extensão borgonhesa. O modelo francês, com suas *Chambres* e parlamentos, era mais simples para os duques lidarem do que a multiplicidade de pequenos conselhos regionais.

Os duques instituíram *chambres de conseil* que uniam grandes porções dos Países Baixos em uma espécie de parlamento. Aos poucos, tais *chambres* uniram-se e formaram os Estados Gerais dos Países Baixos. Outra modificação importante foi a unificação monetária, com a criação do *vierlander* de prata, um sistema único para toda a região.⁸⁷ Andrew Brown, em seu artigo sobre o “teatro-estado” borgonhês, ressalta uma outra característica, que para ele mais demonstra a singularidade do ducado: a imersão do duque na vida cívica e festiva das regiões por ele dominadas, imersão que não se repetiria nem mesmo com os sucessores da tradição borgonhesa, os Habsburgos espanhóis.⁸⁸

Em 1464, Felipe reuniu todos os *chambres de conseil* dos *pays de par deçá* em Bruges, estabelecendo a primeira reunião do que viria a ser os *États Generaux*. Tal instituição tornar-se-ia chave na política de Carlos, que os reuniria com frequência para pedir taxas e exércitos.

Alguns autores, inclusive, usam essas reuniões frequentes dos *États Generaux* como um dos argumentos para estabelecer o último duque Valois como tendo fundamentado seu governo em uma tentativa de centralização. Além disso, seu “autoritarismo”, já que ao

⁸⁷ DE VOOGD, C. Op. Cit., p. 53.

⁸⁸ BROWN, A. Op. Cit., p. 573.

contrário de seu pai, não ouvia seus conselheiros com freqüência. Juntos, esses fatores seriam indicativos de uma “vontade de realeza”. Esse termo representa o mito historiográfico do “duque que queria ser rei”, que transparece em muitas obras, tratando ou não da Borgonha em específico, considerando que Carlos dirigiu todos os seus esforços enquanto duque para esse único objetivo. Tal análise ignora certas minúcias das ações políticas dele, que inclusive rejeitou as propostas feitas pelo imperador de unificar partes de seu território, destas fazendo um reino. Seus objetivos de realeza eram claros e direcionados a ser “rei dos romanos”. As suas ações “centralistas” podem ser observadas, e esta é a nossa opinião, como fruto da sua pretensão de obter a independência total da coroa francesa. Criou um parlamento fixo em Malines, em 1473, mesmo lugar e ano em que criou uma *chambre de comptes* geral, para todos os seus domínios. Esta *chambre* controlaria as demais.⁸⁹

A morte do “Temerário” alterou o estado de coisas nos Países Baixos borgonheses. Todos os magistrados escolhidos por Carlos foram depostos, os Estados Gerais impuseram a Maria a concessão de diversos privilégios. Gand assassinou dois membros do antigo governo, mesmo após a jovem duquesa implorar pela vida destes, entre outras diversas rebeliões que eclodiram por todos os domínios.⁹⁰ Mas a autoridade de Maria não foi questionada. Os territórios que herdou de seu pai aceitaram-na, apesar de ver com reservas o seu marido estrangeiro. O problema agravou-se com a morte prematura da duquesa em 1482. A maioria das cidades não aceitou o governo de Maximiliano, alegando que ele não possuía sangue borgonhês. A custo, o rei dos romanos convenceu os seus súditos dos Países Baixos a aceitarem uma regência em nome de seu filho, Felipe. Mesmo assim, Gand seqüestrou os filhos do casal ducal, alegando que era necessário que o governante fosse criado a forma da Borgonha, coisa que consideravam impossível com Maximiliano, um alemão. Só com ameaças de invasão, o regente conseguiu reaver seus filhos que foram enviados para Bruxelas.

⁸⁹ VAUGHAN, R. *Charles the Bold*. Op. Cit., p. 137.

⁹⁰ LA MARCHE, O. Op. Cit, tomo X, pp. 425-430.

Como explicar a afirmação de autores que defendem a permanência de um “sentimento borgonhês”? *Les pays de pardeçá bourguignons*, era assim que as regiões que constituíam os domínios do “Temerário” no norte continuaram a se ver. Essa importância adquirida com o passar do tempo aumentou ainda mais após a morte de Carlos, em 1477. O ducado tornou-se parte dos territórios sob domínio direto do reino francês, ficando a herdeira, Maria, apenas com os Países Baixos e o Franco Condado. Autores defendem que isso criou um sentimento “nacional” nessas regiões, cujos habitantes passaram a se considerar borgonheses, em oposição aos franceses e alemães que queriam tomar seus territórios. Posição contraditória essa. Quando do falecimento de Carlos, último duque da Borgonha, os habitantes de Gand se revoltaram contra Maria, matando dois conselheiros e obrigando-a a assinar diversos privilégios para a cidade. Na mesma urbe, anos depois, em outra rebelião, o filho desta com Maximiliano de Áustria foi feito refém, só sendo libertado após violenta guerra. Há que se lembrar que as leis da região permitiam a herança por via feminina, o que legitimava as pretensões de Maria e seu marido. Fica complicado então falar de sentimento “nacional” borgonhês.

Um “estado-compósito”, com um elemento dual. Walter Prevenier e Wim Blockmans, em estudo sobre os Países Baixos borgonheses, indicam a duplicidade dos domínios ducais. De um lado, a fértil região na França, com intensa produção agrícola e direito feudalizado; e por outro, as cidades mercantis da Flandres, da Zelândia, do Brabante, com mercado extremamente ativo, e liberdades para as comunas. Com o passar do tempo, o foco do poder passou a ser cada vez mais dirigido para as áreas banhadas pelo Mar do Norte; mas o coração deste estado sempre foi seu território original, com capital em Dijon.

Após enfrentar – além da pressão de seu parente Luís XI – descontentamentos e revoltas nos Países Baixos, Maria casou-se com Maximiliano de Áustria, filho do imperador do Sacro Império. Tal casamento chegou a ser pensado pelo falecido duque, que pretendia com esta aliança conseguir a dignidade real. No momento em que foi concretizada, essa ligação apenas evitara que toda a herança de Maria fosse parar na coroa francesa. Mantinha a região da Flandres e o Franco Condado, mas o coração dos domínios da linhagem fora perdido, irremediavelmente. O Ducado da Borgonha revertera, definitivamente, ao reino da França.

Depois de mais de um século nas mãos da mesma linhagem, a Borgonha perdeu sua independência em relação aos franceses. No “terrível século XV”, o estado-compósito formou-se em meio a conflitos internos e externos, que ameaçavam a sua coesão. Para combater essas forças de fragmentação, os duques incrementaram dispositivos para a manifestação do seu poder, principalmente as formas literárias e rituais, temas dos dois próximos capítulos.

Capítulo II

O serviço pela palavra: a literatura e a corte da Borgonha

“...eu, Olivier, senhor de La Marche, nativo da Borgonha, grande e primeiro *maitre d'hotel* de vossa casa, pleno de dias, carregado e cheio de diversas enfermidades, e acometido da fraqueza da velhice (...) por causa de minha velha idade, não vos posso servir pessoalmente como seria o meu desejo, tanto nas armas e embaixadas, quanto em outros trabalhos (...) sendo então, por esses defeitos a mim advindos, pessoa inútil em tão nobre serviço quanto o vosso (...) para prova de minha lealdade, pelo amor que tenho a vós e para que eu demore mais em vossa virtuosa lembrança, estou resolvido, clamando a Deus para que me ajude e apóie, a rever e repensar alguns escritos anteriormente por mim recolhidos dos livros antigos, para melhor vos introduzir à leitura de certas memórias de coisas que eu próprio vi no meu tempo, esperando que vós os possa ler e ver muitos pontos que serão a altura de vossa senhoria exemplar, espelho e doutrina, úteis e aproveitáveis para os tempos que virão.”¹

No primeiro capítulo tratamos da expansão do poder territorial dos duques da Borgonha. Atentamos para as estratégias da diplomacia matrimonial borgonhesa para instalar-se e manter-se sobre territórios tão diferentes. A partir daqui, começaremos a definir as peculiaridades do poder borgonhês, como este se consolidou. Este capítulo fala

¹ “...je Olivier, seigneur de La Marche, natif de Bourgogne, grand et premier maistre d’hostel de vostre maison, plein de jours, charge et fourni de diverses enfermetés, et persecuté de debile vieillesse (...) qu’à cause de mon viel aage, ne vous puis faire service personnellement selon mon desir, tante en armes et ambassades, qu’en autres travaux (...) estant comme honteux, par ces defautes à moy avenues, d’estre personne inutile en si noble service que le vostre (...) pour l’aquit de ma loyauté, par l’amour que j’ai à vous et afin que je vous doy soit et demeure plus longuement en vostre vertueux souvenir, me suis résolu, appelant Dieu à mon aide et support, de reveoir et reconnoistre quelques escripts autresfois par moy recuillis des livres anciens, pour mieux vous introduire à la lecture de certains memoires de choses que j’ay veues moy-mesme avenir de mon temps, esperant que vous y pourrez lire et veoir plusieurs poincts qui seront a l’hauteur de vostre signorie exemplaire, miroir et doctrine, utiles et profitables pour le temps à venir” La Marche, Olivier de. *Mémoires*. Op. Cit., tomo IX, pp. 88-89.

sobre um aspecto que permite o acesso ao modo de pensar o poder na Borgonha Valois: a literatura.

O poder ducal manifestou-se de diversas formas, buscando construir e aumentar uma legitimidade. Um dos caminhos, intrinsecamente ligado a outros, foi a literatura, principalmente a que se incumbia de narrar feitos e fatos, como as “crônicas” e “memórias”. Cabe, então, primeiro apresentar brevemente a relação entre história e literatura, principalmente no contexto delicado do século XV, para depois abordar aqueles que, a serviço do duque, produziram a literatura borgonhesa. O destaque será dado a Olivier de La Marche, *maitre d’hôtel* do duque e um dos seus memorialistas de maior difusão póstuma.

2.1 – Literatura na corte

A palavra tem poder, que se consolida ainda mais na forma escrita. Constrói verdades e mitos, elaborando narrativas e histórias, tornando fatos mais ou menos verossímeis. Traz de volta o passado, deturpado, idealizado, sonhado. Quem escreve o faz com intenção, de acordo com seu próprio modo de pensar. Escolhe o que falar, o que ocultar, apresentar de forma contida, quase despercebida. A escrita tornou-se o veículo por excelência da memória, transformando inclusive os próprios mecanismos da lembrança.²

Para o historiador, na grande parte das vezes, a entrada em seu objeto de estudo é feita através dessa palavra escrita, vestígio mais visível dos tempos que já se foram. Por mais que, depois da “Nova História”, não se possa subestimar o valor de fontes arqueológicas, iconográficas, entre outras, o historiador, e principalmente aquele que analisa as complexas formas do poder e das idéias políticas, baseia-se principalmente no que a sociedade estudada deixou escrito. Mais do que documentos cartoriais, para se

² LE GOFF, Jacques. “Memória” in ROMANO, Ruggino (org.) *Memória/História Enciclopédia Einaudi*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, vol. 1, 1986, pp. 11-50.

perceber as concepções de poder, é preciso buscar os textos narrativos ou tratadísticos, que formariam uma “literatura”.³

Eis o grande desafio: ao analisar a fonte, não se deixar levar pelo discurso do autor. É preciso procurar a construção desse discurso, seus motivos e objetivações, suas influências, a própria personalidade do autor, como escritor e obra encontram-se inseridos no seu contexto, social e literário.⁴

A idéia de um “contexto literário” precisa ser problematizada, mesmo que levemente, ao tratar-se de temporalidade tão recuada. A atual noção de literatura, intrinsecamente ligada à obra ficcional, surge após as revoluções de fins do século XVIII e início do XIX, opondo-se, a partir de então, a categorias mais “científicas”, como história, filosofia, matemática e as ditas ciências da natureza. Essa dicotomia não se adequa em relação à Idade Média e aos princípios da Idade Moderna. Não há distinção classificatória entre ficcional e não-ficcional. No meio de uma história, narrativa comprometida com a veracidade, encontram-se acontecimentos fantásticos.

O termo latino *litteratura* teve significado restrito para os letrados medievais, remetendo-se à gramática e à capacidade de escrita. Porém, pode-se dizer que houve nesse período “uma consciência da atividade literária em seu conjunto e em sua especificidade, consciência também de um corpus literário”.⁵

Mesmo que esse *corpus* ainda apresentasse traços de oralidade, já que as primeiras obras literárias em vernáculo foram os gêneros cantados, como a canção de gesta e a poesia lírica. O romance, “primeiro gênero (...) destinado à leitura”, era produzido para ser lido em voz alta, incorporando em si os elementos de sua representação pelo leitor. Contudo, se a oralidade tinha sua predominância, a palavra tinha sua autoridade reconhecida principalmente quando fixada na forma escrita. Quanto mais nos aproximamos do final da Idade Média, mais o texto tem seu valor.⁶

Retomando um exemplo apresentado no primeiro capítulo, lembramos que, durante a guerra entre Borgonha e Orléans, ambos os lados usaram uma intensa produção de libelos

³ BURKE, P. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*, São Paulo: Editora da UNESP, 1990.

⁴ FACINA, Adriana. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 9.

⁵ ZINK, Michel. “Literatura(s)” in LE GOFF, Jacques et all. (orgs.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru/São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial, 2002, vol. II, p. 79.

⁶ Idem, p. 81.

e pequenos textos de polêmica. A produção de cunho panfletário, defendendo a política borgonhesa, teve importância principalmente durante esta guerra com os *armagnacs*. Um exemplo foi a *Pastoralet*. De autor anônimo, conhecido pelo pseudônimo de Bucarius, essa pastoral foi uma alegoria do conflito, com um cunho fortemente borgonhês. Retratou João e seus seguidores como leão, e descaracterizou os *armagnacs* como lobos, vis e sem honra.⁷

Além das obras em verso, o texto mais importante executado durante essa guerra foi a *Justification du Duc de Bourgogne*, de 1408, escrito por Jean Petit. Doutor em teologia na Universidade de Paris, esse teólogo escreveu em defesa do duque João sem Medo um tratado que justificava o assassinato de Luís de Orléans. Essa peça da defesa do duque fez uma apologia do tiranicídio, baseada nas possíveis falhas de caráter do duque de Orléans, alardeadas em boatos pelas ruas de Paris. Nas idas e vindas da complicada situação entre *armagnacs* e borgonheses, a *Justification* foi declarada, alternadamente, válida e não válida, de acordo com quem estava no poder. Petit ficou por muito tempo defendendo-se por ter escrito essa justificativa, que lhe custou sua carreira.⁸

Em 1450, com a chegada da imprensa de tipos móveis na Europa, a relação com o texto mudou. Porém, essa mudança não ocorreu de “hora para outra”. A vulgarização do impresso foi se dando aos poucos, transformando a civilização européia ocidental em “civilização da escrita”, conceito que se refere à Europa Ocidental a partir do século XV. O historiador espanhol Fernando Bouza Álvarez objetiva compreender a construção de uma “civilização da escrita” durante a Alta Idade Moderna européia, e também demonstrar essa progressiva afirmação da escrita dentro de um contexto geral de formas de comunicação variadas. A própria interação do poder e suas relações internas com a textualidade foram se alterando. Afinal, agora a palavra escrita poderia aparecer de duas formas: manuscrita ou impressa. Teceremos reflexões mais aprofundadas sobre o tema em nosso quarto capítulo.⁹

Todavia, o texto não se produz sozinho. É produto humano, mostrando – às vezes de forma clara, outras de forma mais recolhida – as intenções e pretensões de quem escreve. O historiador francês Roger Chartier reflete sobre a questão da autoridade. Diz que as obras literárias são produzidas para um leitor, tendo assim uma intencionalidade. Para

⁷ BUCARIUS. “Pastoralet (extraits)” in MARY, A. (org.) *Anthologie poétique française. Moyen Âge*. Paris: Gallimard, 1967, vol. 2, pp. 239-247.

⁸ LOYN, H. R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997 p. 300.

além disto, esta noção traz à tona o fato de o texto expressar os pensamentos de um sujeito público e/ou social. Ou seja, o autor seria, mais do que um indivíduo subjetivo, a função autor. É necessário um distanciamento ao analisarmos a instituição literária, para que possamos “compreender quais foram as razões da produção, as modalidades das realizações e as formas das apropriações das obras do passado”. As idéias de Roger Chartier sobre o problema da autoria e o contexto social estão em diversos de seus escritos em uma tentativa de estabelecer uma “história da leitura”.¹⁰

Sendo assim, ao examinar uma obra literária, devemos nos preocupar com quatro fatores: quem foi o autor, para quem ele escrevia, sua finalidade ao escrever a obra e como esta foi produzida. Só assim, percebendo o lugar de onde o autor falava com o maior número de detalhes possível, e para quem ele se dirigia, teremos uma compreensão profunda do seu texto.

Segundo Daniel Porion, o final da Idade Média trouxe um ‘humanismo’ renascido das cinzas das velhas estruturas do sistema feudal.¹¹ As guerras, epidemias, fomes, matizavam as concepções de mundo, e isso também acontecia na literatura. Se, nos princípios da Idade Média, a escrita era quase um privilégio de temas sacros e autores de origens religiosas, aos poucos os textos e as temáticas foram se tornando cada vez mais “profanos”:

Para este mesmo autor, a história da literatura francesa dos séculos XIV e XV vai mostrar a mudança das estruturas de pensamento, ao serem confrontadas às novas dimensões que o mundo assumia. As contradições e as transformações das idéias transpareciam debaixo da aparente imobilidade dos princípios formais, em uma aventura espiritual, como uma história desabrochando sobre uma nova mentalidade.¹² Porém, por mais que a palavra escrita tenha rompido a barreira do sagrado, a literatura permaneceu nas mãos da Igreja, dos ricos burgueses, dos trovadores, e dos intelectuais, que procuravam ter um papel determinante como secretários, notários, homens de lei.¹³

⁹ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Del escribano a la biblioteca. La civilización escrita europea en la alta edad moderna (siglos XV-XVII)*. Madri, 1997.

¹⁰ CHARTIER, Roger. “Literatura e História”, *Topoi*, Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000, n.º 1, p. 198; *História cultural. Entre práticas e representações*. Op. Cit. e *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

¹¹ POIRON, Daniel. *Littérature française. Le Moyen Age II (1300-1480)* Paris: B. Arthaud, 1971, p. 8.

¹² Idem.

¹³ Idem, p. 53.

As cortes principescas foram as grandes patrocinadoras da literatura. Charles de Orléans e René de Anjou eram poetas que, além de produzir obras também auxiliavam outros escritores.

O príncipe-poeta de Orléans esteve em poder dos ingleses durante longo tempo, tendo sido libertado pelo pagamento de resgate, feito por Felipe, O Bom, como vimos no capítulo anterior.¹⁴ Sua poesia é uma das mais conhecidas desse período, considerada um primoroso exemplo de uso de alegorias e metáforas. Tendo uma vasta produção, exerceu grande influência em autores contemporâneos, como os borgonheses Olivier de La Marche e Georges Chastellain.¹⁵ Isso provavelmente por ter criado ao redor de si confrarias e comunidades poéticas, entre elas de poetas ligados, sentimentalmente, ao franciscanismo.¹⁶

René d'Anjou, o “rei sem trono”, foi outro nobre que se dedicou à poesia e às letras. Seu *Coeur d'Amour empris* é uma alegoria cavaleiresca, que concebeu o duque Felipe, O Bom, como um entre muitos heróis. O cavaleiro Coeur passeia pelo cemitério do Amor. Lá estão escudos e divisas de nobres heróis e cavaleiros, além de poetas e escritores. Encontram-se lá as armas de Davi, Marco Antônio, Julio César, Teseu, Hércules, Aquiles, Lancelote, Tristão. E também Luís de Orléans e João de Berry. Com destaque, surge um escudo com cores diversas, que representava a França, a Borgonha, Brabante, Limburgo e Flandres, que pertencia a Felipe.¹⁷

Algo irônico que anos mais tarde tenha sido ele a escrever o epitáfio do filho deste duque. Após a batalha de Nancy, ao contrário da alegria jubilosa de Luís XI, René ergueu uma cruz em memória do seu parente no lugar de sua morte. E na igreja onde construiu um monumento fúnebre em homenagem ao seu antigo inimigo, gravou um epitáfio que começa assim: “Carlos, glória dos povos da Burgúndia, de quem, outrora, a Europa tinha temor, está sepultado neste túmulo.”¹⁸

¹⁴ La Marche aponta este fato como tendo selado a paz entre as famílias. LA MARCHE, O. Op. Cit, tomo X, p. 453.

¹⁵ EMERSON, Catherine. *Olivier de la Marche and the Rhetoric of Fifteenth Century Historiography*. Op. Cit., pp. 174-177 e ZUMTHOR, Paul. “Charles d’Orléans et le langage de l’allégorie” *Langue, texte, énigme*. Paris: Éditions du Seuil, 1975, pp. 197-216.

¹⁶ EMERSON, C. Op. Cit., pp. 164-188.

¹⁷ BOHLER, Danielle (org.). *Splendeurs de la cour de Bourgogne*. Op. Cit., pp. VII-VIII.

¹⁸ *Conditur hoc tumulo Burgundae gloria gentis, Carolus, Europae qui fuite ante timor*. Petitot, M. “Advertissement”, La Marche, O. *Mémoires*. Op. Cit., tomo IX, p. 95. Agradeço ao colega Bruno Oliveira pela tradução.

As cortes principescas patrocinaram em grande parte a literatura dos séculos XIV e XV. Com a gradativa perda da independência financeira da nobreza fundiária, nas cortes dos grandes senhores e pares de França os mais reconhecidos escritores ofereciam seus serviços. As letras dessa época têm uma profunda marca cortesã.¹⁹

Uma das mais pujantes “cortes literárias” foi a dos duques da Borgonha. No conjunto de obras produzidas sob seus auspícios no século XV, entre poesias, traduções, tratados de comportamento e cavalaria, as crônicas e memórias serão aqui priorizadas. Documentos privilegiados de construção do passado recente, deixariam transparecer de forma mais clara os objetivos da corte da Borgonha, e também o papel preponderante que os cronistas tiveram nessa corte, principalmente sob os dois últimos duques.

A poesia, com inúmeros representantes, nobres ou não, é apenas parte de um universo literário em expansão. Narrativas em prosa tornam-se cada vez mais freqüentes, tratados políticos se multiplicam no fascínio que o século XV terá com a imagem do príncipe.²⁰ A produção historiográfica que objetivava narrar acontecimentos verídicos alcançou novo patamar.

Paul Zumthor apresentou os pontos de contato entre três gêneros muito recorrentes da literatura medieval: o *roman*, a *chanson de geste* e a *historia*. Os três se arrogavam uma certa veracidade, pois diziam se referir a fatos que aconteceram realmente, ou pelo menos nisso coletivamente acreditava-se. A diferença essencial seria a “ficcionalidade”, no caso referente a um caráter mítico ausente das obras ditas historiográficas. Ao afirmar a impossível veracidade do que estavam narrando, estabelecendo um pacto de compromisso com o leitor/ouvinte, a *chanson* e o *roman* se transformam, segundo Zumthor, em “uma ideologia difusa da coletividade”, dando-lhe um sentido identificatório e fazendo perder sua historicidade.²¹

A memória do passado, recente ou não, era perpetuada em tratados narrativos. Huizinga defendeu o uso das crônicas como fonte de estudo dessa época, por trazerem a

¹⁹ BOUTET, Dominique e STRUBEL, Armand. *Littérature, politique et société dans la France du Moyen Âge*. Paris: Presse Universitaire de France, 1979, p. 223.

²⁰ Idem.

²¹ ZUMTHOR, Paul. “Roman et histoire. Aux sources d’un univers narratif” *Langue, texte, énigme*, Op. Cit., pp. 237-249.

“cor” do período.²² Marc Bloch pensava de forma similar, ao escrever que a “história” produzida na Idade Média é uma fonte privilegiada para se estudar seu ambiente cultural.²³

Mas o próprio entendimento do que seria história não corresponde ao que temos hoje, e tampouco era o mesmo da Antigüidade Clássica. Ao contrário da temporalidade entendida pelos antigos, o homem medieval não vê o tempo como um ciclo que retorna a si mesmo. Impregnada pela mentalidade cristã e seu sentido de escatologia, a idéia de “tempo” não é simplesmente uma duração, mas um sentido. Em outras palavras, há uma linearidade: o mundo e suas coisas têm início, meio e fim, e dessa forma os autores tomam como momentos privilegiados na narração os extremos, lugares do mitológico, tendo assim o momento presente como desfavorável. Nessa forma de se ver o tempo, surgiu uma idéia de decadência. O mundo avançaria lentamente rumo ao seu término, de modo que, quanto mais afastado da origem, maior a degradação, e desta forma até o fim. Os resumos que antecedem as crônicas e mesmo as partes iniciais de algumas ‘histórias’, que remontam às mais remotas eras, em uma linearidade sucessória, dariam essa impressão pessimista, de tempos cada vez piores em relação aos anteriores.²⁴

Se há essa ruptura no conceito do “tempo”, as literaturas medievais “são, ininterruptamente, as herdeiras das letras antigas, que imitam e perpetuam”.²⁵ Assim também a dita “historiografia” francesa da Idade Média. Historiografia entre aspas, pois, como em relação a todos os ditos gêneros literários medievais, as fronteiras da sua definição eram muito tênues. Bernard Guenée, em artigo sobre a diferença entre “crônica” e “história”, aponta que, em primeiro lugar, devem ser levadas em consideração as intenções dos próprios narradores. Ele o faz através de uma análise dos prefácios e prólogos. Nesse trabalho, Guenée não buscou teorizar sobre as idéias de história presentes no texto como um todo.²⁶

Com suas raízes na historiografia produzida pela Antigüidade Clássica, da qual se busca o exemplo, as obras memorialistas medievais intitulavam-se basicamente de duas formas: “histórias” e “crônicas”. Mas, se para aqueles que, durante o período da

²² HUIZINGA, J. *L'automne du Moyen Âge*, Op. Cit., p.34.

²³ BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, s.d., p. 94.

²⁴ BOUTET e STUBEL, Op. Cit, p. 170

²⁵ ZIMK, M. Op. Cit, p. 81.

Antigüidade, buscavam reconstruir o passado, a beleza era o ideal a ser alcançado, para os historiadores medievais a preocupação já era com certa exatidão. A procura por essa correção era, segundo Christiane Marchello-Nizia, afirmada exaustivamente por meio de fórmulas iniciais de apresentação, presentes nas introduções aos textos memorialistas, que beiravam o formalismo jurídico da época.²⁷

Na sua construção primordial, a diferença entre ‘história’, ‘crônica’ e ‘anais’ era traçada firmemente. Intitular uma obra como ‘história’ significava que ali far-se-ia mais do que listar eventos como nos anais, ou simplesmente narrá-los em forma de crônica. Era preocupar-se com uma explicação causal do que era narrado. A “história”, seguindo a definição de Eusébio de Cesárea entre os séculos III e IV, comprometer-se-ia a emitir uma opinião durante a narrativa. Ao contrário, o cronista preocupava-se somente com o relato puro e simples.²⁸

Os autores tinham em mente essa preocupação. O memorialista Jean Froissart já definia assim: “Se eu disser: isso e isso aconteceu nesse tempo, sem abrir nem esclarecer o mistério, isso será crônica e não história”.²⁹ O borgonhês Olivier de la Marche, ao recolher suas recordações em forma de memórias, alegava que seu trabalho não poderia ser considerado crônica ou história. Para ele, o ofício de historiador era sério e dizia respeito ao cuidado em tratar com os fatos de forma correta, recolhendo informações e tendo uma prosa correta.³⁰ O que não impediu, no entanto, que essa sua obra figurasse junto às crônicas oficiais da corte, como veremos mais à frente. Até porque essas linhas de divisão tão fortes eram mais discurso do que prática, o que se torna mais verdade conforme nos aproximamos do século XV.

Pois com o passar do tempo, o quadro se alterou. Dos séculos XIII ao XV, a crônica deixou de ter um status inferior comparada à história para tornar-se sua herdeira.³¹ Ao invés de narrativas nas quais a erudição do autor era mais importante, os historiadores do

²⁶ GUENEE, Bernard. “Histoire et chronique. Nouvelles reflexions sur les genres historiques au Moyen Âge”. POIRION, Daniel (org.). *La chronique et l’histoire au Moyen-Age*. Paris: Presses de l’Université de Paris Sorbonne, 1986, pp. 3-12.

²⁷ MARCHELLO-NIZIA, Christiane. “L’historien et son prologue: forme littéraire et stratégies discursives” POIRON, D. *La chronique et l’histoire au Moyen Âge*, Op. Cit., pp. 13-25, ZUMTHOR, P. Op. Cit., p. 239 e BOUTET e STUBEL. Op. Cit., pp. 171-172.

²⁸ ZUMTHOR, P. Op. Cit., p. 239 e BOUTET e STUBEL. Op. Cit., pp. 171-172.

²⁹ FROISSART, Jean. *Memóires*, apud. BOUTET e STUBEL Op. Cit., p. 172.

³⁰ LA MARCHE, O. Op. Cit., tomo IX, p. 234.

³¹ GUENÉE, B. Op. Cit., p. 10.

final da Idade Média buscavam “uma compilação séria, dando uma ordem cronológica rigorosa e indicando as datas, com uma narrativa escrita de forma agradável”.³²

A indistinção era tamanha que nem mesmo a vontade do autor se impunha no que se referia à denominação de seu texto. A *Chronique scandeleuse* pretendia ser uma memória, uma coleção de fatos recordados por alguém, assim como Jean Le Fébvre de Saint Remy, rei-de-armas da ordem do Tosão de Ouro, cujas *Mémoires* também foram intituladas “crônicas” pelos editores. Nem mesmo a ênfase colocada pelos autores em seus prefácios conseguia vencer a confusão entre as denominações. Catherine Emerson lembra que o próprio Commynes pediu para que sua obra não fosse chamada de “crônica” por não ter vínculos oficiais.³³

A prosa firmou-se como instrumento principal da narrativa da história. A eloquência, fruto da retórica adquirida dos oradores latinos, ajuda no aperfeiçoamento dos procedimentos narrativos em prosa, dando a estes um temperamento oratório. Daniel Poiron chamou atenção para o fato de que os cronistas borgonheses possuíam esse dom, ao escreverem para glória de seu príncipe. Porque, se a poesia correspondia ao espírito da corte francesa, a prosa oratória estava de acordo com o gosto da Flandres e da Borgonha pelo poder.³⁴

2.2 – Uma cultura borgonhesa?

Em nossa pesquisa, a relação entre história e literatura e a apreensão da mentalidade da época são preocupações essenciais. Buscamos demonstrar nossa hipótese central – a construção de um ideal de poder na corte dos duques da Borgonha baseado nos rituais de sua corte – através justamente de fontes escritas. Mais especificamente, de narrativas feitas a serviço dos nobres interessados, de forma a atenderem desejos e ambições bem específicos.

Os representantes dessa linhagem adotaram uma política claramente expansionista, como já abordamos. A combinação de estratégias matrimoniais (que, além de anexarem

³² Idem, p. 11.

³³ EMERSON, C. Op. Cit., p. 76.

³⁴ POIRON, D. *La littérature française*, Op. Cit, p. 144.

territórios, permitiam alianças políticas e diplomáticas) a um forte exército e mesmo a compra de alguns territórios – permitida pela pujança econômica dos domínios do ducado – expandiu imensamente a região sob controle borgonhês. Os duques tornaram-se senhores de parte expressiva da França, possuindo territórios também nas regiões germânicas, além da rica e próspera região da Flandres e dos Países Baixos. Dentro dos territórios, as manifestações culturais representavam essa dualidade.³⁵

Essa diversidade era, em grande parte, patrocinada pelo poder ducal. No século XV, o processo de cooptação dos artistas pelas grandes cortes começou a se intensificar. Tal característica vai ser uma marca das sociedades principescas posteriores.³⁶ Em *O artista da Corte*, Martin Warnke analisa justamente essas relações entre os soberanos e os artistas. Segundo ele, foi somente a partir do século XIII que as relações entre os artistas e as cortes assumiram formas específicas, no processo de consolidação do poder de grandes nobres em centros definidos – mas não necessariamente fixos. Nesse momento, a necessidade da representação pictórica do soberano tornou-se mais específica. Passou-se a regulamentar a atividade do artista. Se antes os mosteiros supriam os pedidos irregulares, com a constância, as cortes passaram a se servir da reserva de leigos das cidades sobre seus domínios.

Logo estes se tornaram figuras-chave nas cortes da Europa. O “Renascimento”, em sua expressão plástica, deveu muito ao financiamento de cortes nobres, embora camadas enriquecidas e não nobilitadas também usufruíssem serviços de artistas. O próprio desenvolvimento artístico influenciou-se por essa cooptação, já que dois pólos criativos formaram-se, a cidade e a corte. A “teoria da arte” teria nascido nesse embate, para legitimar os privilégios daqueles que trabalhavam para os príncipes.³⁷

Essa ligação para Warnke, era necessária pela necessidade de uma representação visual das cortes, mas principalmente do seu ponto central, o príncipe. Assim, pela influência que a arte passou a ter no exercício do poder, criou-se uma ligação muito

³⁵ Segundo Catherine Emerson, há um possível antagonismo cultural entre a cultura da corte, francófona, e a dos Países Baixos, que possuía sua própria linguagem. EMERSON, C. Op. Cit., p. 98.

³⁶ Como destaca Martín Warnke, em livro dedicado à apreciação da mudança do papel do artista nas cortes. WARNKE, Martin. *O artista da Corte*. São Paulo: Edusp, 2003.

³⁷ Idem, p. 32.

próxima entre o artista e o senhor. Para o autor, aquele que pintava – ou esculpia - em uma casa nobre tornou-se uma figura vista privilegiada, até o colapso do *Ancien Régime*.³⁸

O mecenato borgonhês foi exercido de forma intensa, em uma relação dialética com o crescimento expressivo da produção artística da região norte da Europa.³⁹ O século XV viu o surgimento de uma “Renascença do Norte”, e diversos artistas associados a essa expressão trabalharam para os duques da Borgonha.

Muitos se tornaram servidores dessa casa nobre. Seleccionamos três exemplos de artistas da corte borgonhesa. Claus Sluter foi um dos mais renomados escultores da época. Nasceu na Holanda, e após construir ali sua reputação, entrou para o serviço do duque Felipe, O Audaz. Foi nomeado *valet de chambre* e sua principal obra foi um conjunto religioso da Via Sacra para o Convento de Champmol, sob ordens de João sem Medo, no qual a peça mais famosa – e a única ainda inteira – é a fonte de Moisés, que impressionou diversos historiadores e críticos de arte por seu realismo (figura 2). Também começou a trabalhar no túmulo de Felipe, O Audaz, obra terminada por seu sobrinho. Foi figura importante na definição de uma escola borgonhesa de arte, tendo dirigido a escola de Dijon, instituição patrocinada pelos duques.⁴⁰

Dois famosos pintores da “Renascença do Norte” foram os irmãos Van Eyck, tidos como inventores da pintura a óleo. O mais novo dos irmãos, Jan, esteve longo tempo a serviço de Felipe, O Bom. Foi pintor da corte, tendo participado dos preparativos dos festejos cortesãos, como ficou registrado nas contas das festas. Participou de embaixadas diplomáticas, a mais conhecida delas em Portugal, onde pintou um retrato da princesa Isabel, filha do rei João I, e futura esposa de Felipe, O Bom. Entre outros benefícios, recebeu comissão como *valet de chambre* e isenção da taxa de guilda. O duque foi padrinho de seu filho. Nenhuma de suas obras pintadas a mando do duque permaneceu, mas uma das que chegou até nós retratam um dos servidores ducais. A “Madonna do Chanceler Rolin” (figura 3) foi encomendada por um dos principais servidores de Felipe, O Bom, considerado por Calmette uma das “cabeças pensantes” do governo borgonhês. Porém, foi acusado por Richard Vaughan de ter uma lealdade dúbia, já que houve registros

³⁸ Idem, pp. 16-19.

³⁹ Não podemos deixar de ressaltar a importância do mecenato burguês, que também fomentou a criação de diversas das mais importantes obras do período.

de pagamentos de rendas feitas pelo rei francês a este oficial. A pintura também oferece, no fundo, a imagem de uma cidade flamenga, provavelmente Bruges.⁴¹

Rogier Van der Weyden – também conhecido pela versão francesa do seu nome, Roger de la Pasture – foi pintor oficial de Bruxelas, uma das principais cidades dos domínios da Borgonha, e executou obras sob encomenda de nobres borgonheses. Na sua “Adoração dos Reis Magos” (figura 4), os historiadores da arte vêem retratados Felipe, O Bom – ajoelhado na frente do Cristo – e seu filho Carlos, em pé, na extrema direita. São de sua autoria – ou de seu ateliê – os retratos mais divulgados dos dois últimos duques borgonheses (figuras 5 e 6).⁴²

Uma análise mais profunda do uso da pintura e da escultura pelos duques foge ao objetivo deste trabalho. Citamos esses exemplos para indicar a amplitude do mecenato dos duques. A questão da “Renascença do Norte” foi uma preocupação muito mais dos historiadores da arte, como Erwyn Panofsky.⁴³ Exceção feita a Johan Huizinga, que dedicou parte de *L’automne du Moyen Age* a Jan Van Eyck e à ligação da sua pintura com o espírito de sua época. Uma das inspirações para seu livro foi justamente uma exposição das obras desse pintor.⁴⁴

A pintura e a escultura eram focos de uma das faces do projeto de expansão e legitimação da Borgonha, o mecenato ducal. Que também englobava a guerra, as estratégias de casamento, como vimos, e os rituais de corte, mais detalhados no próximo capítulo. A outra face do mecenato, como já indicamos, era ligada à literatura. As obras literárias borgonhesas podem ser testemunhos - não só da grandeza e do esplendor dessa corte, mas também da tentativa de construção de um poder paralelo. Não obstante o valor da produção poética e dramática, a grande força estava na prosa oratória, principalmente na narrativa histórica. Interessa-nos a finalidade das peças literárias produzidas no ducado da Borgonha durante os séculos XIV e XV, mais especificamente de um único autor, Olivier de La Marche.

⁴⁰ WARNKE, M. Op. Cit., pp. 184 e 192; CALMETTE, J. Op. Cit., pp. 210-217; HAMMACHER, A. M. *The book of art. Flemish and dutch art*. Nova Iorque: Grolier Editions, 1965, pp.107-8.

⁴¹ CALMETTE, J. Op. Cit., pp. 218-219 e 328-329; WARNKE, M. Op. Cit., pp. 70 em diante e HAMMACHER, A. Op. Cit., pp. 45-48.

⁴² CALMETTE, J. Op. Cit., pp. 218-219 e 248, e HAMMACHER, A. Op. Cit., pp. 124-125.

⁴³ PANOFSKY, Erwyn. *Les primitifs flamands*. Paris: Fernand Hazam, 2001.

Não cabe a discussão, algo metafísica, de avaliar a veracidade dos textos em relação aos acontecimentos determinados. Para o que se deseja analisar - a existência de um ideal político - mais do que certificar a existência desse modo de vida, vale analisar a construção desse ideal, presente nas obras que o pretendiam difundir. Johan Huizinga indica, na sua obra *L'automne de la Moyen Âge*, a forma como o historiador deve se apropriar das crônicas medievais. Ao invés de procurar nessas narrativas “históricas” uma veracidade incontestável em relação aos fatos e eventos, devemos pensá-las como porta de entrada para a “cor” dessa época, tão diferente da nossa. Huizinga adverte que o historiador da Idade Média que desconsidera as crônicas por estas não serem a reprodução fiel dos fatos, apoiando-se mais nas fontes oficiais, comete um erro grave. Somente os cronistas, para o historiador holandês, podem nos fornecer o *pathos* violento, de emoções súbitas e fortes, que, na obra de Johan Huizinga, animavam a Idade Média, principalmente durante o seu “outono”.⁴⁵

Nesta sua procura pelas cores medievais Huizinga dedica-se à literatura produzida na principal corte principesca da França no período de formação do estado francês. Nas crônicas e diversos textos produzidos sob os auspícios dos duques da Borgonha, Huizinga apóia-se para desenhar o retrato em cores vívidas dos sentimentos passionais que animavam a vida dos homens na época em que o “moderno” nascia. Ele mesmo disse que, para escrever a história da casa da Borgonha, devemos entender, dentro da narrativa, o tema da vingança e do orgulho ferido.⁴⁶ Até porque esse tema inspiraria e justificaria as próprias narrativas históricas patrocinadas por essa casa. Assim, “as causas da história se vêm reduzidas à dialética dos sentimentos dos atores. O expansionismo da Casa da Borgonha era explicado [pelos autores borgonheses] pelo jogo do orgulho ferido e da vingança.”⁴⁷

Daniel Poiron considerou a literatura borgonhesa do século XV como a “primeira aplicação sistemática do mecanismo perverso”,⁴⁸ que fazia com que o poder começasse a dominar a cena artística, embora Bernard Guenée mostre que mesmo antes os príncipes

⁴⁴ HUIZINGA, J. Op. Cit., os capítulos XX e XXI, “Le verbe et l’image I/II”. KULL, Essel. “In the mirror of Van Eyck: Johan Huizinga’s *Autumn of the Middle Ages*”, Op. Cit, p. 354. Obviamente, há outros exemplos, mas em número muito menor do que os trabalhos de Arte.

⁴⁵ HUIZINGA, J. Op. Cit., pp. 34-35.

⁴⁶ Idem, p. 35.

⁴⁷ BOUTET e STUBEL. Op. Cit., p. 171.

⁴⁸ POIRON, Daniel. “Preface” in BOHLER, D. *Splendeurs de la cour de Bourgogne*, Op. Cit., p. V.

entendessem o poder da palavra escrita como propaganda.⁴⁹ Dessa forma que surgiu a coletânea prefaciada pelo próprio Poiron, um arranjo orquestrado que pensa as obras literárias como instrumentos de propaganda de um poder que então se constituía. Analisar os textos da corte da Borgonha significa caracterizar a construção de um ideal de corte e o fortalecimento de um modelo de príncipe, que reforçavam o poder ducal. Cabe lembrar que foi através da literatura que o molde cortesão borgonhês sobreviveu à queda em Nancy, fixando-se na corte Habsburgo.⁵⁰

A literatura da corte borgonhesa teria dois efeitos. Construiria e propagandearia o “bom comportamento”, já em curso de tornar-se “civilizado”, e fixaria a imagem do príncipe ante aqueles submetidos ao seu poder. Principalmente sob os últimos dois duques, quando o ducado atingiu sua maior extensão territorial, agrupando uma população muito heterogênea, e no prosseguimento dinástico com os Habsburgos. Nesse tempo a literatura, patrocinada pelos duques borgonheses há algum tempo, assumia com firmeza seu papel de instrumento de consolidação do poder ducal.⁵¹

Por isso, inúmeros foram os intelectuais que em suas trajetórias se incorporaram à esta corte. Um das mais conhecidas poetisas do século XV, Christine de Pisan, cronista do rei Carlos V de França, viveu um período entre os borgonheses na época de Felipe, O Audaz, em 1406. Para este, escreve um livro de maneiras, *Livre des fais et bonnes meurs de Charles V*. Foi também polemista na questão entre os *armagnacs* e os borgonheses, opondo-se à guerra civil.⁵²

Nesse momento, em que a tensão entre os partidos de Orléans e Borgonha acirrou-se, a literatura borgonhesa ganhou novo sentido. Inseriu-se de tal forma nas relações de poder que assumiu um caráter de propaganda, divulgando a forma de viver e agir da corte. O termo anacrônico a princípio, é usado aqui no exemplo do historiador espanhol José Manuel Nieto Soria, que em seu trabalho sobre a monarquia castelhana entre os séculos XIII e XVI, identifica uma “propaganda ideológica” destinada a divulgar os símbolos políticos do poder real, transformando-os em imagens facilmente identificáveis. Vemos

⁴⁹ GUENÈE, Bernard. *A Europa nos séculos XIV e XV. Os estados*. São Paulo: Pioneira, p. 35.

⁵⁰ POIRON, Daniel. “Preface”, Op. Cit., p. VI.

⁵¹ Idem, p. IV.

⁵² LOYN, H. Op. Cit., pp. 108-109, POIRON, D. *Littérature française.*, Op. Cit., p. 114.

uma correlação entre esse processo e a divulgação, através da literatura, dos ideais borgonheses.⁵³

A imagem do príncipe é o ponto central de muitas manifestações produzidas sob os auspícios dos duques da Borgonha. Frutos da ambição, construíram em si a apresentação do que seria um modelo ideal de príncipe. Se Jasão, de quem falaremos mais a frente, cristalizou os sonhos borgonheses, Alexandre Magno personificou o soberano ideal.

A literatura borgonhesa usou-o como personagem diversas vezes, podendo ser considerado “emblemático” para analisar as tentativas intelectuais e ideológicas daquela corte. Um relato produzido durante o período do último ducado retrata Alexandre como modelo de comportamento para um soberano cristão.⁵⁴

A duquesa Isabel, filha do rei João II de Portugal, colocou ao seu serviço um compatriota, Vasco de Lucena, formado em Paris. Tornou-se famoso por compilar a história do rei da Macedônia com base na obra de Quintius Curtius.⁵⁵ Lucena foi diplomata e conselheiro, além de escritor, tendo continuado ao serviço da casa após a morte de Carlos, como escudeiro da duquesa-viúva. Traduziu outras obras, entre elas a *Cyropedia* de Xenofonte, também dedicada a Carlos.⁵⁶

Apresentados a Carlos, já então duque, em 1468, os *Faits du Grand Alexandre* tiveram grande sucesso, a se crer na quantidade de manuscritos e impressões entre os fins do século XV e o início do século XVI.⁵⁷ O projeto foi iniciado em 1461, sendo concebido como uma obra de educação moral ao então jovem conde de Charolais. A demora na sua conclusão deveu-se a uma insegurança do próprio Vasco, que se sentia incapaz de concluir o trabalho e o interrompeu em 1464. Incentivado por outros servidores borgonheses, prosseguiu até o fim.⁵⁸

Nesse texto, Alexandre é representado como uma figura complexa, um homem capaz de atos de grande bravura e de bom senso, mas também sujeito às falhas humanas.

⁵³ NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos ideológicos del poder real em Castilla (siglos XIII-XVI)*, Madri, EDEUMA, 1988, p. 26.

⁵⁴ COLLET, Olivier. “Alexandre: recherche d’une identité. Introduction” BOHLER, D. Op. cit., pp. 483-488.

⁵⁵ Escritor romano do século I d. C.. Vasco de Lucena complementou as lacunas que encontrou com extratos de outras fontes, como Plutarco. Idem, p. 484.

⁵⁶ PAVIOT, J. *Portugal et Bourgogne au Xve. Siècle. Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes.*, Op. Cit., p. 253.

⁵⁷ COLLET, O. Op. Cit., pp. 484-485.

⁵⁸ PAVIOT, J. Op. Cit., p. 110.

Tanto os aspectos negativos quanto os positivos das histórias sobre o rei macedônico foram considerados válidos para a educação de um príncipe e líder militar da Renascença, como Carlos.

Pois Vasco retratava Alexandre como tendo alguns vícios, como a credulidade e os hábitos estrangeiros. Mas destacava principalmente suas virtudes:

“Uma força de alma incrível, uma resistência para o trabalho quase excessiva, um valor não só eminente entre os reis mas mesmo entre os que partilhavam dessa virtude, a grandeza de dar muito mais do que demandamos aos deuses; a clemência para com os inimigos (...) um apetite de glória (...), sua boa disposição em relação a todos os seus amigos, suas benfeitorias em relação a todos os seus soldados (...)”.⁵⁹

Mas é na conclusão da obra que Vasco de Lucena deixou transparecer suas intenções. Ele destacou que, durante sua tradução, tentara realçar como Alexandre, sem ter nenhum recurso em excesso, conseguira dominar o Oriente. Portanto, não seria difícil para um príncipe cristão repetir a façanha, ainda mais por que o faria por uma causa justa, enquanto o macedônico o fizera apenas para saciar “seu vão apetite por glória”. Diz claramente que Carlos, “que ama mais as armas e os valores de alma do que as mulheres e as danças”, comece essa conquista e seja bem-sucedido nela, até porque foi melhor agraciado por Deus com mais terras, riquezas e senhorios do que Alexandre.⁶⁰

A grande marca da literatura borgonhesa foi a prosa, porém o destaque foi a memorialística. Se a poesia e o lirismo marcavam as demais cortes francesas, para os duques a história e a tratadística política tinham grande importância.⁶¹

Com os dois últimos duques, a narrativa memorial teve amplo destaque. Contextualmente, o movimento de oficializar a história é crescente na Europa do século

⁵⁹ “Une force d’âme incroyable, une endurance de labeur presque excessive, une vaillance non seulement eminente entre les rois mais parmi ceux auxquels appartient cette vertu, la largesse de Donner souvent plus qu’on ne demande au dieux; la clémence envers les vaincus (...) un appétit de gloire (...), sa bienveillance envers presque tous ses amis, sa bienfaisance envers ses soldats(...)”. Um paralelo curioso: Carlos foi alçado de *O Temerário* pelos seus inimigos. Entre os borgonheses, suas alcunhas tinham no sentido de *Trabalhador*. LUCENA, Vasco de. “Faits du Grand Alexandre” BOHLER, D. Op. Cit. p. 624.

⁶⁰ A imagem de Carlos, apesar das inimizades que este duque alimentou em sua vida que faziam questão de ressaltar seu gênio irascível e violento, é justamente a de um homem casto, reservado quanto aos prazeres mundanos. VAUGHAN, R. *Charles the Bold*, Op. Cit, p 6; CHASTELLAIN, G. “Declaration...” Op. Cit., p. e LA MARCHE, O., Op. Cit., tomo X, p. 234.

⁶¹ BOUTET e STUBEL. Op. Cit., p. 224.

XV. Em Portugal, a dinastia de Avis teve Fernão Lopes, “guardador das escrituras do Tombo”, como seu historiador, enquanto Hernando Del Pulgar foi responsável pela crônica durante o governo dos reis católicos na Espanha. Também a França teve o seu historiador oficial.⁶²

Na Borgonha, Georges Chastellain foi o primeiro *indiciaire* do ducado. Nomeado historiador oficial da corte em 1455 por Felipe, O Bom, era encarregado de narrar os principais acontecimentos relacionados ao duque e aos seus domínios, demonstrando uma preocupação de criar uma memória oficial com a institucionalização da posição daquele que escreve, confirmada por Carlos ao sagrar Chastellain cavaleiro e lhe dar o título de *indiciaire* da própria Ordem.⁶³

O duque dava valor à “história”, em uma utilização ao mesmo tempo consciente e justificada, pois para ele, “a história do passado era um reservatório de exemplos de bom e mau governo: no presente podia, se não sempre justificar, pelo menos explicar uma política aos olhos dos contemporâneos e das gerações futuras”.⁶⁴ Mas servia também para constituir uma memória de grandeza do ducado, como parte da política frente ao reino francês. Chastellain reconstituía as glórias de seu empregador em elogios diretos, ou simplesmente narrando eventos que refletissem essa grandiosidade. Ao enaltecer o duque, ressaltava-o como imagem do perfeito cavaleiro e senhor. Seu elogio fúnebre a quem chamou de “o grande duque do Ocidente” configurou Felipe como em nada devendo a qualquer rei.⁶⁵

Nativo da Flandres, entrou na corte de Felipe, O Bom, aos 18 anos. Após o tratado de Arras, entre Felipe e o rei da França, em 1435, ficou temporariamente a serviço de Carlos VII, para o qual executou missões diplomáticas. Mas em 1446 já estava de volta ao serviço do duque borgonhês, como escudeiro. Após ter sido nomeado para o posto de indiciário por Felipe, foi ainda colocado como conselheiro em 1456. Após a ascensão de

⁶² SERRÃO, Joel. *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985, vol. IV, pp. 57-8; e BURKE, Peter. “O cortesão” in GARIN, E. *O homem Renascentista*, Op. Cit., p. 115.

⁶³ Chastellain foi o único dos escritores da corte borgonhesa a receber o título de cavaleiro da Ordem. Apesar de ter sido o primeiro a ter o cargo oficialmente, antes dele outros servidores escreveram crônicas e histórias relacionadas a esta casa nobre, como Mathieu D’escouchy, Enguerrand de Monstrelet e Jean Froissart. CALMETTE, J. Op. Cit., p. 193.

⁶⁴ THIRY, Claude “Introduction: George Chastellain, premier indiciaire des ducs de Bourgogne” in BOHLER, D. Op. Cit. p. 737.

⁶⁵ CHASTELLAIN, G. Op. Cit., p. 745.

Carlos, foi sagrado cavaleiro do Tosão de Ouro em 1473, e também atuou como *indiciaire* da Ordem até morrer em 1475. Foi o mais renomado dos cronistas borgonheses, tido como retórico brilhante e historiador preciso, buscando certa objetividade, apesar de ressaltar o caráter heróico de Felipe. Mas suas *Chroniques* não tiveram grande difusão manuscrita, não tendo chegado nenhuma cópia completa aos nossos dias. Em 1524, uma cópia integral foi enviada à rainha da Hungria, mas mesmo esta se perdeu. Somente o livro IV ainda está inteiro.⁶⁶

Seu sucessor direto no cargo foi Jean Molinet, clérigo que se dedicou à prosa histórica, mas também a rimas burlescas e adivinhas. Nascido no Boulonnais em 1435, estudou em Paris. Antes de se tornar *indiciaire*, foi secretário de Chastellain. Sucedeu-o em 1475; e permaneceu no cargo até sua morte em 1507. Além de ter servido ao ‘Temerário’, esteve sob as ordens de Maximiliano e Felipe, O Belo. Deste, foi um dos tutores, junto com Olivier de La Marche. Além de prosa, escreveu poesia, entre elas a *Ballade du Lion rampant*, atacando Luís XI. Sua crônica continua a de Chastellain, e é considerada um estudo mais isento. Em comum com seu mestre, também Molinet foi crítico das atitudes de Carlos, ao apontar seu orgulho como causa da sua desgraça.⁶⁷

Também foi ponto comum não só entre eles, mas na “historiografia borgonhesa”, a fascinação com a imagem cavaleiresca e o heroísmo desmedido, além de certa condescendência com os faustos da corte, justificando-os.⁶⁸

Antes de finalmente nos dedicarmos à obra que nos servirá como fonte principal, é preciso apresentar mais um autor. Considerado um marco na literatura memorialista francesa e também no pensamento político europeu, teria concebido um moderno príncipe em Luís XI.⁶⁹ É tido como um Maquiavel *avant la lettre*. Nomeamos Philippe de Comynes por três motivos: sua origem borgonhesa, uma possível influência de Olivier de La Marche em sua obra e o destaque que o conflito franco-borgonhês possui nas suas memórias.

A sua família havia se nobilitado no governo de Felipe, O Audaz. Seu primo, Jean de Comynes, participou do Banquete do Faisão, e ali pronunciou votos de cruzada a

⁶⁶ EMERSON, C. Op. Cit., p. 145.

⁶⁷ Idem, p. 148 e MAY, A Op. Cit., pp. 112-113.

⁶⁸ BOUTET, D. Op. Cit., p. 224.

serviço do duque. Ele próprio não tardou a entrar na casa ducal. Foi ligado a Carlos enquanto escudeiro, tendo sido conselheiro deste quando da sua nomeação como duque. Em 1472, Phillipe de Commynes deixou o serviço de Carlos de Borgonha. Na guerra entre este e o rei, escolheu o lado oposto. Oficialmente, não ocupou cargo de historiador, e mesmo assim suas memórias são fontes indispensáveis para o estudo da guerra entre o rei da França, Luís XI, e a casa da Borgonha, com Carlos e seus sucessores. Sua estada na corte não foi tranqüila, principalmente após a morte de Luís XI. Chegou a ser preso e perdoado depois.⁷⁰

Sua obra é contemporânea a de Olivier de La Marche. Há autores que defendem uma influência do borgonhês sobre Commynes. Outros destacam o total ineditismo de Commynes, seja na forma de conceber o príncipe e seu poder, seja no seu subjetivismo, e Febvre destacou o seu uso pioneiro da concepção de Europa.⁷¹

Podemos dizer que Commynes representou para Luís XI o mesmo que La Marche para o duque Carlos. Nenhum dos dois era cronista oficial, porém fizeram de suas memórias – peças subjetivas – os relatos mais duradouros e influentes dos governos de seus senhores.⁷²

2.3 – *Olivier de La Marche*

“Porque as obras grandes e honradas merecem um longo renome e uma memória perpétua, sobretudo quando elas são feitas com boas intenções”⁷³

⁶⁹ Idem, p. 227 e, citando diversos trabalhos sobre, EMERSON, C. Op. Cit., p. 152.

⁷⁰ COMMYNES, Philippe de. *Cronique & hystoire faicte et composée par feu messire Philippe de Commines chevalier seigneur d'Argenton contenant les choses advenues durant le règne du roy Loÿs onziesme tant en France Bourgogne Flandres Arthois Angleterre que Espagne et lieux circonvoisins: nouvellement reveue et corrigée avec la table des chapitres contenuz en ladite cronique*. Cambridge: Omnisys, [ca 1990]. Fac-simile de edição de 1523. Digitalizado em 1995.

⁷¹ EMERSON, C. Op. Cit., pp. 152-153; POIRON, D. *Littérature française*, Op. Cit., p. 17; BOUTET, D. Op. Cit., p. 227 e FEBVRE, Lucien. *A Europa. Gênese de uma civilização*. Op. Cit.

⁷² A este respeito, ver a narrativa de Commynes sobre o funeral de Carlos VIII em 1498, e o estudo do cerimonial de forma contextualizada feito por BOUREAU, Alain. *Le simple corps du Roi: l'impossible sacralité des souverains français. XVe.- XVIIIe. siècle*. Paris: Les Éditions de Paris, 1988, pp. 24-42 e 117-122.

⁷³ “Pource que grandes et honorables œuvres desirent longtaine renomme et perpetuelle memoire, et mesment quand lesdictes œuvres sont faictès en bonne intention(...)”. LA MARCHE, Op. Cit., tomo X, pág. 160.

Ao abrir sua descrição de um banquete feito pelo duque Felipe, O Bom, em 1454, Olivier de La Marche, que entre muitas coisas era *maitre d'hotel*, justificou sua ação como memorialista: permitir que se conservasse a boa memória das obras grandes e honradas, feitas pela Casa da Borgonha. A boa intenção enunciada nesse banquete em particular era a intenção de Cruzada do duque.⁷⁴ E essa pode ser tida como a justificação das memórias de Olivier de La Marche como um todo.

Nascido em Villegaudin, na região da Borgonha, provavelmente em 1425, filho de uma família nobre de menor extração, serviu aos duques da Borgonha durante quase quarenta anos. Em 1437, foi admitido no serviço da casa borgonhesa, como pajem do duque Felipe, O Bom, e foi crescendo na hierarquia dos postos da intrincada corte. Em 1447 foi elevado ao cargo de *ecuyer panetier*, e passou a estudar retórica. Quando Carlos, conde de Charolais e herdeiro do ducado, fundou sua própria casa, La Marche o seguiu, tornando-se companheiro deste até o fim. Se Georges Chastellain foi o cronista de Felipe, O Bom, tornando esse duque o protagonista de sua *Chronique*, Olivier de La Marche vinculou-se ao último duque dessa linhagem, mantendo-se fiel inclusive aos seus descendentes.

Em 1461, tornou-se *maitre d'hôtel* – ou mestre-de-cerimônias – da casa ducal. O cargo era um dos mais importantes da estrutura organizacional da casa. Era responsável pelo controle e organização dos demais serviços. Assim, esteve encarregado da organização de diversos banquetes e festas, função que fez com que nos legasse preciosos documentos sobre os rituais da corte de Borgonha. La Marche foi também um dos embaixadores que participaram das negociações para o casamento deste com a irmã do rei da Inglaterra, Margarida de York, além de ser soldado nas guerras empreendidas pelos duques.⁷⁵

Com a morte de Felipe, em 1467, Carlos tornou-se senhor das possessões borgonhesas, e La Marche recebeu diversos benefícios de seu senhor, governante de diversos castelos e domínios. Acompanhou o duque em sua ascensão, e esteve presente na

⁷⁴ Já fizemos uma análise desse Banquete e do desejo de Cruzada do duque Felipe, O Bom, em RODRIGUES, Ana Cristina. “Os Votos do Faisão: ideais de cavalaria na corte borgonhesa do século XV” in SILVA, Andréia e SILVA, Leila (org.). Atas da V Semana de Estudos Medievais do Programa de Estudos Medievais da UFRJ. Rio de Janeiro: s.ed., fevereiro de 2004.

sua queda. Participou ativamente da guerra que o borgonhês travou contra o então rei da França, Luís XI, e estava junto de seu senhor quando, em janeiro de 1477, o duque da Borgonha foi derrotado pelo exército de soldados lorenos e mercenários suíços no mal sucedido cerco que havia empreendido à cidade de Nancy. Aprisionado pelos franceses, foi libertado mediante o pagamento de resgate.⁷⁶

A partir de então, permaneceu leal aos seus antigos senhores, passando ao serviço da única herdeira de Carlos, Maria da Borgonha. Passou a defender a causa desta como legítima possuidora das terras deixadas pelo duque, combatendo ao máximo as pretensões do rei francês de se apoderar dos territórios borgonheses, tanto na França como nos Países Baixos.

Olivier de La Marche passou a servir à casa da Áustria, herdeira da Borgonha, até sua morte, em 1502. Foi nomeado *grand maitre d'hotel*, passando a ser o mais importante na hierarquia interna do *hotel* ducal. Participou, em 1481, como comissário de Maximiliano, da Assembléia dos Estados do Hainaut. Com o peso da idade, afastou-se da vida política mais ativa. Em 1484, foi encarregado da educação de Felipe, O Belo, então com seis anos, passando a se dedicar a escrever suas memórias e algumas obras de edificação moral para o seu pupilo, até sua morte. Foi *maitre d'hotel*, soldado, embaixador, representante político e tutor do jovem príncipe. Teve algum renome como poeta, participando da confraria de Charles de Orléans.⁷⁷

Sua prosa foi ampla e variada. Porém, entre suas atribuições, jamais esteve a de narrar os feitos do duque borgonhês. Mesmo assim, pode ser tido como sucessor de Chastellain, apesar de não possuir, segundo ele próprio, “o estilo e o falar sutil” do então falecido cronista flamengo. Além desta, apresentou-se como influenciado por Jean Molinet, outro cronista também ligado à Corte de Borgonha, e pelo português Vasco de Lucena.⁷⁸

⁷⁵ Apesar do título de “Memórias”, a obra em si dá poucos detalhes da vida pessoal do cronista, deixando-o em segundo plano perante os grandes atores, os duques. EMERSON, C. Op. Cit., p. 50-51.

⁷⁶ LA MARCHE, O. Op. Cit., tomo X, p. 421

⁷⁷ EMERSON, C. Op. Cit., p. 104 e MAY, A. Op. Cit., pp. 120-121.

⁷⁸ PETITOT, Op. Cit., pp. 92-93. Para a obra de Lucena e sua importância e difusão fora do ducado, ver COLLET, Olivier. “Alexandre: recherche d’une identité. Introduction”. BOHLER, D. Op. cit., pp. 483-488; SOARES, Nair. *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerônimo Osório*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, s.d., pp. 69-96.

Sua produção versou sobre diversos temas e assuntos.⁷⁹ Sua experiência como *maitre d'hotel* teve como resultado *Estat de la Maison du duc Charles de Bourgogne*. Escrito em 1474, a pedido do rei Eduardo IV da Inglaterra, apresentava um relato completo e minucioso da organização da casa borgonhesa. A hierarquia dos funcionários, a ordem dos serviços, os procedimentos para audiências ducais. Tudo descrito em detalhes, para que a corte borgonhesa pudesse ser reproduzida no outro lado do canal da Mancha.

Já perto do final de sua vida, em 1500, redigiu o *Épître pour tenir et célébrer la noble fête de la Toison d'or*, para seu aluno, um verdadeiro manual, detalhando a preparação das festas anuais da famosa ordem de cavalaria borgonhesa. Também pensando na instrução do filho de Maria da Borgonha, havia escrito em 1494 o *Livre de l'avis du gaige de bataille*, inspirado por outra obra, escrita ainda na época de Felipe, O Bom, tratando da etiqueta e do luxo da corte borgonhesa.

Seu *Avis au roy Maximilien premier touchant la maniere dont on se doit comporter a l'occasion de rupture avec la France*, de 1494, foi obra de cunho mais político, na qual aconselhou Maximiliano sobre suas relações com o rei da França. Nessa obra também se caracterizava a aversão que La Marche teria em relação a Luís XI e sua casa. Se Georges Chastellain montava um retrato mais equilibrado do inimigo dos duques, La Marche ‘carregava nas tintas’, não só nesse *Avis*, como também em suas *Mémoires*. Afinal, como Molinet, viveu depois da queda de Carlos, o que afetou imensamente o posicionamento da corte borgonhesa em relação a França e ao seu rei.

Como moralista e retórico, também deixou escritos. O período em que ficou aprisionado pelos franceses, após a derrota de Nancy, fê-lo refletir sobre a religião e a moralidade, sob a forma de orações e poesias piedosas no *Debat de Cuidier et de Fortune*, de 1477. Seu *Parement et triomphe des dames*, de 1494, descrevia as peças do vestuário feminino, associando cada uma delas a uma virtude cristã. Escreveu também um *Miroir de la mort*, em que tratou como o cristão deveria se preparar para morrer.

Também sobre a morte foi uma de suas obras mais influentes, *Le chevalier delibéré*, de 1483. Um diálogo entre “Acidente” e “Velhice”, filhos da Morte, sobre o fim dos últimos representantes da casa Valois da Borgonha: Felipe, O Bom, Carlos e Maria. As

⁷⁹ Muitas das obras de Olivier de La Marche encontram-se disponíveis em formato digital no *site* do projeto Gallica da Biblioteca Nacional da França, em <http://gallica.bnf.fr/>.

figuras comparavam o final trágico de Maria, em um acidente de caça, com o de seu pai, “assassinado” em Nancy, contrastando com a morte de Felipe, que faleceu em idade avançada. Dessa forma, mostrou como todos os homens, mesmo os mais poderosos, estão sujeitos aos desígnios da Morte. A influência da obra foi grande, principalmente na Espanha, onde recebeu sucessivas edições no século XVI. Segundo Javier Varela, foi lida por Carlos V, e a mando deste recebeu uma tradução espanhola.⁸⁰

Apesar de não ter sido cronista oficial dos duques, foi um dos mais influentes memorialistas da corte Valois da Borgonha e da Habsburgo que a sucedeu. Escreveu pequenas obras de cunho histórico, como *Traité des noces de Charles le Téméraire*, de 1468, e *Traité du tournoi tenu par Claude de Vauldray*, de 1470. Mas sua grande obra, nesse sentido, foram as suas *Mémoires*.⁸¹

Divididas em dois livros, cobrindo o período de 1435 a 1488, relataram os acontecimentos testemunhados por Olivier de La Marche. Impressas pela primeira vez em 1562, e depois disso em diversas edições sucessivas, eram conhecidas em forma manuscrita. O manuscrito sobrevivente mais antigo data de 1488, e é o único que conta com iluminuras, ainda que não terminadas. Apesar de mais antigo, não é o mais completo. Nele, só está contido o “livro um”, um prefácio que o autor pôs em sua obra quando esta, no seu processo de escrita, tomou uma dimensão nova, como explicaremos adiante.

Pois as *Mémoires* não foram escritas de uma só vez, nem mesmo continuamente. O período de confecção se estende entre 1472 – provavelmente – e 1501, pouco antes da morte do autor. Alguns trechos, como o mais famoso deles, que relata o Banquete do Faisão, são ainda anteriores. Interrompida na retomada das hostilidades entre França e Borgonha, o interesse do autor em colocar por escrito tudo o que havia visto ressurgiu quando foi designado para ser tutor de Felipe Habsburgo.⁸²

Ao educar o jovem Felipe, O Belo, La Marche defendia a memória da casa de seus patrões, ao mesmo tempo em que os edificava como modelos de príncipes a serem seguidos por seu aluno. Nas obras memorialistas medievais, o prefácio era tido como espaço privilegiado de manifestação do autor como interlocutor, buscando aproximar-se daquele a

⁸⁰ VARELA, Javier. *La muerte del rey*. Madri: Ediciones Turner, 1990, pp. 16-48.

⁸¹ Para um resumo das obras de La Marche, HASENOHR, Geneviève e ZINK, Michel (dirs.) *Dictionnaire des lettres françaises. Le Moyen Âge*. Paris: Fayard, 1964, pp. 270-271, e EMERSON, C. Op. Cit.

quem sua obra se destinava seguindo uma fórmula específica de apresentação.⁸³ La Marche faz mais do que isso. Antes do seu *Preface*, escreveu uma introdução, na qual ressalta o dever:

“De rever e repensar alguns escritos anteriormente por mim recolhidos dos livros antigos, para melhor vos introduzir à leitura de certas memórias de coisas que eu próprio vi no meu tempo, esperando que vós os possa ler e ver muitos pontos que serão a altura de vossa senhoria exemplar, espelho e doutrina, úteis e aproveitáveis para os tempos que virão.”⁸⁴

A intenção do autor nessa introdução era mostrar a Felipe, O Belo, filho de Maria da Borgonha e de Maximiliano de Áustria, suas origens (destacando a família materna), as casas das quais descendia, e como estas vieram a possuir os senhorios que pertenciam a ele, que La Marche enumerou ao citar os títulos do seu jovem amo: arquiduque da Áustria, duque da Borgonha, Lotrich, Brabante, Limburgo, Luxemburgo e Gueldres, conde de Flandres, Artois, Hainaut, Holanda, Zelândia, Namur e Zutphen, conde palatino da Borgonha e senhor da Frísia, Malines e Salines.⁸⁵

Ao explicar como Felipe entrou na herança de todos os senhorios citados, pelo “grande e trabalhador” Carlos, que “morreu na posse legítima de tudo”, e pela “muito virtuosa” Maria da Borgonha, e que foram tirados desta por “guerras, enganos, tratados adversos e outras violências”, o autor esperava que Felipe fosse temente a Deus e virtuoso. Dessa maneira, conseguiria recuperar essas terras perdidas e reparar o mal feito à honra e a glória de sua casa, pela apropriação indevida das terras que lhe pertenciam de direito. La Marche legitimava as pretensões dos Habsburgos ao ducado da Borgonha de forma bastante explícita.⁸⁶

⁸² É o que afirma Emerson, com quem concordamos. EMERSON, C. Op. Cit., p. 100.

⁸³ Para essas fórmulas de apresentação – compostas por elementos legais, como forma de reforçar a veracidade do que vai ser escrito, ver o texto já citado de C. MARCHELLO-NIZIA.

⁸⁴ “De reveoir et reconnoistre quelques escripts autresfois par moy reueillis des livres anciens, pour mieux vous introduire à la lecture de certains memoires de choses que j’ay veues moy-mesme avenir de mon temps, esperant que vous y pourrez lire et veoir plusieurs poincts qui seront à la hauteur de vostre signeurie exemplaire, miroir et doctrine, utiles et profitables pour les temps à venir”. LA MARCHE, O. Op. Cit., tomo IX, p. 89.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Idem, pp. 87-91

A clara intenção de La Marche, ao mostrar a linhagem nobre à qual o príncipe pertencia, não era para que ele se tornasse orgulhoso ou convencido por seu nascimento nobre, mas para que ele louvasse e agradecesse a Deus por ter lhe dado uma origem ilustre, pois poderia tê-lo feito nascer um “homem de pouco valor”, com um ofício mecânico. Os exemplos de seus bons antecessores, com suas virtudes expostas ante os olhos do príncipe, deveria fazer com que ele se arrependesse de seus erros e os corrigisse, buscando tornar-se cada vez melhor. E assim, conseguir a graça de Deus e recuperar o que havia sido perdido.

87

Iniciou essa introdução concedendo reverência, honra, saudação e glória à Santíssima Trindade. Passou, então, a apresentar seus senhores, e suas pretensões, antes de se apresentar e se justificar, pois se escrevia aquelas memórias era por que, sendo já de idade avançada e enfermo, sentia-se incapaz de servir ao seu pupilo como desejava.⁸⁸

Expôs, então, o plano de sua obra. O primeiro livro era o testemunho do autor sobre o que ele vira na casa da Borgonha, entre 1453 e 1467, até a morte de Felipe, O Bom. Já o segundo começava com a sucessão de Carlos, e iria até os tempos de Felipe. La Marche não conseguiu completar da forma como gostaria essa segunda parte, mais confusa e imprecisa, apresentando por vezes falhas na narrativa. O próprio autor tinha consciência de que isso podia acontecer, dizendo nessa introdução que, se por sua velhice não pudesse concluir sua obra, os que servissem o príncipe a recolhessem e a apresentassem no tempo devido, com as correções, emendas e adições necessárias.⁸⁹

O autor lamentava sua incapacidade, pouco entendimento e linguagem rude, ao comparar-se a outros escritores da corte borgonhesa. Destacou o estilo e o falar sutil de Georges Chastellain, flamengo, que “tanto fez de belas e frutuosas coisas no meu tempo, que suas obras, seus feitos e a sutileza de seu falar lhe darão mais glória e recomendação daqui a cem anos do que hoje”.⁹⁰ Ainda nas *Mémoires*, chamou-o de “meu pai na doutrina, meu mestre na sabedoria e meu amigo particular”,⁹¹ dando-lhe o epíteto de “pérola e estrela dos historiógrafos”.

⁸⁷ Idem, pp.90-93

⁸⁸ Idem, p. 90.

⁸⁹ Idem, p. 91.

⁹⁰ “tant a fait de belles et fructueses choses de mon temps, que ses ouvres, ses faits et la subtilité de son parler, luy donneront plus de gloire et de recommandation à cent ans à venir, que du jourdhuy”. Idem, p. 92.

⁹¹ “mon père em doctrine, mon maistre em science et mon singulier amy”. Idem, p. 93.

Também ressaltou a memória e o entendimento de Vasco de Lucena, que trabalhava, no momento em que o autor falava, para Margarida de York, “o qual fez tantas obras, traduções e outras bem dignas de memória, que devemos hoje estimá-lo entre os sábios, os experientes e os recomendáveis de nosso tempo”.⁹² E, por último, lembrou da retórica pronta e experiente de Jean Molinet, homem venerável, “trabalhador e zeloso de colocar por escrito todas as grandes e virtuosas aventuras que venham ao seu conhecimento”.⁹³

Citou-os para dizer que, apesar de não se considerar à altura deles, assim mesmo endereçava suas memórias a estes - e outros autores tão bons quanto - para que, se algo de que ali estivesse escrito se mostrasse de utilidade e ajudasse em suas “grandes obras”, o usassem, como quem faz uma guirlanda com flores nobres e usa uma coroa de flores reais para completar.⁹⁴ Continuou essa introdução narrando as origens de Felipe, em uma genealogia na qual o lado mitológico tinha uma força muito grande.

Essa parte abre o volume da primeira edição impressa das memórias, base da utilizada neste trabalho. Já ressaltamos aqui que foi escrita posteriormente ao que seria o começo das reminiscências de La Marche. O autor começou a escrever em 1472, em uma introdução na qual justificava a tarefa que ia empreender, dizendo buscar uma forma de combater a ociosidade, “leito e dormitório onde todas as virtudes se esquecem e adormecem”.⁹⁵ Para tanto, irá compilar tudo o que viu em seu tempo, “digno de ser escrito e lembrado”, mas que não se pretendia uma “história” ou uma “crônica”. No máximo, poderia servir de apoio àqueles que estivessem escrevendo-as.⁹⁶

Esse prefácio foi escrito por volta de 1472, antes da queda de Carlos.⁹⁷ Como dissemos, logo após interromperia essa tarefa, pois seu senhor entraria em conflito com o reino da França. Já em 1488, recebeu incumbência de educar o jovem Felipe, O Belo. A situação era outra. A linhagem a qual servia havia se ligado aos Habsburgos. O ducado da

⁹² “lequel a fait tant d’ouvres, translations, et autres bien dignes de memoire, qu’il fait aujourd’huy à estimer entre les sachans, les experimentés et les recommends de nostre temps”. Idem, p. 94.

⁹³ “laborieux et soigneux de mettre par escrit toutes hautes et vertueuses aventures venues a as congnoissance”. Idem, pp. 94-95.

⁹⁴ Idem, p. 95.

⁹⁵ “llict et la couche ouí toutes vertus s’oublent et s’endorment”. Idem, p. 233.

⁹⁶ Idem, p. 234.

⁹⁷ Evidências dessa data são a referência a Georges Chastellain, que morreu em 1473, e a enumeração das propriedades de Carlos, que incluem terras conquistadas após 1472. LA MARCHE, O. Op. Cit., tomo IX, pp. 234-235 e EMERSON, C. Op. Cit., pp. 13-14

Borgonha, coração das antigas possessões, estava em mãos do rei da França. Foi nesse contexto que retomou a tarefa de colocar suas lembranças por escrito.

No decorrer das *Mémoires*, La Marche constrói um modelo de governante calcado nos seus senhores. Cada um tem sua qualidade própria. Felipe é sempre “o bom duque”, justo, bondoso mas rígido. Maximiliano, marido de Maria, é chamado de “coração de aço”, por ser implacável na execução de suas vontades.⁹⁸ Até o seu jovem pupilo recebe um apelido, de *croit conseil*, como uma recomendação para que lembrasse de ouvir os seus conselheiros.⁹⁹

Mas foi Carlos, último duque, quem recebeu uma caracterização mais densa. Ele cometeu erros, ao ver de La Marche, mas mesmo assim era algo próximo de um soberano perfeito. Um excelente guerreiro, campeão nas justas, amante da caça e da música, comedido com as mulheres. Defensor da fé, um príncipe justo, um governante firme, mas bondoso.¹⁰⁰

Por mais que a figura do príncipe fosse marcante nas recordações de La Marche, não é este o aspecto pelo qual elas se tornaram, durante muito tempo, a fonte mais reconhecida sobre o ducado da Borgonha. Além de firmar a imagem dos duques como governantes exemplares, dignos de serem seguidos, as memórias de La Marche reforçam o ideal do governo borgonhês como pleno de festas, torneios, entradas e cerimônias. Já se tornou lugar comum acentuar a importância da corte borgonhesa na definição de um ritual político que se ampliaria durante a Idade Moderna.

Um dos fatores que fizeram com que a influência borgonhesa se difundisse foram justamente as obras de La Marche. Fica claro, na leitura das memórias, que a concepção do poder exercido na Borgonha envolvia mais do que uma idéia de governante perfeito. Era preciso que essa perfeição se mostrasse, pudesse ser percebida, e assim a corte borgonhesa atingiu um ápice de ritualização nos cerimoniais, nas execuções artísticas e literárias. Este aspecto está presente em diversos trechos das memórias de Olivier de La Marche.

⁹⁸ LA MARCHE, O. Op. Cit., tomo IX, pp. 473-474.

⁹⁹ Idem, tomo X, pp. 474-475.

¹⁰⁰ O único episódio em que La Marche critica abertamente o duque foi quando se viu obrigado a capturar a duquesa de Sabóia e seus filhos por ordem de Carlos. Para Catherine Emerson, isso exemplifica uma postura crítica do autor em relação ao seu senhor, mas talvez seja uma evidência por demais excepcional no conjunto das memórias do mestre de cerimônias. Idem, pp. 156-157 e 417-418 e EMERSON, C. Op. Cit., p. 81.

Os dois trechos mais conhecidos dessa obra são justamente as narrativas das festas promovidas pela corte. O Banquete do Faisão, organizado por Felipe em 1454 para emitir votos de partir em cruzada, é a mais emblemática de todas as cerimônias borgonhesas. Mais do que um jantar, foi uma grande encenação na qual o duque ocupava lugar central. Justas, decorações suntuosas e representações teatrais levaram ao clímax, quando Felipe fez o juramento solene de partir em cruzada.¹⁰¹

O casamento de Carlos da Borgonha com Margarida de York, irmã do rei da Inglaterra, foi outra ocasião em que o extraordinário aparato cerimonial da corte borgonhesa esmerou-se para destacar o poderio político de seu senhor. Basta destacar que, em cima das mesas do primeiro banquete – as bodas foram comemoradas durante mais de uma semana – havia decorações representando, com brasões e nomes, cada senhorio e título do duque borgonhês.¹⁰²

Na narrativa de suas memórias, La Marche acentua as festas e cerimônias de corte como forma de realçar a figura do duque, como nas bodas e nas festas da Ordem do Tosão de Ouro. Mas em seu *Estat de la Maison de le Duc Charles de Bourgogne*, um livro de instruções, ele define o ritual cotidiano das refeições ducais. Era solene e extremamente organizado. O duque era antecedido na sala por uma procissão de empregados, cada um com função específica. A toalha em que secava suas mãos antes de começar a comer passava de mão em mão, por cada um dos seus serviçais, seguindo a hierarquia.¹⁰³

Há, nas *Mémoires*, outros momentos nos quais a ritualização mostrou-se a serviço do poder ducal. Os passos de armas e os torneios, mesmo quando não eram organizados pelo duque, geralmente eram por pessoas ligadas a sua corte. Alternando-se aos períodos de guerra, os combates dentro de liças eram extremamente comuns na corte borgonhesa. Já não eram mais os exercícios de treinamento militar, mas também estavam longe das completas encenações promovidas por Luís XIV. Nessas lides, ainda existia o risco de ferimento e morte.¹⁰⁴

¹⁰¹ LA MARCHE, O. Op. Cit., tomo X, pp. 160-194.

¹⁰² Idem, pp. 299-390.

¹⁰³ Idem, pp. 479-556 e STRONG, Ray. *Banquete*. Op. Cit. pp. 82-84.

¹⁰⁴ APOSTOLIDES, Jean-Marie. *O rei máquina*. Brasília: EdUnb, 1993, pp. 39-43. Por exemplo, LA MARCHE, O. Op. Cit., tomo IX., pp. 322-363.

Johan Huizinga enfatiza em sua obra o caráter distante do espírito “cavaleiresco” dessa época.¹⁰⁵ Eram assim as narrativas dos torneios e passos de armas. La Marche passa mais tempo descrevendo as vestimentas e “opulências” dos lutadores do que a luta em si, ressaltando a ligação que cada um teria com a casa da Borgonha. No entanto, o que ele realmente destacava era a presença do duque. Como juiz, quando Felipe, O Bom presidia o passo de armas resolvendo todos os problemas com justiça e sabedoria. Mas também como lutador, quando Carlos passa a combater de forma valorosa e destemida.

Olivier de La Marche, *maitre d'hôtel* dos duques, acompanhou Carlos à Nancy, onde foi capturado quando o duque morreu. Participou das negociações para que a filha dele, numa continuação das estratégias matrimoniais já muito conhecidas dessa casa, casasse com Maximiliano de Áustria, filho do imperador Frederico III. Serviu ao casal em embaixadas enquanto a idade o permitiu. Tornou-se preceptor do jovem herdeiro, Felipe, O Belo, em 1488. Além de escrever peças educativas sobre os rituais borgonheses, dedicou ao pupilo suas memórias, que já vinham sendo escritas provavelmente desde 1472.

Para tal, adicionou a elas um livro, como prefácio e introdução à obra, que deveria servir de *exemplaire miroir et doctrine*. Neste “primeiro livro”, tratou dos antepassados de Felipe, descrevendo suas histórias, suas origens e brasões. Ali se torna nítido o envolvimento de La Marche com seus senhores. Os Habsburgos, sucessores do “Temerário”, desejavam reaver os territórios tomados pela coroa francesa na queda em Nancy. Principalmente o coração das possessões, o ducado da Borgonha.

A narrativa de La Marche pode ser inserida nessa pretensão por deixar clara a legitimidade da posse de Carlos, e portanto de seus herdeiros, sobre as terras, não só as perdidas para o rei de França. Inclusive as que ainda estavam nas mãos da família, agora Habsburgo, já que as revoltas na região da Flandres eram freqüentes.

Segundo Catherine Emerson há um grande debate sobre a posição de Olivier de La Marche, enquanto autor das *Mémoires*.¹⁰⁶ Era um memorialista borgonhês, ressaltando a

¹⁰⁵ HUIZINGA, J. Op. Cit.

¹⁰⁶ EMERSON, C. Op. Cit., p. 50.

glória de tempos já idos e gloriosos, em uma lógica própria da época, que percebia a história como longa marcha para a decadência? Ou seria ele um “propagandista” Habsburgo, apregoando as qualidades da corte borgonhesa como forma de enaltecer as virtudes dos seus sucessores? Considerando o longo tempo de escrita das memórias – 1454 a 1501 – é provável que o autor tenha tido a intenção de louvar seus senhores, exaltando seus feitos, marcando de forma nítida seu poder.

Como uma corte que valorizava tanto o cerimonial político quanto a literatura, é expressivo que o seu memorialista mais conhecido nos séculos posteriores, a julgar pelo número de edições e citações, tenha sido justamente *messire* Olivier de La Marche. Galgou aos poucos a hierarquia da casa, sempre dentro da organização do cerimonial desta. Permaneceu em seu posto quando os domínios restantes da família passaram a ser governados pelos Habsburgos, sendo inclusive encarregado da educação do príncipe. Educação esmerada, que incluiu um tratado sobre a principal festa da corte borgonhesa, e as extensas memórias dos longos anos vividos na corte.

Nessa narrativa La Marche indica quais seriam as características do poder na forma como era exercido pelos duques da Borgonha. Um poder patrimonialista, baseado na posse pessoal e hereditária de cada um dos seus domínios, nos princípios dinásticos de casamento e sucessão. Poder reforçado pelas definições sutis na literatura de corte. E que demonstrava toda a sua força nos rituais intrincados das festas e cerimônias patrocinadas pela casa ducal.

No próximo capítulo, iremos tratar justamente dessa questão, como a concepção do poder na Borgonha dos duques Valois passava pela forma ritual, situando o duque no centro.

Capítulo III

A esplendorosa corte

“A corte era o teatro do príncipe. Como Deus na corte celeste, o rei devia aparecer na sua corte em todo o seu esplendor, no cume de uma longa hierarquia rigorosamente ordenada.”¹

Na literatura memorialista borgonhesa, em Chastellain, mas principalmente em Olivier de La Marche, o cerimonial aparece em destaque. Festas, casamentos e justas são descritos em abundância e com riqueza de detalhes. Como apontamos no capítulo anterior, a historiografia borgonhesa empenhou-se em mostrar um modelo de governo sustentado pela construção de um ideal de príncipe. Modelo que se concretizava em uma ação política que se tornou emblema borgonhês: as cerimônias.

Nesse capítulo trataremos de como esse destaque era uma forma de alardear a construção de uma imagem de poder que acontecia nos festejos de corte borgonheses.

3.1 - A política ritual borgonhesa

Tornou-se quase lugar comum na historiografia referir-se à pompa e ao esplendor da corte borgonhesa no século XV como precursora dos hábitos cortesãos que caracterizariam a Europa “absolutista”. Embora inúmeros trabalhos tenham sido feitos sobre estes domínios, ressaltando diversos aspectos, a imagem mais marcante é a da pompa e da riqueza dessa corte.

Graeme Small, na introdução a uma edição recente da biografia do duque Felipe, O Bom, feita por Richard Vaughan, fez um balanço da produção recente sobre os duques da Borgonha, principalmente os dois últimos.²

¹ GUENÉE, Bernard. “Corte” in LE GOFF, J. et alli. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*, Op. Cit., p 278.

² SMALL, Graeme. “Introduction to the 2002 edition” VAUGHN, Richard. *Phillip the Good*. Op. Cit, pp. IX-LI.

No seu entender, a corte seria uma das grandes ferramentas de controle e integração da nobreza, que também “protegeria o príncipe, aumentaria o seu prestígio e organizaria sua vida cotidiana”. A outra seria a Ordem do Tosão de Ouro, da qual falaremos com mais detalhes neste capítulo. Destacou, inclusive, o fascínio que o assunto desperta nos historiadores, influenciando a publicação de fontes, em grande parte voltada para destacar aspectos da vida ritual.³

A bibliografia citada por Small sobre os hábitos cortesãos borgonheses possui três tendências. Uma, analisar as estruturas da corte, com seus cargos e recompensas. Que levaria a uma segunda, preocupada com os indivíduos que ocupavam esses postos, gerando estudos biográficos e prosopográficos. Por fim, uma série de estudos que buscam utilizar outras metodologias, influenciadas pela Sociologia e pela Antropologia, no caminho aberto por Johan Huizinga. Tendência na qual se encontra o presente trabalho.

Assim, os rituais, festas, protocolos e etiquetas seriam analisados à exaustão. Graeme Small por fim, discorda desse senso comum historiográfico:

“Mesmo que não seja mais possível simplesmente afirmar que a corte de Felipe, O Bom, serviu como modelo para aquelas da subsequente Europa do *Ancien Regime*, está claro que o exemplo borgonhês, com seu senso pronunciado de hierarquia e marcas de respeito, prefigurou a complexa sociedade de corte do tempo de Luís XIV, como estudada por Norbert Elias.”⁴

Não há discordância em um ponto: a ritualização do cerimonial cortesão borgonhês chegou a extremos desconhecidos pelas cortes suas contemporâneas. No entanto, se nisso há consenso, é difícil definir de forma simples a unidade política formada pelos territórios que entre 1363 e 1477 estiveram sob o domínio da casa Valois da Borgonha. No primeiro capítulo tratamos dessa prática expansionista que, ao combinar guerra, negociações diplomáticas e alianças matrimoniais fez com que, ao ducado da Borgonha – cedido a Felipe, O Audaz, em 1363 – se juntasse uma variedade de domínios.

³ Por exemplo, a coletânea utilizada por nós e organizada por Danielle Bohler, com extratos traduzidos para o francês moderno e introduzida por especialistas, que versa exclusivamente sobre a corte. BOHLER, Daniel. *Splendeurs de la cour de Bourgogne*. Op. Cit.

⁴ “Even if it’s no longer possible to simply affirm that the court of Philip the Good served as model for those of later *Ancien Regime* Europe, it is clear that the Burgundian example, with its pronounced sense of hierarchy and marks of respect prefigured the complex court society of the time of Louis XIV, as studied by Norbert Elias.” SMALL, G. Op. Cit. p. XXXI

Façamos uma reflexão. Ao pensarmos em uma definição de “Estado” que englobe uma unidade administrativa e cultural, além de geográfica, dificilmente poderíamos enquadrar a Borgonha do período dos duques Valois neste conceito. Porém, devemos considerar as especificidades das formações políticas da época. Nesse período, a França sofria um processo de centralização progressiva, que levaria a formação do chamado “Estado nacional” francês. O embate de unidades políticas independentes foi, segundo Norbert Elias, a força motriz desse processo.⁵ Tais unidades exerciam dentro de suas áreas delimitadas direitos e deveres por nós associados ao poder estatal. Não é assim, portanto, tão difícil ver um “Estado” dentro da lógica governamental borgonhesa. Um “Estado” que, não obstante, possuía suas especificidades.

Para Chabod, o “Estado borgonhês” seria uma total antítese do “Estado Moderno”, por constituir um conglomerado de territórios diferentes, sem ligações geográficas, reunidos para honrar razões puramente dinásticas. Um estado patrimonial, que dava valor aos ideais da cavalaria e do feudalismo, sustentando-se nas riquezas mercantis da Flandres. Veria, portanto, como John Elliott e Walter Blockmans, uma composição complexa e inerentemente dual, apesar de não ver um Estado.⁶ Mantêm-se aqui o problema levantado no nosso primeiro capítulo. O que permitiu a criação de uma consciência de pertencimento comum nos domínios borgonheses?

Carmelo Lisón Tolosana, ao pensar sobre a monarquia Habsburgo da Espanha, descendente dos duques da Borgonha, reflete sobre os usos políticos do ritual nas cerimônias de corte. Nessa casa real, o cerimonial era repleto de sobrevivências borgonhesas, trazidas e impostas por Carlos V, desapontado com a falta de regras de etiqueta e comportamento na casa real de Castela.⁷

Este cientista político espanhol, ao analisar a base borgonhesa do imperador, viu-a simplesmente como “um principado feudal independente”, com grande heterogeneidade interna. Porém, o autor estava preocupado nessa parte do seu trabalho principalmente com as sobrevivências e transposições dos intrincados rituais da corte Valois da Borgonha na casa

⁵ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993; vol. 2, pp. 97-107

⁶ CHABOD, Frederico. *Carlos V y su imperio*. Op. Cit., p. 10.

⁷ LISÓN TOLOSANA, Carmelo. *La imagen Del rey. Monarquía, realeza y poder ritual en la Casa de los Austrias*. Madrid: Espasa-Calpe, 1991, principalmente o capítulo 4.

dos Áustria. Desse modo, deixou claro um ponto crucial para se observar a constituição e a configuração do poder nesses domínios. Ele diz:

“Na verdade, a Grande Borgonha era constituída e se aglutinava pelo esplendor e elegância da Corte ducal, os torneios, bailes, festas senhoriais, ritos cavaleirescos e alegorias que atraíam e mantinham a nobreza submissa e leal. Até a metade do século XV, a elegância agradável das formas e maneiras borgonhasas e a faustosidade e imaginação de suas cerimônias e etiquetas haviam alcançado tal grau de perfeição e virtuosismo que chamaram a atenção da Europa e pouco a pouco começaram a ser imitadas (...) a sensibilidade borgonhesa, concretamente os *topoi* de honra e da cavalaria, os desfiles, entradas reais, o Tosão de Ouro, o patrocínio de artes e bibliotecas se converteram logo em patrimônio ou aspiração, ao menos, de todas as cortes da Europa Ocidental.”⁸

Essas impressões indicadas sobre a Borgonha Valois ressaltaram suas diferenças. Mas, entre revoltas e rebeliões, enquanto a coesão da linhagem se manteve, os territórios permaneceram unidos. Mesmo após 1477, os domínios que ficaram nas mãos de Maria da Borgonha, apesar de indóceis quanto ao poder Habsburgo, mantiveram certa unidade.

Talvez possamos dizer que, para ser incontestavelmente uma unidade estatal, de fato tenha faltado a Borgonha um elemento. O título real, almejado e perseguido pelos dois últimos duques, daria coerência interna aos territórios. Não que fosse a única forma de obtê-la. Podemos considerar a ritualização excessiva dessa corte como uma busca no sentido de reforçar um dos poucos elementos de coesão legítima desses domínios.

O poder pode apresentar-se de diversas formas, e a maneira pela qual se legitima influi em como se mostra: quanto mais fraca for a legitimação do poder, maior será a necessidade de enfatizá-lo. Por isso a necessidade dos duques demonstrarem de forma constante seu poderio e independência. Sendo apenas nobres, tendo recebido aquele que

⁸ “En realidad la Gran Borgoña la constituían y aglutinaban el esplendor y elegancia de la corte ducal, los torneos, bailes, fiestas señoriales, ritos caballerescos y alegorias que atrían y mantenían sujeta y leal a la nobleza. Hacia mitad del siglo XV la elegancia exquisita de formas y maneras borgoñonas y la fastuosidad e imaginación de sus ceremonias y etiquetas habían alcanzado tal grado de perfección y virtuosismo que llamaron la atención de Europa y poco a poco comenzaron a ser imitadas (...) la sensibilidad borgoña, concretamente los *topoi* del honor y de la caballería, los desfiles, entradas reales, el Tóison de Oo, el patrocinio del arte y de bibliotecas se convierten pronto en patrimonio o aspiración, al menos, de todas las cortes de Europa occidental” Idem, p. 117.

consideravam como seu principal título por apanágio dos reis da França, para reforçarem sua posse precisavam construir uma nova legitimidade, calcada nas características pessoais daquele que pretendia exercer o poder.

Max Weber discutiu a questão da legitimidade, dividindo-a em três tipos, de acordo com os princípios básicos: legal-racional, tradicional e carismática.⁹ Seguindo a classificação weberiana, a legitimidade dos duques seria do tipo tradicional, baseada em direitos de herança – um benefício que revertera ao rei e por este fora doado ao seu filho e deste aos seus descendentes – e por costume – afinal, o ducado era um governo estabelecido há muito tempo e aceito por aqueles a ele submetidos. Essas eram as bases que fundamentavam seu poder em grande parte dos seus territórios. Porém, durante o governo dos dois últimos duques, a extensão do poderio ao seu alcance já transcendia em muito o que estava associado ao seu maior título. A busca por uma “realeza”, que incluiu as longas negociações entre Carlos e o Imperador, também intensificou os esforços da exibição. Uma nova legitimidade estava em vias de se construir.

Para isso, centraram a vida cultural de suas cortes em si mesmos, reforçando suas qualidades e características pessoais, tornando-se “líderes carismáticos”. Não foi à toa que um dos principais cronistas borgonheses, Georges Chastellain, chamou Felipe, o terceiro duque dessa linhagem, de “grande duque do Ocidente”. Tal legitimidade carismática produzia-se, ou pelo menos buscava se construir, através de todo um aparato simbólico que tinha como forma de expressão os rituais de corte e as obras literárias feitas sob o patrocínio da corte borgonhesa.

O ducado da Borgonha representava bem a época de mudanças por que passava a Europa. Um dos últimos refúgios dos ideais cavaleirescos, lar de uma das mais importantes ordens de cavalaria, os duques tinham ao redor de si uma corte imponente e majestosa, que se reunia em festas e celebrações constantes, organizadas ao seu redor. Princesca, sem dúvida: uma das grandes casas do reino, organizada e hierarquizada segundo regras muito precisas de etiqueta e prestígio, mas ainda devedora de laços vassálicos ao rei de França.

O aparato de corte seria uma das formas do duque demonstrar sua força. O poder que advinha dessa “curialização” seria, portanto, derivado de um capital simbólico. Mas, o

⁹ WEBER, Max. “Los tipos de dominacion” in *Economia Y Sociedad*. México: Fondo de Cultura, 1997, pp. 170-241.

que constituiria o poder simbólico? Para Bourdieu,

“O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá aquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe.”¹⁰

Portanto, é o poder 'invisível', que só ocorre quando não é percebido por aqueles sujeitos a ele, e que necessita da crença desses para conseguir se legitimar e ter força efetiva de coerção.¹¹ Manifesta-se impondo suas significações como legítimas, disfarçando as relações de força que fundamentariam o poder.¹² A questão dessa interpretação do poder simbólico, só existente se fosse, ao mesmo tempo, exercido e aceito, pode ajudar a esclarecer a questão sobre a continuidade do sentimento de pertença. Como, apesar das tensões e conflitos, inerentes às relações de poder e ao espaço social, uma coerência, um sentido de pertencer a algo comum, construiu-se e manteve-se. As cerimônias e rituais, auxiliados pela legitimidade, sempre reforçada, da posse, foram a face desse poder demonstrada pelos duques, que tinha sua contrapartida justamente nessa consciência comum, um *commonwealth* nas palavras de De Voogd, que se manteve mesmo após a queda de Nancy.¹³

Portanto, podemos afirmar que o poder dos duques não se baseava simplesmente na posse do território, no seu poderio bélico e na sua pujança econômica. Os duques tinham, e procuravam obter cada vez mais, o *poder simbólico*. Detinham-no por sua posição na hierarquia social da nobreza francesa do século XV, já que o próprio título de duque e o domínio sobre vastos territórios conferiam-lhe uma posição de poderio sobre estes, mesmo que por vezes precisasse se impor. Também buscaram construir ao redor de si representações do seu poder, investindo neste maior carga simbólica.

Para Pierre Bourdieu, todo espaço social é conflituoso e estruturado por diversos tipos de capital, que regulam divergências e estabelecem hierarquias.¹⁴ As principais

¹⁰BOURDIEU, Pierre. “A representação política” in *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 188.

¹¹BOURDIEU, P. “Sobre o poder simbólico” Idem, Op. Cit., p. 13.

¹²BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 82.

¹³DE VOOGD, C. *Histoire des Pays Bas*, Op. Cit., p. 53.

¹⁴BONNEWITZ, P, Op. Cit., p. 53

formas de capital seriam o econômico, ligado à posse dos fatores de produção, o cultural, relacionado às qualificações intelectuais, o social, definido pelo conjunto das relações sociais, e o simbólico, sendo que este seria o fator de reconhecimento dos demais tipos.

Em relação aos duques da Borgonha, podemos afirmar que ocupavam um lugar destacado no espaço social porque possuíam diversos tipos de capitais em grandes quantidades. Acumularam capital econômico, porque, além de terem extensos senhorios feudais, ainda controlavam uma das mais ricas regiões mercantis da época, a Flandres e os Países Baixos, como mostramos no primeiro capítulo. O capital cultural que os duques possuíam advinha da prática do “mecenato”, sob as diversas formas de manifestação cultural. Os duques financiaram em grande parte o chamado “Renascimento do Norte”, tendo ao seu serviço os mais importantes artistas flamengos da época. Nomes como Jan Van Eyck, Roger Van Der Weyden e Claude Sluter, entre outros, estiveram nas folhas de pagamento duciais, que também acolheram em sua corte literatos, poetas e cronistas. Tratamos disso amplamente no capítulo anterior. Sua posição na configuração política lhes dava capital social, através das redes de relações que estabeleciam.

Entretanto, interessa-nos mais de perto o capital simbólico que eles possuíam e que tentavam construir. Como já dissemos, para Bourdieu, este tipo define um conjunto de símbolos e rituais que agem para que a posse dos outros capitais seja reconhecida.

O ritual é uma forma de demonstrar o poder simbólico. No livro de Marc Bloch sobre o poder taumatúrgico dos reis, isso pode ser visto.¹⁵ Afinal, além de curar os escrofulosos, os reis o faziam da maneira mais visível e ritualizada possível, destacando sua atuação e sua capacidade de cura. Como Bloch indica, o rei não curava os doentes, esse poder era simbólico, e dependia da crença dos súditos franceses e ingleses na legitimidade sacra do seu rei para existir.

Também os intrincados rituais de etiqueta são uma maneira de expressar o poder simbólico. Por exemplo, Luís XIV e sua sociedade de corte, estudados por Norbert Elias. Ao destacar e acentuar a preponderância do rei, centro da corte, a etiqueta mostrava que ele também deveria ser centro da sociedade.¹⁶

O poder simbólico do duque da Borgonha era baseado na força da ritualização e nas

¹⁵ BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

¹⁶ ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

regras de etiqueta estabelecidas no ducado. Andrew Brown chegou a falar em “teatro-estado borgonhês”,¹⁷ aplicando o termo de Clifford Geertz.¹⁸ Houve, sim, uma teatralização do poder na Borgonha, mas esta não chegou aos extremos indicados pelo antropólogo em seu estudo sobre Bali. Na Borgonha, o ritual foi um instrumento para o poder, que foi devidamente normatizado. Havia o patrocínio do duque a cronistas e escritores, mas através desses escritos, as formas de comportamento dessa corte foram estabelecidas e espalharam-se. Na construção do poder simbólico borgonhês, houve um uso dos intelectuais equivalente ao que Bourdieu aborda como os profissionais da representação política.¹⁹

A discussão sobre a configuração política borgonhesa – se era ou não Estado, e de que tipo seria – é importante, pois ressalta a complexidade das relações entre o duque e seus territórios. Entretanto, é mais importante não nos deixar limitar por esse conceito, “Estado”, e observarmos que, tendo ou não essa configuração, os duques Valois tiveram uma clara intenção política, de expansão e consolidação do poder. No nosso entendimento, é nesse âmbito que a grandeza da ritualidade borgonhesa deve ser entendida. Dos *pas d’armes* até as entradas em cidades e as refeições ducais, todos os acontecimentos, grandes ou nem tanto, revestiam-se de importância mediante o peso do ritual. Reforçavam um poder que não era bélico, nem material... E sim simbólico.

Ao estudar a corte borgonhesa, estamos frente a um local extremamente ritualizado e simbólico. A partir do século XV a corte tornou-se “o teatro do príncipe”. Analogia apropriada, pois nesse espaço de representação e cerimônias, cada vez mais regidas por um ritual específico, a glória e magnificência do príncipe deveriam surgir. O “teatro” é uma metáfora constante para o exercício ritualístico do poder. A obra de Clifford Geertz trouxe uma reflexão profunda sobre cerimônias e rituais nas afirmações e construções do poder.

O poder foi entendido durante muito tempo pelos cientistas sociais como coação, por vezes legitimada, que usa a força e a violência – material ou simbólica – quando necessário. No entanto, é mais adequado pensar neste como sistema relacional. Afinal, é exercido dentro de uma sociedade, por um grupo sobre outro. É uma relação de troca e de

¹⁷ BROWN, Andrew. “Bruges and the burgundian ‘theatre-state’”, Op. Cit.

¹⁸ GEERTZ, Clifford. *Negara. O teatro-estado balinês no século XIX*. Lisboa: Difel, 1980.

¹⁹ BOURDIEU, P. “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político” in *O poder simbólico*, Op. Cit., pp. 163-208.

compartilhamento de crença. Quem detém o poder, acredita ter o direito de exercê-lo, como na *illusio* de Pierre Bourdieu. E quem obedece, também crê que assim funcione.²⁰

Essa crença, compartilhada e diferenciada segundo a posição social, além de incorporada internamente pelo processo educacional, deve ser reforçada. O ritual ligado à política é uma dessas formas. Em uma festa da corte, a hierarquia é cuidadosamente mostrada, os elementos são pensados de forma a ressaltar a importância da figura central.

Os Valois da Borgonha detinham poderio econômico e militar. Segundo os costumes da sociedade a que pertenciam, eram detentores legítimos de seu território. No entanto, sua grande marca, sua força mais evidente, foi a elaboração de intrincados rituais, em que a celebração estava a serviço do poder, dando-lhe base de apoio.

Clifford Geertz, na conclusão de *Negara*, ressalta um aspecto de seu trabalho.²¹ Em que pese o exagero com que trata o aparato cerimonial balinês, tornando-o única razão de ser do Estado, o livro traz o ritual para o centro da política, usando o conceito de “teatro-estado”. Um palco do poder, no qual as posições dos atores exibiam os seus lugares na hierarquia social. E não haveria palco melhor, em uma sociedade do século XV, do que ao redor de um grande príncipe. Diz Bernard Guenée que a corte é, de fato, o teatro do príncipe.²² Se for assim, podemos considerar, na Borgonha, os salões decorados com requintes e minúcias como palcos para festas, as grandes encenações. Representações, coordenadas pelo roteiro das hierarquias e dos manuais de corte. Não há originalidade em trazer este conceito, de “teatro-estado”, para o caso borgonhês no século XV. Em seu já citado trabalho sobre os Países Baixos, Prevenier e Blockmans já o caracterizavam assim.²³

Andrew Brown, ao usar o termo em um artigo, o fez como uma reversão do sentido originalmente apresentado por Geertz.²⁴ Se em Bali, segundo o antropólogo, “o poder servia a pompa”, quer dizer, o “estado” existiria em função da sua representação, os duques da Borgonha – principalmente os dois últimos – usaram a pompa, o “teatro”, a serviço do

²⁰ BOURDIEU, Pierre. “A representação política” Op. Cit. p. 188 e CARDOSO, Ciro Flamarion. “Historia del poder, historia politica” in *Ensayos*. São José: Editorial de La Universidad de Costa Rica, 2001, p. 68.

²¹ GEERTZ, Clifford. Op. Cit., pp. 153-171.

²² GUENÉE, B. Op. Cit., p. 269.

²³ PREVENIER, W. e BLOCKMANS, W. *Les pays bas bourguignons*, Op. Cit., p. 194.

²⁴ BROWN, A. Op. Cit., p 576.

poder. Mais do que o escapismo e a decadência que Johan Huizinga percebia nos faustos da corte borgonhesa, havia uma clara intenção de afirmar o poder ducal.²⁵

O artigo de Andrew Brown contesta a visão desse “teatro-estado” borgonhês como mera tentativa de imposição. Os rituais demonstrariam o poder ducal, mesmo quando os espetáculos fossem externos ao aparelho de governo. Para o autor, essa intromissão seria uma maneira de incluir os núcleos urbanos dentro da esfera de poder borgonhesa. Ao analisar a participação ducal em irmandades locais, percebeu o engajamento na vida cívica como marca desses duques.

Essa preocupação em manter as cidades dos domínios do norte mais ligadas, segundo Brown inédita em outros governantes da época, pode ser percebida como resultado da falta de homogeneidade entre as possessões ducais. Segundo Lisón Tolosana, na Borgonha Valois, a diferença e a igualdade conviviam através dos laços criados por meio dos rituais políticos.²⁶

A ritualização acontecia de diversas formas na vida política borgonhesa. Mesmo as audiências de justiça seguiam regras definidas. Na descrição do cerimonial da justiça – a segunda parte mais importante do governo para La Marche – mais importante do que descrever a forma das requisições, era apresentar a ordem em que os nobres deveriam se colocar na sala, quantos servidores estariam presentes e suas respectivas posições. Mesmo o detalhe da cadeira onde o duque se sentaria, forrada de ouro, era indicado.²⁷

Nas *Mémoires*, três tipos de eventos aparecem com mais frequência. As batalhas e guerras, incluídas as revoltas urbanas; as justas, torneios e passos de armas; e as cerimônias e rituais. A guerra seguia suas próprias leis e regras, onde a sorte e o acaso reinavam, ao sabor dos desígnios divinos.²⁸

De certa forma, também os “exercícios militares” eram rituais da corte. Claro que tinham um diferencial. A presença do duque era menor, exceto, por exemplo, na narrativa do passo de armas do casamento de Carlos. Ali, ao invés de juiz, logo espectador, o duque assumia papel de combatente. Do melhor deles, segundo o autor.

²⁵ HUIZINGA, J. *L'Automne du Moyen Age*. Op. Cit.

²⁶ LISÓN TOLOSANA, C. Op. Cit, p. 118.

²⁷ LA MARCHE, O. *Mémoires*, Op. Cit, tomo X, p. 480.

²⁸ Como na morte do cavaleiro borgonhês Jacques de Lalaing, que foi alvejado ao examinar uma peça de artilharia.

A motivação para o enfrentamento de armas podia ser uma comemoração, como no caso das núpcias de Carlos, ou uma *emprise*, uma promessa feita por um cavaleiro. Nas grandes festas ducais, sempre havia torneios. No Banquete do Faisão, nas reuniões da Ordem do Tosão de Ouro, nos casamentos, eles eram parte da comemoração. O papel do duque nessas batalhas encenadas era central. Era ele o juiz, quem decidia o resultado em caso de dúvidas, que resolveria quaisquer problemas que surgidos no decorrer das justas. La Marche aproveitou e ressaltou a sabedoria ducal em ocasiões específicas como típicas de um bom governante.

Porém, se as narrativas de torneios eram freqüentes, o grande atrativo das memórias eram as descrições das festas da corte. Ciro Cardoso, em artigo, sublinha a característica mais marcante de La Marche – e dos autores borgonheses em geral - relacionados aos demais memorialistas dessa época: o destaque dado à narrativa de eventos festivos.²⁹

Podemos aqui elencar três ‘tipos’ de festas para que compreendamos a importância dessa ritualização na concepção de poder expressa na obra de Olivier de La Marche.

As festas da Ordem do Tosão de Ouro, importante instrumento de controle da nobreza que rodeava o duque,³⁰ o “Banquete do Faisão” em Lille, quando o duque Felipe, O Bom, atendendo a uma convocação do Imperador, enunciou votos de cruzada, e, finalmente, os casamentos, que além de firmar e reforçar lealdades e ligações diplomáticas, representavam em suas decorações, ordenações e entretenimentos, o poder ducal. A hierarquia da sociedade transpareceu no relato dessas festas. A organização previa a ordem em que convidados entravam e lugares de cada um, de acordo com sua posição em relação ao duque, figura central nos festejos.

3.2 – O duque como centro

As Cruzadas, movimento de expansão do cristianismo para áreas islamizadas, formaram o contexto que originou as ordens monástico-religiosas, como os templários e os hospitalários. A partir desses modelos que, nos séculos XIV e XV, se organizarem as

²⁹ CARDOSO, Ciro. “Panorama da historiografia ocidental (até aproximadamente 1930)” in *Um historiador fala de teoria e metodologia. Ensaios*. Bauru: Edusc, 2005, pp. 115-150.

³⁰ SMALL, G. Op. Cit., p. XXV.

chamadas “ordens de corte”, fundadas por diversos soberanos europeus. Ao mesmo tempo em que buscavam fortalecer o seu poder, podando progressivamente a concorrência dos nobres a eles subordinados, os grandes senhores e reis precisavam reforçar os laços que os uniam a eles.

Concordamos com Cardini ao afirmar que, mais do que um simples valor lúdico, essas ordens ligavam mais estreitamente os governantes à aristocracia. É uma nova concepção de cavalaria, que mantém o antigo “código” – de fé cristã e de serviço às damas – associando-o à fidelidade ao membro mais importante da ordem: o soberano. Buscava-se, desse modo, tornar fiel uma nobreza, nem de longe ligada de forma “monolítica” ao seu senhor.³¹

A ordem do Tosão de Ouro foi das mais importantes dentre as surgidas nesse período final da Idade Média, exemplo para diversas outras. Fundada durante as núpcias de Felipe com Isabel de Portugal, em 10 de Janeiro de 1430, na cidade de Bruges, teve em sua criação as mais nobres motivações. Segundo o *indiciaire* Georges Chastellain,

“Para confrontar os ingleses e sua ordem, ele [o duque Felipe, O Bom] instituiu a sua própria, o Tosão de Ouro. Fundou-a com base na honra e na pureza da cavalaria, e para a destruição das coisas vis, por aqueles que fizeram parte [da Ordem]; ele fez com que o Santo Padre Eugênio a dedicasse; ele a colocou e a montou nas casas reais e nos grandes duques e condes da França, e mesmo na Alemanha.”³²

Nessa sua primeira concepção, a ordem reunia vinte e quatro homens de valor, entre “reis, príncipes e cavaleiros de renome e recomendados”³³ em uma comunidade, cujo soberano seria o próprio duque. Ao mesmo tempo em que firmava o compromisso do

³¹ CARDINI, F. “O guerreiro e o cavaleiro” in LE GOFF, Jacques (org.). *O homem medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, s.d., p. 77 e “Guerra e cruzada” in LE GOFF, J. et alli *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Op. Cit., pp. 481-482. No verbete do *DTOM*, o autor vai mais longe, inserindo a criação das ordens de corte no processo de laicização, típico da passagem do regime feudal ao “absolutismo”, situando-as como origem da “hierarquia burocrática que se constituiria, a partir dos séculos XV e XVI no núcleo do Estado absolutista”. Idem, p. 482.

³² “Pour éviter les Anglais e leur Ordre, il institua le sien propre, la Toison d’Or. Il le fonda sur l’honneur et sur la pureté de chevalerie et sur la destruction des choses viles pour ceux qui en faïrent partie; il le fit dédié et confirmer par le Saint-Père Eugène; il le plaça et le fit monter jusque dans las maisons royales et jusq’aux grands ducs et comtes de France, et même jusq’en Allemagne CHASTELLAIN, Georges. “Declaration de tous les hauts faits...” Op. Cit, p. 751.

³³ LA MARCHE, O. Op. Cit, tomo IX, p. 158.

duque com a causa da Guerra Santa, reforçava a sua independência em relação aos outros poderosos com os quais interagia e sua posição de prestígio perante os múltiplos domínios que comandava. Isso pode ser visto na explicação de Chastellain para a criação da ordem. A sua composição estava ligada à relação do duque com seus territórios. A princípio, apenas borgonheses participaram, excluindo os domínios do norte. A nobreza flamenga foi sendo incluída aos poucos.

Na sua *Chronique*, o *indiciaire* narra a formação da ordem através de um episódio que acontecera com Felipe. Ao encontrar-se com o duque de Bedford – regente da porção do território francês dominada pela Inglaterra e seu cunhado – este propôs que Felipe integrasse a ordem da Jarreteira, inglesa, com grande insistência ³⁴.

Mas “o jovem e sábio duque”, que segundo Chastellain não tomava nenhuma decisão de forma impensada, mostrou-se sensível à gravidade da situação em que se encontrava. Tentou adiar sua decisão, mas foi pressionado. Como não gostava dos ingleses, segundo o cronista, não queria ficar perpetuamente ligado a estes por tais laços de fidelidade. Recusou “docemente” a oferta de seu cunhado – que na opinião de Chastellain, buscava prejudicar o duque – dizendo que ele tinha, há muito tempo, a intenção de instituir uma ordem, e que a estava organizando em segredo, junto com seus conselheiros mais chegados, para que soubesse as maneiras e condições corretas para realizar seu intento. ³⁵

Assim, por ser um homem de palavra, Felipe, O Bom, viu-se obrigado a cumprir o que havia dito. No dia de suas bodas com Isabel de Portugal, finalmente instituiu sua ordem na presença do duque inglês.

Ordem na qual estavam não só os grandes da corte de Borgonha, mas também o rei da Inglaterra e o papa. A ordem conheceu ligeira decadência depois da morte de Felipe, O Bom. A primeira reunião de Carlos, O Temerário, teve apenas quatorze cavaleiros presentes, contando com ele próprio. Logo após a ascensão de Carlos, o velho rei-de-armas da ordem pediu dispensa do seu serviço. ³⁶

³⁴ CHASTELAIN, G. Op. Cit., p. 779.

³⁵ Idem, pp. 779-780.

³⁶ Jean Lefèvre de Saint Remy, nascido em Abbeville em 1396, foi arauto de Charolais e tornou-se rei-de-armas da ordem do Tosão de Ouro em 1431, e exerceu esse cargo até 1468. Era responsável por redigir os feitos declarados dos membros da ordem. De seus relatos, foi compilada uma parte do *Livre des faits du bon chevalier messire Jacques de Lalaing*, sobre um dos membros.

O símbolo da ordem é uma insígnia usada com colar, no pescoço. Na forma de um carneiro, era a ligação mais visível da ordem com seu patrono original, Jasão. No mito grego, o jovem príncipe Jasão partiu em busca do Velocino – ou Tosão – de Ouro, para finalmente ascender ao trono confiscado por seu tio. Reuniu um grupo de jovens heróis e semi-deuses, dispostos a partir com ele, entre eles Hércules e Teseu – os “argonautas”. Após diversas aventuras e armadilhas, Jasão conseguiu alcançar seu objetivo – o Tosão de Ouro – e retornou assim ao seu reino.³⁷

O paralelo é visível – um grupo de homens de valor reunidos em torno do Tosão de Ouro. Podemos tentar ver nessa ligação a sabida intenção de Felipe em tornar-se rei? Afinal, Jasão, líder dos “argonautas” precisou ser reconhecido por seus feitos antes de tornar-se rei, como seria o objetivo de Felipe, líder dessa ordem de cavalaria.

A referência pagã, portanto, era fortíssima na ordem. Isso não passou despercebido aos cronistas. Chastellain, tentando amenizá-la, concebe a ordem sobre duplo apadrinhamento: além de Jasão, o mítico herói grego, esta seria protegida por Gedeão, patriarca bíblico do Antigo Testamento.³⁸ Essa cristianização de uma referência primariamente pagã era necessária para adequar a ordem ao princípio primeiro que animava Felipe, O Bom, em seu governo. Este era o espírito de cruzada que ainda subsistia na Borgonha Valois.

A ordem se reunia periodicamente, por vezes em Gand, por vezes em Vallenciennes, no Hainaut, em uma grande celebração. Novos cavaleiros eram sagrados, a memória dos falecidos era lembrada, e histórias eram trocadas. A festa do Tosão de Ouro também tinha regras bem definidas para sua organização.

A primeira festa da Ordem que o autor assistiu foi em Gand no ano de 1445, segundo Petitot.³⁹ É esta que ele vai descrever com muito mais riquezas de detalhes. A festa de 1451, na cidade de Mons no Hainaut, mereceu uma breve menção, sem ser descrita

³⁷ BULFINCH, Thomas. “O velocino de ouro – Medéia” in *Livro de ouro da mitologia. A Idade da fábula*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000, pp. 159-167.

³⁸ Gedeão foi um dos juízes da tribo de Israel. Tendo sido escolhido por Jeová para guiar os israelitas em batalha, pediu dois sinais do céu. Primeiramente, colocou um velo de lã sobre a grama à noite. Pediu que Jeová se manifestasse: que o orvalho molhasse somente o velo, e deixasse a grama seca. Recebeu esse sinal, mas não ficou satisfeito, pedindo outro. Dessa vez, fez o inverso. O velo deveria ficar seco, e a grama ao seu redor molhada. Satisfeito com os sinais recebidos, liderou os israelitas. Livro dos Juízes, capítulo 6, versículos 36-40 in *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985, p. 386.

³⁹ LA MARCHE, O. Op. Cit., tomo IX, p. 426, nota.

em detalhes. Grande parte da nobreza da Borgonha estava presente, como o herdeiro de Felipe – conde do Charolais – o senhor de Croy, Hugo de Lannoy, o senhor Simon de Lalaing. Alguns cavaleiros, presos por seus afazeres, mandaram procuradores, caso do rei de Aragão e do duque de Alençon.⁴⁰

Em seu relato, La Marche diz-se muito impressionado com a ordem que viu e que lhe foi explicada pelo rei-de-armas da Ordem, Jean Lefêbvre de Saint Remy. A celebração acontecia em diversos lugares da cidade, notadamente na Igreja de Santo João e no palácio ducal. Nos deslocamentos processionais, boa parte do espaço urbano tornava-se palco para a exibição da ordem, uma forma de integrar a comunidade ao espetáculo, fazendo-a platéia, espalhada por todo o percurso.

No primeiro dia de celebrações, todos os cavaleiros estavam reunidos no castelo de Gand, no centro da cidade.⁴¹ A câmara do conselho, local das audiências que o duque concedia:

“estava preparada para eles como escritório, para que rendessem conta, não de dinheiro ou de despesas de ter ou de riquezas, mas de sua honra, se quisessem fazer, e também para seus negócios e para suas eleições”⁴²

A concomitância da dupla função da sala mostrava o quanto a Ordem era parte do poder de Felipe. Afinal, no lugar em que a *Chambre de Comptes* reunia-se para seus afazeres, os cavaleiros recitavam seus feitos, prestando contas de seus atos ao seu senhor. Reunidos ali, os cavaleiros – entre eles Carlos, duque de Orléans; e o herdeiro da Borgonha, Carlos, então ainda conde de Charolais – saíram em procissão ordenada de acordo com a hierarquia. Em primeiro lugar, abrindo o cortejo, vinham os oficiais: o tesoureiro, o *greffiér*, e por fim o rei-de-armas. Servidores da casa ducal, ao menos o rei-de-armas, Jean Lefêbvre, possuía o título de senhor de Saint Remy. Todos vestidos com longos mantos

⁴⁰ Idem, tomo IX, p. 426.

⁴¹ Idem, p. 428.

⁴²“ pour eux estoit préparee de sièges et de bureau, à rendre-compte, non pas d’argent ou de despense d’avoir, ou de richesses, mais de leur honneur, si besoing faisoit, et aussi pour leurs affaires et pour leurs elections” Idem, p. 427.

escarlates forrados de pele. Não portavam o colar com o carneiro de ouro porque não eram cavaleiros.⁴³

Logo em seguida, vinham os membros da ordem. Estavam vestidos da mesma forma que os oficiais, com a diferença de que portavam a insígnia. A roupa só mudou em 1475 quando Carlos promoveu uma festa em Valenciennes, alterando o vestuário para um com tecido mais caro, ao mesmo tempo em que introduzia missas à Virgem Maria:

“E veio para Valenciennes em grande triunfo. E lá fez preparar uma festa da ordem do Tosão de Ouro, onde fez duas mudanças. A primeira foi que ele fez com que trocassem as roupas e os mantos dos cavaleiros da ordem (que eram de escarlate vermelho) para um veludo creme. E ordenou para o terceiro dia vésperas e missa, em nome da virgem Maria, e que os cavaleiros comparecessem ao dito serviço vestidos com roupas de damasco branco.”⁴⁴

As missas eram parte essencial das comemorações. Afinal, além dos mitos pagãos sobre Jasão e o Velo de Ouro, a ordem foi fundada sobre fundamentos de fé e caridade cristãs. A igreja principal da cidade tornava-se um cenário essencial. Após deixarem o palácio ducal, os cavaleiros se dirigiam para lá. Caminhavam de acordo com a antiguidade entre seus companheiros:

“E marchavam os cavaleiros dois a dois, a saber os últimos eleitos na ordem, os primeiros. E assim se encontravam os cavaleiros mais antigos, nesta eleição, os últimos e os mais próximos do duque da Borgonha, chefe e fundador dessa nobre ordem. Salvo todas as vezes em que os reis e os duques são os mais próximos, sem importar a data de sua entrada na dita ordem. E para mostrar que a ordem estava

⁴³ Oficialmente, eram quatro oficiais, nesse momento faltava o chanceler, que não pode estar presente mas apareceu no decorrer da celebração. Idem, p. 428.

⁴⁴ “et vint à Vallenciennes em moult grand triomphe: et là avoit fait préparer pour tenir la feste de l’ordre de la Toison d’or, où il fait deux augmentations. Pour la premiere, il it changer les robes et manteaux des chevaliers de l’ordre (qui estoient d’escarlate vermeille) à veloux cramoisy: et si ordonna, pour le troisiéme jour, vespers et messe, au nom de la vierge Marie: et que les chevaliers seroyent, audict service, vestus de robe de drap de damas blanc” Idem, tomo IX, p. 185, também mencionado no tomo X, p. 392.

bem guardada, o duque da Borgonha fez marchar o conde de Charolais seu filho o primeiro e o mais distante de sua pessoa.”⁴⁵

Na primeira cerimônia a que La Marche assistiu – por ele mais detalhada – o chefe da ordem foi imediatamente precedido pelo duque de Orléans e por *messire* Hugo de Lanoy. Felipe vinha só, e ao seu lado dois soldados com as insígnias da Borgonha e da França, isto porque, “como duque da Borgonha, ele é o primeiro par e o donatário dos nobres pares de França”.⁴⁶

A hierarquia da sociedade fora da ordem era esquecida. Na procissão, o mais importante era o duque, seguido por aqueles que entraram há mais tempo na ordem. O fato de reis e duques quebrarem essa ordem de entrada pode ser devido a uma não diminuição do próprio status do duque. Mas tirando essas hierarquias extremas, nada quebrava a organização cavaleiresca. Como ficou claro pela ênfase de La Marche em afastar Carlos de Felipe, sequer os laços de sangue.

Depois de percorrerem a cidade de Gand, “grandemente acompanhados de nobres homens conhecidos e estranhos, de embaixadores e estrangeiros”, e da multidão que era muito grande nas ruas, chegaram à igreja de São João.⁴⁷

Ali foram recebidos pelo bispo de Tournai e pelos cânone, capelães e integrantes de coro dessa que era – segundo La Marche – umas das principais paróquias de Gand.⁴⁸ Toda ela estava decorada de modo a receber os cavaleiros do Tosão. O coro da igreja, para onde foram conduzidos, em meio a cânticos “devotos”, estava decorado com grandes quadros, com as armas e o timbre “dos cavaleiros, de suas palavras, de seus nomes e de suas divisas”. Na posição desses quadros, refletia-se a hierarquia social que envolvia os membros da ordem. O lugar do rei de Aragão, ausente nessa cerimônia, coberto com um

⁴⁵ “et marchoyent les chevaliers deux à deux, c’estçavoir les derniers elus en l’ordre, les premiers: et ainsi se trouvoient les plus anciens chevaliers, en celle election, les derniers el les plus-prochains du duc de Bourgogne, chef et fondateur de celle noble ordre: sauf toute fois que les roys et les ducs sont les plus-prochains, quelques nouveaux qu’ils soyent en ladicte ordre. Et, pour monstrier l’ordonnance estre mieux gardee, le duc de Bourgogne faisoit marcher le conte de Charolais son fils le premier et le plus loing de sa personne (...). Idem, p. 429.

⁴⁶ “comme duc de Bourgogne, il est premier per et doyen des nobles pers de France”. Idem, tomo IX, p. 430.

⁴⁷ “grandement accompaignés des nobles hommes prives et estranges, d’ambassadeurs et d’estrangers” Idem, p. 430.

⁴⁸ Idem.

pano dourado, era ao lado e na mesma altura do duque de Orléans. O duque da Borgonha estava no centro, e as suas armas eram maiores do que as de seus confrades. É expressivo que um duque esteja no mesmo nível de um rei.⁴⁹

Cada um postou-se em frente ao quadro que lhe correspondia. Alguns quadros ficaram vazios, e estes estavam cobertos com veludo negro. Intrigado, La Marche interrogou o rei-de-armas, que explicou que ali deveriam sentar-se os cavaleiros da ordem que tinham falecido depois da última festa, e que na próxima missa, no dia seguinte, tudo seria melhor explicado. O rito funerário era ponto central no ritual da ordem.⁵⁰

Todos posicionados, começaram as vésperas cantadas pelos cantores da “capela” ducal. A partir do século XII, capela – ou *chapelle* – não só significava o edifício em que se realizava o ofício religioso, mas também o grupo de clérigos que se ocupava das atividades principalmente as músicas. Para Márcio Selles, nos séculos XIV e XV, as capelas que pertenciam aos grandes senhores, principalmente os reis, passaram a ser reconhecidas como centros de ensino de música e referência para capelas menores. Dentre estas uma se destacou:

“A julgar pela produção musical do ducado de Borgonha de Felipe o Bom e Carlos o Temerário foi a maior de todas as capelas medievais, rivalizando apenas com a Capela Papal. Lá compositores como Dufay, Fontaine, Binchois, Obrecht, Isaak e Josquin serviram a maior parte de sua vida e revolucionaram as técnicas de composição da música ocidental.”⁵¹

É essa a opinião de La Marche, que diz que Felipe tinha “uma das melhores capelas, das melhores acordadas e com o maior número de capelães” que ele tivera notícia.⁵²

No segundo dia ocorreu uma grande missa, em que os cavaleiros compareceram na mesma ordem que anteriormente. Seguiu-se o mesmo ritual até a hora das oferendas, um *rastelier* trouxe então círios em número correspondente ao total de cavaleiros, presentes,

⁴⁹ Idem, tomo IX, pp. 431-432.

⁵⁰ Idem, vol. 1, p. 431.

⁵¹ SELLES, Márcio Paes. *Entre a corte e a capela. O espetáculo como legitimação do poder e propaganda na Dinastia de Avis (1385-1574)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, p. 52.

⁵² “une des meilleures chapelles, des mieue-acordees, et em plus-grand nombre de chapellains”. LA MARCHE, O Op. Cit, tomo IX, p. 432.

ausentes ou falecidos. O rei-de-armas pegou a vela que pertencia ao duque, encaminhou-se na direção deste, chamando-o por todos os seus títulos:

“Meu senhor o duque da Borgonha, de Lotrich, de Brabante, de Limburgo e de Luxemburgo, conde da Flandres, do Artois, conde palatino da Borgonha, da Holanda, da Zelândia e de Namur, marquês do Santo Império, senhor da Frísia, de Salins e de Malines, chefe e fundador da nobre ordem do Tosão de Ouro, venha para a oferenda.”⁵³

Felipe dirigiu-se ao rei-de-armas, pegou sua vela e retornou ao seu lugar. Quando o fez, passou defronte ao duque de Orléans, com grande reverência. O duque de Orléans, ao invés de receber a homenagem de seu posto na hierarquia social francesa, como terceira pessoa do reino, aceitou-a como “irmão e cavaleiro do Tosão de Ouro”, o que muito agradou os demais. Na cerimônia, pelo menos, a hierarquia da ordem valia mais.⁵⁴ Depois do duque, os demais foram chamados. Quando um cavaleiro ausente por motivos pessoais era convocado, um cavaleiro seu procurador assumia seu papel explicando a ausência. No caso de um falecido, tal era encargo do Tosão de Ouro.⁵⁵ A hierarquia da ordem era mantida sempre, mesmo em sacrifício dos títulos de nobreza.

Depois da missa celebrada, os cavaleiros se retiraram na Câmara do Conselho, para um jantar. Uma grande mesa fora armada, coberta de veludo negro com as armas do duque da Borgonha. O duque sentou-se no meio, tendo a sua direita o duque de Orléans. O centro era a posição principal, de mais destaque, enquanto que a direita era o lugar privilegiado, do convidado mais especial. Ambos foram servidos embaixo de um dossel, a parte dos demais. No jantar do dia seguinte, ambos seriam colocados em uma mesa à parte, juntamente ao conde de Charolais.⁵⁶

⁵³ “Monsieur le duc de Bourgogne, de Lotrich, de Brabant, de Lembourg et de Luxembourg, comte de Flandres, d’Artois, et de Bourgogne palatin, de Hollande, de Zelande et de Namur; marquis du Saint Empire; signeur de Frise, de Salins et de Malines; chef et fondateur de la noble ordre de la Toison d’or, allez a l’offrande.” Idem, tomo IX, p. 433.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem, tomo IX, pp. 434-435.

⁵⁶ Idem, p. 435.

À esquerda do príncipe, colocou-se uma mesa para os quatro oficiais da ordem – o chanceler, o tesoureiro, o *greffier* e o rei-de-armas.⁵⁷ La Marche, em duas ocasiões, nessa descrição e no manual que elaborou, afirmou que os convidados que não fossem da ordem teriam, ao menos nesse primeiro dia, uma mesa à direita do príncipe, para que pudessem observar o serviço dos cavaleiros. Um estrado poderia ser colocado na sala para que as mulheres pudessem observar a cerimônia.⁵⁸

No dia seguinte, aconteceu a missa em homenagem aos mortos, na qual todos os cavaleiros falecidos foram nomeados pelo rei-de-armas, que os recomendou nas orações dos cavaleiros. Após mais um jantar, em que La Marche nomeia uma pequena multidão que observa a festa, os cavaleiros se retiram em conclave com os quatro oficiais. Desta reunião, saíam os nomes dos novos cavaleiros da ordem. Somente após nomear e declarar os cavaleiros falecidos, outros poderiam ser aceitos.⁵⁹

Esta foi a única festa da ordem que La Marche descreveu com todas as minúcias. Outras são citadas levemente ao correr do texto, como a de Carlos em 1475, dando atenção mais à mudança de vestuário que ao conteúdo da celebração – até mesmo porque esta foi interrompida em razão da sua partida para o país de Gueldres, que se revoltara.⁶⁰

A que Felipe celebrou em 1451, no Hainaut, foi mencionada por ter sido a elevação de Jacques de Lalaing a cavaleiro da ordem.⁶¹ Esse cavaleiro mereceu especial atenção nas memórias no curto período em que esteve a serviço da corte borgonhesa, e por isso La Marche ressaltou essa importante mudança na vida do jovem. Lalaing cristalizou em si o ideal de “cavaleiro borgonhês” perfeito. O autor faz um paralelo entre sua trajetória e o governo de Felipe, O Bom. Nasceu em 1420, logo após a ascensão do jovem duque. Foi feito cavaleiro em 1445, aos 25 anos, quando o poder do duque estava em seu auge. Lalaing participou das relações diplomáticas da Borgonha, e como cavaleiro circulou pelas diversas cortes européias com as quais o ducado precisava manter contato:

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ LA MARCHE, O. “Épitê pour tenir et célébrer la noble fête de la Toison d’Or” in BOHLER, D. Op. Cit., pp.1062-1068.

⁵⁹ LA MARCHE, O. *Mémoires*, Op Cit. tomo IX, p. 437.

⁶⁰ Idem, tomo X, p. 392.

⁶¹ Idem, p. 53.

“O cavaleiro errante que foi Jacques de Lalaing de 1445 a 1450 serviu fielmente os seus objetivos como embaixador oficial da corte de Borgonha, símbolo de seu fausto e de seu prestígio.”⁶²

Sua morte, atingido por uma bala de canhão no cerco a uma cidade revoltosa, em 1453, é considerada por muitos autores como o símbolo do fim da cavalaria.

Mais do que simples acréscimo de *status*, pertencer a esta ordem correspondia a estar mais próximo do príncipe. Eram companheiros e irmãos do duque, assumindo posições dentro da administração, quando já não as possuíam anteriormente. Carlos, na sua constante disputa com Luís XI, “teve um conselho com seu chanceler, e alguns dos cavaleiros da ordem, e outros”.⁶³ Este foi pelo menos um dos casos em que cavaleiros do Tosão de Ouro teriam influência na política borgonhesa. Outra ocasião foi após o casamento de Maximiliano com Maria, quando uma polêmica estabeleceu-se sobre quem seria o próximo chefe da ordem. Havia quem defendesse o rei da França por estar na posse das terras da Borgonha. Era, como diz La Marche:

“de conhecimento comum que o rei Luís desejava obter a dita ordem do Tosão de Ouro como duque da Borgonha. E começou a dizer que pelos duques da Borgonha esta ordem foi fundada. E lhe parecia que se fortaleceria se obtivesse esta ordem, e que sua conquista da Borgonha ocorreria melhor.”⁶⁴

Porém, o argumento que venceu dentro da própria ordem foi de que os territórios haviam sido usurpados de sua legítima herdeira, e que portanto Maximiliano teria direito de ser o novo soberano da ordem fundada por Felipe, O Bom.⁶⁵

⁶² “Le chevalier errant que fut Jacques de Lalaing de 1445 a 1450 servit fidèlement ces objectifs comme ambassadeur officieux de la cour de Bourgogne, symbole de son fast e son prestige.” BEAUNE, Collete. “Introduction a ‘Le livre des faits du bom chevalier messire Jacques de Lalaing’ in BOHLER, D. Op. Cit., p. 1194.

⁶³ “tint un parlement avec son chancelier, et aucuns des chevaliers de l’ordre, et autres”. LA MARCHE, O. Op. Cit., tomo X, p. 286

⁶⁴ “commune renommee que le roy Louis vouloit relever ladicte ordre de la Toison d’or, comme duc de Bourgogne: et vouloit dire que par les ducs de Bourgogne estoit celle ordre fondee: et luy sembloit qu’il se fortifieroit pour relever icelle ordre, et que sa conqueste de Bourgogne em vaudroit de mieux.”. Idem, p. 426.

⁶⁵ Idem.

Uma cerimônia ocorreu em 1477, na cidade de Bruges, por ordem do arquiduque, para reafirmar sua posição como senhor do Tosão de Ouro e das possessões borgonhesas. No início da cerimônia, o lugar que seria ocupado pelo chefe (Carlos) estava coberto com um veludo negro e um colar da ordem. Os cavaleiros – em pequeno número, segundo o cronista – pediram ao Habsburgo que os liderasse. A descrição da cerimônia não é tão minuciosa quanto a de 1445, que La Marche fizera anteriormente, mas a seqüência é a mesma: os cavaleiros se dirigiram à igreja, acompanhados por Maximiliano, que ainda não pertencia à ordem, e pelo veludo negro que representava o falecido duque Carlos. Ali, o arquiduque, depois de escutar o bispo de Tournai explicar a criação e a motivação daquela sociedade cavaleiresca, foi ao mesmo tempo sagrado cavaleiro e rei da ordem. Quando deixam a igreja, a “efígie” de Carlos não mais os acompanhava, pois a ordem reconheceu no marido da sua herdeira, Maximiliano de Habsburgo, seu mais novo soberano.⁶⁶

Há uma observação, no entanto, que La Marche não faz. Ao destacar o pequeno número de cavaleiros presentes a esta cerimônia, pode-se pensar em uma defecção dos quadros nobres da Borgonha, principalmente para a corte de Luís de França, que já vinha ocorrendo mesmo antes da morte de Carlos. Esse fenômeno piorou sensivelmente após Nancy. Luís XI prometeu perdoar os nobres borgonheses, antigos servidores de Carlos, que não resistissem à sua dominação do ducado. A maioria deixou a fidelidade à Maria de lado, unindo-se ao rei.

3.3 – Palcos políticos

A ordem foi uma das formas de unir a nobreza ao duque. Mas os casamentos dinásticos feitos pela família, uma das bases do seu poder, como vimos, foram eventos especialmente propícios para a celebração e demonstração do poderio simbólico que o príncipe detinha em suas mãos.

Economias não eram medidas; o casamento de Carlos com Margarida de York foi, segundo La Marche, das mais triunfais e caras núpcias feitas em muito tempo.⁶⁷ Mesmo as

⁶⁶ Idem, pp. 427-428.

⁶⁷ Idem, tomo IX, p. 185.

linhas bastardas da família recebiam celebrações nupciais dignas de serem mencionadas pelo cronista, como o casamento, em 1466, de uma bastarda de Felipe, Marie, com o senhor de Charny. A comemoração durou um dia inteiro, de comidas e justas, realizadas em “bela companhia”.⁶⁸

Quando o duque Felipe celebrou seu casamento com a princesa Isabel de Portugal, em 1430, o caráter de cunho político do evento estava bem explicitado. A descrição de Jean Lefêbvre de Saint Remy, rei-de-armas da ordem fundada por Felipe nesse evento, mostranos como as representações variaram de acordo com o prato servido.

No primeiro serviço, uma mulher em uma campina segurava uma bandeira com as armas do duque. Em cada prato do segundo serviço, damas seguravam bandeiras com as mesmas armas, guiando com a outra mão cisnes, que também exibiam o signo ducal. O terceiro serviço era composto por leitões assados, montados por figuras de homens selvagens carregando as armas ducais. A última decoração apresentada, no quarto serviço, foi de quatro castelos, cada um com quatro torres, em cada uma delas as armas de um domínio de Felipe, O Bom. Estes castelos encontravam-se ao redor de uma grande torre, no topo da qual um homem selvagem portava as armas do duque.⁶⁹ Sempre as armas da Borgonha, nunca as armas de Portugal, o outro lado dessa aliança. Mais do que simbolizar o ato político entre o ducado francês e o reino ibérico, as decorações dessas bodas buscavam enfatizar a grandeza do noivo, em seu terceiro e último casamento.

Na entrada do *hôtel* de Felipe em Bruges, onde ocorreu a festa de casamento, um leão de madeira tinha uma pedra em uma das patas, de onde jorrava vinho. Já dentro, jorrava hidromel das patas de um cervo esculpido na parede.⁷⁰ A abundância era uma forma de demonstrar a pujança econômica do ducado.

Como nas celebrações do Tosão de Ouro, a hierarquia dessa sociedade transparecia nas festas. A organização – minuciosamente feita, em comissões escolhidas dentre os homens da corte – previa os lugares em que cada conviva iria sentar-se. No casamento de Felipe e Isabel, a duquesa foi a primeira a sentar-se à mesa principal, seguida por sua cunhada, a duquesa de Bedford. Ambas sentaram-se nos lugares mais altos. À direita da

⁶⁸ Idem, tomo IX, p. 451.

⁶⁹ SAINT-REMY, J. “Les noces de Phillipe le Bon et d’Isabelle de Portugal” in BOHLER, D. *Splendeurs...*, Op. Cit., p. 1038.

⁷⁰ Idem, pp. 1037-1038.

duquesa, sentaram-se aqueles que vieram de Portugal com ela, inclusive seu irmão, D. Fernando. Já na segunda mesa, as coisas não foram bem assim, tão bem organizadas, devido à grande quantidade de pessoas que buscavam sentar-se ali. Mas mesmo assim, Saint Remy dizia ser esta uma companhia digna de ser vista.⁷¹

Outro casamento feito em linha real, o de Carlos com Margarida de York, foi ainda mais intenso, durando dias a fio. A cerimônia do casamento foi antecedida de uma entrada na cidade de Bruges, de acordo com a hierarquia urbana. Atrás da liteira que conduzia a noiva, guardada pelos cavaleiros do Tosão de Ouro, vinham os bispos da região, depois os embaixadores e representantes de cada nação presente na cidade.⁷²

Nos banquetes, que duraram dez dias, eram três mesas. Uma, mais elevada e atravessando toda a sala, era a mesa de honra.⁷³ No meio dessa mesa, sentou-se a recém-casada, com Isabel de Portugal, mãe do duque à sua direita. Outras nobres sentaram-se nessa mesa, e duas ficaram atrás de Margarida para servi-la. Novamente, o cuidado com as posições era essencial.

Nos muitos dias de festas, as decorações de mesa foram inúmeras e significativas. No primeiro dia, trinta navios foram dispostos, um sobre cada mesa, cada um portando o nome de um senhorio do duque da Borgonha, pintados com as cores do ducado – dourado e azul – e as armas do território que nomeavam. Em cada mesa encontrava-se também uma empada em forma de castelo, com as armas e o nome de uma vila pertencente ao duque. Assim, trinta senhorios e principados e trinta cidades sob domínio ducal foram representados.⁷⁴ Sessenta domínios representados, com seus nomes e brasões, deixando claro para quem visse a extensão do poder do duque. Segundo Ray Strong, essa ostentação de armas seria uma tentativa de forjar uma unidade que nunca existiu.⁷⁵

No quinto dia, sobre a mesa, estavam quinze pavões revestidos com suas penas, e com os corpos dourados com ouro fino. Dezesesseis cisnes de prata misturavam-se aos pavões, e cada uma das trinta e uma aves portava um emblema da ordem do Tosão de Ouro e o brasão com as armas de um cavaleiro da ordem.⁷⁶ As aves nobres, ligadas à cavalaria,

⁷¹ Idem, p. 1041.

⁷² LA MARCHE, O. Op. Cit, tomo X, pp. 306-309.

⁷³ Idem, pp. 309-310.

⁷⁴ Idem, p. 326.

⁷⁵ SRONG, Ray. *Banquete*, Op. Cit., p. 68.

⁷⁶ LA MARCHE, O. *Mémoires*, Op. Cit., tomo X, p. 356.

já que o pavão era usado em juramentos, e o cisne, símbolo cavaleiresco de uma casa ligada ao ducado. Decoradas, tinham uma utilidade especial. Olivier de La Marche dizia que:

“graças a essa decoração, mostramos os trinta e um cavaleiros do Tosão de Ouro vivos naquele dia e os pavões e os cisnes estavam dispostos sobre as mesas de acordo com a posição ocupada por aquele que representavam dentro da procissão do dia da festa da ordem.”⁷⁷

Dessa forma, a hierarquia da ordem do Tosão de Ouro – e por conseguinte, da corte de Carlos – estava claramente explicitada. Mais do que simplesmente reforçar a ordem, Carlos estava materializando sua própria posição como líder da mesma, lembrando aos cavaleiros – de maneira sutil – as posições que cada um ocupava dentro da ordem. Outro reforço dessa hierarquia apareceu quando as travessas de serviço, em formas de animais, portavam, cada uma, as armas de um vassalo do duque, com o nome do seu domínio.⁷⁸

No nono dia, um jardim surgiu no salão de banquete, onde trinta árvores foram montadas, cada uma com o nome de uma abadia sujeita ao duque, incluindo as poderosas abadias de Cluny e Cister, sedes de importantes ordens monásticas.⁷⁹ Novamente, é visível a preocupação em demonstrar o poderio do duque. Além da presença constante das armas e cores da casa ducal, há a reafirmação do seu poder sobre seus domínios. Ao nomeá-los, enfatiza os laços de dependência que os prendem – por meio dos seus senhores diretos – ao duque da Borgonha.

Encenações foram realizadas, relacionadas a um herói da mitologia clássica: os doze trabalhos de Hércules, em possível paralelo com o apelido borgonhês de Carlos, *Travaillant*. Uma encenação interessante ocorreu na entrada de um leopardo, muito bem feito, segundo o cronista, trazendo em suas mãos a bandeira da Inglaterra e na outra uma margarida. O chefe de cerimônias do duque pegou a flor e deu-a a Carlos dizendo:

“Muito excelente, alto e vitorioso príncipe, meu muito corajoso e soberano senhor, o bravo e corajoso leopardo da Inglaterra vem visitar esta nobre companhia e, para

⁷⁷ “et par ces entremet furent monstrés les trente et un chevaliers de la Toison a ce jours vivans, et furent Assis lesdicts paons et cignes sur les tables, chacun en tel degré comme ils vont à l’église em l’ordre, lê jour de la solennité de leur feste” Idem, pp. 356-357.

⁷⁸ Idem, pp. 343 e 385.

⁷⁹ Idem, p. 385.

vossa alegria e a de vossos aliados, países e súditos, ele o presenteia com uma nobre margarida.”⁸⁰

Era a entrega simbólica da princesa ao duque, da filha de um rei a um nobre que almejava a realeza.

Um curioso contraste foi o casamento simples de Maria e Maximiliano, realizado às pressas no final de 1477, em meio à perda de diversas possessões, tomadas por Luís XI. Numa ocasião tão adversa, mais que celebrar o poder ducal, o enlace buscou salvar o que restava dele, e quem sabe reerguê-lo.⁸¹

3.4 – Os “votos do faisão”

O “Banquete do Faisão”, oferecido pelo duque à sua corte em dezessete de fevereiro de 1454, é o mais conhecido e estudado evento da casa da Borgonha. Apresentou em sua própria realização uma hierarquização que foi notada pelo seu mais famoso cronista, La Marche. O relato nas suas memórias é uma espécie de correspondência com um funcionário de outra casa nobre.⁸²

O banquete, no qual votos de cruzada foram proferidos pelos membros da corte, foi, na verdade, o encerramento de um ciclo de festas organizadas pelos grandes senhores ligados ao duque da Borgonha. A primeira foi oferecida pelo senhor de Ravestain que passou a honra ao conde d’Étampes. Este, por sua vez, segundo um ritual muito rico deixou que o duque de Borgonha encerrasse o ciclo.⁸³

Esse crescente de festas – o primeiro anfitrião, apesar de sobrinho do duque da Borgonha e irmão do duque de Clèves, era um simples senhor, enquanto d’Étampes, enteado de Felipe, O Bom, já era um conde –foi feito justamente com essa intenção. O

⁸⁰ “tresexcellent, treshaut et tresvictorieux prince, mon tresredouté et souverain signeur, le fier et redouté liepard d’Angleterre vient visiter la noble compagnie: et pour la consolation de vous et de vous alies, pais et sugets, vous fait present d’une noble Marguerite” Idem, p. 328.

⁸¹ Idem, pp. 424 e 435.

⁸² EMERSON, C. *Olivier de la Marche and the Rhetoric of Fifteenth Century Historiography*. Op. Cit., p. 75.

⁸³ Adolphe de Clèves era senhor de Ravestain, irmão do duque de Clèves, e como este sobrinho do duque da Borgonha. Jean d’Étampes era primo e enteado de Felipe, O Bom.

objetivo final, citado pelo próprio cronista, era culminar no encerramento pelo duque, com a declaração de seu voto de partir em Cruzada. Um cavaleiro da corte borgonhesa, que ele citou anonimamente, disse ao final do banquete do duque da Borgonha:

“Meu amigo, saiba (e eu te afirmo pela minha honra de cavaleiro), que esses chapéus de flores, banquetes e festividades, feitos e mantidos durante tanto tempo, não aconteceram senão pela realização firme e secreto desejo do senhor duque, para poder organizar seu banquete como o vimos, querendo grandemente e de todo o seu coração realizar o santo desejo que sempre teve de servir Deus nosso Criador.”⁸⁴

“Organizar o seu banquete como o vimos” quer dizer com toda a pompa e circunstância que a ocasião merecia. O cronista chamou atenção para os gastos com os banquetes, cada senhor esforçando-se para oferecer o mais luxuoso. Olivier de La Marche reconheceu que o grande custo do duque com a festa seria ultrajante e irracional, não fosse sua virtuosa intenção, de salvar a Igreja com os votos que foram feitos. Não deixa de ser curioso essa tentativa de La Marche de justificar os gastos de seu senhor com tais festejos. Podemos cogitar que um dos motivos seria a constante insatisfação das cidades neerlandesas sob domínio ducal com as pesadas taxas que pagavam para sustentar tal luxo.⁸⁵

Nas festas promovidas pelos duques, havia mesas imensas, cobertas com enfeites que se moviam e interagiam com os convidados, representando diversas cenas. Ao cotidiano misturavam-se fantasias mitológicas e encenações da sacralidade cristã, mas muitas vezes essas decorações buscavam reforçar a imagem do poder do duque.

No relato do “Banquete do Faisão”, Olivier de La Marche descreveu com detalhes diversas decorações. Cada uma das três mesas possuía ornamentação própria, com pedras e materiais preciosos.⁸⁶

⁸⁴ “Mon amy, saches (et je le t’affirme en foy de chevalier) que ces chapelets, banquets et festoyemens, qui se sont menés et maintenus de longue main, n’ont este sinon par la ferme enterprise et secrette desirance de monsieur le duc, pour parvenir à faire son banquet par la manière qu’on a cy veüe, desirant grandement et de tout son cueur conduire à effect un ancien saint propoz qu’il a eu de servir Dieu nostre Createur”. LA MARCHE, O. Op. Cit., tomo X, p. 184.

⁸⁵ Algumas referências dessas insatisfações estão em BROWN, A Op. Cit., pp. 573-587.

⁸⁶ LA MARCHE, O. *Mémoires*, Op. Cit., tomo X, pp. 171-172.

Um ponto alto das festas da Borgonha era o momento das encenações, os *entremets*. Ricamente elaboradas e plenas de simbolismos, ajudavam a tornar ainda mais claras as ambições do duque. O “Banquete do Faisão” teve diversas. Olivier de La Marche descreveu a que considerou a mais importante e particular: o apelo que a Igreja fez ao duque.⁸⁷

Ela entrou no salão do banquete, trazida por um gigante, o maior que o cronista já vira. O “monstro” carregava em sua mão esquerda uma cimitarra e estava usando uma trança como a dos mouros, na descrição do cronista. A Igreja, ao ver-se em tão nobre companhia, começou seu lamento. Dizia-se abandonada e esquecida, largada à própria sorte. Em um longo poema, pedia ajuda aos presentes, nobres valorosos, dizendo que vinha percorrendo todas as cortes cristãs, em busca de auxílio. E agora vinha ante o nobre duque da Borgonha e os cavaleiros do Tosão, pedir que socorressem a cristandade.

Depois desse lamento sentido o rei-de-armas da ordem borgonhesa entrou na sala junto com uma pequena comitiva, formada por duas damas da corte e dois cavaleiros do Tosão de Ouro. Em suas mãos, um faisão. Decorada e coberta de jóias, a ave foi apresentada ao duque. Isso porque, segundo o cavaleiro que trouxe o faisão,

“era o costume, como fora antigamente, que nas grandes festas e nobres assembléias, fosse apresentado aos príncipes, senhores e outros nobres homens um pavão ou um outro pássaro nobre sobre o qual se pudesse fazer um voto útil e valoroso.”⁸⁸

Então, olhando para a Igreja com piedade, o duque Felipe – que segundo o cronista, sabia bem porque havia oferecido esse banquete - fez o seu solene voto de libertar a Igreja dos algozes infiéis, entregando-o por escrito ao rei-de-armas. A Igreja agradeceu ao “mais elevado dos pares de França” e, antes de retirar-se, pediu para que os demais seguissem seu exemplo.

⁸⁷ Idem, p. 177.

⁸⁸ “c’est la coustume ,et a este anciennement, qu’aux grandes festes et nobles assemblees on presente aux princês, aux signeurs et aux nobles hommes le paon, ou quelque autre oiseau noble, pour faire voues utiles et valables” Idem, p. 182. Em trabalho apresentado por Jesse D. Hurlbut no 5º Simpósio Anual de Estudos Medievais da Universidade de Indiana, o autor indica a possibilidade desse ritual estar ligado aos votos sobre o pavão da corte de Alexandre, retratada nos romances cavaleirescos franceses do século XIII. HURLBUT, Jesse D. *From Functional Feast to Frivolous Funhouse: Two Ideals of Play in the Burgundian Court*. (mimeo), 1992. Sabemos que havia o costume de fazer-se votos de cruzada após grandes torneios. CARDINI, Franco. “O guerreiro e o cavaleiro”, Op. Cit., p. 71. STRONG, Ray. *Banquete*, Op. Cit, p. 71.

E este foi seguido pelos cavaleiros e nobres da corte borgonhesa, que fizeram os votos com “piedade” e “compaixão”, acompanhando o duque, de acordo com suas possibilidades. Esses votos deveriam ser escritos e entregues ao rei-de-armas no dia seguinte. La Marche terminou o seu relato enumerando vinte e um dos mais de duzentos votos feitos pela nobreza da Borgonha. O voto do duque da Borgonha abriu a série relacionada por La Marche. Ele comprometia-se a servir o rei da França se este desejasse tomar a empreitada da defesa da cristandade em suas mãos. É interessante notar que, não só na fala do duque da Borgonha, mas nas de muitos integrantes do seu séqüito, transparece a impressão de que o rei não irá em cruzada. Nessa hipótese, Felipe comprometia-se a fazer a viagem sob as ordens de qualquer príncipe cristão que a fizesse de forma adequada, estivesse ele a mando do rei de França ou não. E também ele se comprometia a entrar em combate pessoal com o “Grande Turco”, se tivesse oportunidade. No relato, os votos sucederam-se em ordem de ligação de parentesco com o duque. O segundo voto do relato foi, portanto, o de Carlos, então senhor do Charolais, herdeiro do ducado. Comparado ao longo e piedoso voto de seu pai, o compromisso do futuro *Temerário* foi seco. Limitou-se a dizer que iria se o seu pai fosse e desejasse sua companhia. A ele, seguiram-se os votos do duque de Clèves, do conde d’Étampes, do senhor de Ravestain e do Grande Bastardo Antônio da Borgonha, parentes próximos do duque. Após estes, vieram os juramentos dos principais cavaleiros e nobres da corte, aparentemente em ordem de importância, reproduzindo, no relato de La Marche, a hierarquia existente entre eles.⁸⁹

Outras encenações do banquete estiveram ligadas à figura de Jasão, patrono da ordem de cavalaria fundada por Felipe. Partes da história do herói foram contadas em forma de pantomima, entremeadas com pequenos números musicais. O herói mitológico enfrentou, ante os olhares da corte da Borgonha, as criaturas e desafios de sua lenda. Reforçando a ligação com Jasão, poderia buscar-se também um reforço da posição do duque, líder da ordem que tinha o herói como patrono. Lembrando que os esforços de Jasão para conseguir o velocino de ouro tinham por trás o propósito de tornar-se rei. De certa forma, também era esta a motivação dos dois últimos duques. Felipe buscou a dignidade real pedindo o título ao papa,⁹⁰ enquanto seu filho reuniu-se com o imperador, buscando

⁸⁹ LA MARCHE, O. Op. Cit., tomo X, pp. 194-208.

⁹⁰ VAUGHAN, Richard. *Philip the Good*, Op.Cit.

um tratado que lhe desse o título de rei dos romanos em troca da mão de sua filha.⁹¹ Se Jasão buscava o Velo de Ouro, a vontade de realeza de Felipe e, principalmente, de Carlos constituiu-se em uma “quimera” dourada, usando a expressão de Lucien Febvre para a expansão borgonhesa. O título dessa dissertação é uma citação a Febvre. Ao teorizar sobre a formação de um conceito de Europa, o francês citou explicitamente o desejo quimérico dos duques da Borgonha, principalmente Carlos, de unir suas possessões sob um mesmo título real.⁹² Um desejo de dominação universal, que permaneceu inatingível até o advento do imperador Carlos V, “o último borgonhês”.⁹³

Vontade de realeza que se traduzia também na organização da corte borgonhesa e suas manifestações. Para Guenée e Elias, o que faz diferir as cortes medievais da “sociedade de corte” é a centralidade do soberano. Assim, podemos afirmar que havia uma “sociedade de corte” já na Borgonha do século XV. Apesar de não ser um “soberano”, no sentido mais restrito da palavra, o duque buscava configurar o seu poder de forma próxima a um rei.⁹⁴

Essa posição central do duque assumiu diversas formas nas muitas maneiras de expressão da corte borgonhesa. A ordem do Tosão de Ouro foi a princípio liderada pelo duque Felipe, O Bom, seu fundador. Com a morte deste, Carlos, seu filho e sucessor, assumiu o cargo. Pretendia-se uma comunidade de cavaleiros reunidos em torno do mais valoroso e honrado príncipe da Cristandade, o “rei” dessa ordem. O duque sentava-se no meio da mesa principal nas festas do Tosão de Ouro, e em função da sua posição se organizavam as demais mesas. Na procissão, era ele o último a surgir e era o primeiro a fazer seu relato ao rei-de-armas.

Os intrincados rituais das cerimônias borgonhesas organizavam-se ao redor da figura do príncipe. Encontramos um exemplo na narrativa do “banquete do faisão”, no qual todo um aparato ritual havia sido feito para que o duque pudesse fazer seus votos de cruzada. Ele foi escolhido para fazer a última festa, foi a ele que a Igreja gritou pedindo auxílio, e a

⁹¹ Idem. *Charles the Bold*, Op. Cit.

⁹² FEBVRE, Lucien. *A Europa. Gênese de uma civilização*. Op. Cit., pp. 191-193.

⁹³ CHABOD, Frederico. *Carlos V y su imperio*. Op. Cit., p. 5.

⁹⁴ ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Op. Cit.

quem o “Tosão de Ouro” apresentou o faisão, lembrando-lhe o antigo e nobre costume. E dele foi o primeiro voto de partir em cruzada. Os demais, por mais diversos em sua forma e conteúdo, continham sempre o condicionante da vontade do príncipe: se ele assim o desejar. A cruzada, se fosse realizada, seria do duque e os demais iriam a seu serviço. A cerimônia dos “votos do faisão” serviu para fortalecer o domínio do duque sobre seus vassallos, ao exigir deles um voto escrito e assinado, que não poderia ser rompido. Pois a Igreja viera pedir auxílio ao senhor da Borgonha, o que enfatizava o crescente poderio de Felipe, que se tornara suficientemente forte para socorrer a mais poderosa das instituições então vigente. O duque falou mesmo em partir sem o rei da França, caso fosse necessário.

A celebração das núpcias de Carlos foi repleta dos símbolos do poder ducal. O azul e o dourado encontravam-se em todos os lugares, e fez-se questão de exhibir os nomes dos domínios ducais, inclusive reforçando a sujeição daqueles que os governavam. Muito mais que simples celebrações, as festas da corte da Borgonha constituíam verdadeiros rituais de exaltação e dignificação do duque, refletindo suas intenções políticas, de obter cada vez mais poder.

Mas qual a medida do poder de um homem? Como pode o historiador, ao analisar as formas políticas anteriores ao seu tempo, determinar os limites nos quais elas se estendiam? Perceber como o poder se constrói e se apresenta é hoje uma preocupação constante de todo o historiador que toma a História Política como seu campo de estudo. Como é o nosso caso, ao estudar o governo de uma linhagem Valois no ducado da Borgonha durante o século XV, percebendo seus prolongamentos na casa Habsburgo.

O problema das configurações do poder tornou-se central na nova história política. Ao deixar de considerar o político simplesmente como a narrativa de grandes acontecimentos ou a biografia das personagens do jogo do poder, e ao preocupar-se mais com as regras desse jogo, os historiadores aproximaram-se cada vez mais das outras ciências sociais. O poder, entre outras definições, pode ser entendido como a capacidade que um agente (ou uma instituição) tem de determinar os rumos e as ações de um grupo social. Contudo, essa capacidade pode ter muitas formas e ter sua base em origens muito distintas.

A casa da Borgonha foi, desde o final do século XIV até seu fim em 1477, uma das principais forças políticas da França. O ducado foi concedido em apanágio pelo rei da

França, João II, a seu filho mais novo, Felipe, O Audaz, em 1363. A esse domínio inicial foram acrescentados diversos territórios, em uma prática que combinou uma diplomacia de laços matrimoniais com a crescente expansão guerreira. Os domínios ducais abrangeram áreas importantes para o comércio da época, como o senhorio de diversas cidades da zona mercantil de Flandres.

Tal multiplicidade que combinava elementos tão diversos unia-se em torno da figura central da grande formação política que surgiu a partir do ducado. Os duques da Borgonha, ligados à família real francesa, erigiram ao redor de si um complexo sistema ritual. Aos poucos, foram se afirmando como um poder tão importante quanto o do próprio rei em França. E começaram a buscar a dignidade real.

Uma das forças mais poderosas do início da Idade Moderna, o poderio dessa casa era sustentado, mais do que na força econômica e militar dos domínios que detinha, em uma formação simbólica, que visava, principalmente, consolidar e legitimar o seu poder. Exposto na obra de La Marche, essa forma de compreender e utilizar o ritual se consolidou na casa Habsburgo, tornando-se um referencial para sociedades subseqüentes.

Eis, portanto, a importância que tinham na Borgonha as cerimônias, festas e rituais. Funcionavam como elementos agregadores, centralizando seus faustos nas mãos do duque. Afirmavam seu poder, formando a base simbólica de um príncipe que almejava a realeza, sem a possuir. E para manter esse esquema funcionando, era necessário um corpo de funcionários exercendo funções específicas. Cada detalhe era pensado e executado com maestria. Logo, não é estranho que a narrativa mais difundida sobre os duques tenha sido não a de um de seus indiciários, responsáveis pela construção de uma “história oficial”. Mas de um cerimonialista, um *maitre d’hotel*, que seria, inclusive, um forte elo desse ritual borgonhês na casa Habsburgo. Os manuais e as memórias de Olivier de La Marche permitiram a reconstrução dessa pompa, doravante em nova linhagem.

Capítulo IV

A fênix borgonhesa

“Na verdade, Carlos V herdou os motores mais profundos de sua vida íntima (...) da cultura borgonhesa”.¹

Nancy não significou o fim da Borgonha. A derrota de Carlos tirou de sua filha e herdeira os territórios vassalados do rei da França. Mas a riqueza maior não estava mais no ducado. Maria buscou refúgio nas cidades dos Países Baixos, que desde o governo de Felipe, O Bom, haviam se tornado primordiais. Ali se casou com Maximiliano de Áustria e teve três filhos.

Os ideais de corte e cavalaria propagados pelos duques borgonheses não se desvaneceram. A literatura continuou, os nobres que permaneceram fieis à Maria formaram uma corte nos moldes das anteriores. Os principais funcionários mantiveram seus cargos, como o caso do próprio La Marche. Nesse ambiente borgonhês foi criado aquele que seria um dos mais poderosos soberanos do século XVI. Envolto pela literatura borgonhesa, pelos ideais de formação de príncipe e pelos esquemas de ritualização herdados dos seus ancestrais.

O propósito deste capítulo é apresentar, de forma sumária, os pontos de união entre o primeiro representante da dinastia Habsburgo espanhola e a casa Valois da Borgonha. Foge ao escopo do capítulo, portanto, e do trabalho de forma geral, uma análise detalhada do período de Carlos V no poder. Batizado em homenagem ao duque morto em Nancy, de 1517 a 1556, rei de Espanha, título que dividiu com sua mãe, considerada insana, até a morte desta. Em 1519, foi eleito imperador do Sacro Império. Renunciou aos seus domínios progressivamente a partir de 1555, dividindo suas possessões entre seu filho, Felipe II, rei de Espanha entre 1556 e 1598, e seu irmão Fernando, imperador entre 1556 e 1564.

¹ “En la realidad, Carlos V deriva los móviles más profundos de su vida íntima (...) de la cultura borgoñona”. CHABOD, F. *Carlos V y el Renacimiento*, Op. Cit., p. 12.

4.1 – “O cavaleiro deliberado”

La Marche pouco falou do seu pupilo em seu livro. O *maitre d’hotel*, apesar da idade avançada, parece ter sido pego de surpresa pela morte. Não chegou a terminar suas memórias. Na edição aqui utilizada, organizada por M. Petitot no século XIX para uma coleção de documentos relativos à história da França, por sua vez baseada no primeiro editor, as palavras “isto é tudo o que temos das memórias do senhor de La Marche”² encerram a obra, justamente após a introdução sobre a vida dos filhos de Maximiliano. Ao que indica, o memorialista foi interrompido quando ia começar a narrar os feitos de Felipe, O Belo. Esse corte brusco na seqüência da narrativa explica porque, apesar da última datação encontrada no relato ser de 1501, não há menção ao casamento de Felipe com a princesa de Castela, tampouco ao nascimento de seu filho Carlos, em 1500.³

Coube ao sucessor de Georges Chastellain como *indiciaire* escrever o elogio natalício daquele que foi chamado por Frederico Chabod de “o último cavaleiro borgonhês”.⁴ Recebendo na pia batismal o mesmo nome do último dos duques da linhagem Valois a exercer o domínio direto, a estratégia dinástica dos Habsburgos o tornaria um dos mais poderosos governantes do século XVI. Carlos, o quinto Imperador e o primeiro rei espanhol com esse nome, foi tido como um herdeiro à altura da ambição e dos sonhos do “Temerário”. Não é incomum encontrar nos relatos biográficos do rei espanhol tentativas de identificar neste uma “obsessão borgonhesa”, que influenciaria seus passos.

Chabod faz questão de discordar daqueles que, a um primeiro e superficial olhar, consideram Carlos V um típico príncipe do Renascimento, “totalmente impregnado de espíritos e formas da grande civilização italiana, chegada precisamente a seu máximo esplendor e poder de irradiação”, um político “maquiavélico”, totalmente desconectado das práticas de poder anteriores, imerso no novo século e na nova época.⁵ Não iremos retomar

² “qui est tout ce que nous avons des memoires du signeur de La Marche”. LA MARCHE, O. *Memóires*. Op. Cit., tomo X, p. 482.

³ Porém, há sobre o de sua irmã, Margarida, com João, príncipe herdeiro dos tronos espanhóis. Idem, p 478.

⁴ CHABOD, F. Op. Cit., p. 5.

⁵ “totalmente impregnado de espíritos y formas de la gran civilizacion italiana, llegada precisamente entonces a su máximo esplendor y poder de irradiación”, Idem, p. 4. É significativo que esse historiador tenha se destacado por fornecer a historiografia outro modelo para o Estado moderno, que não aquele identificado a Maquiavel e a uma perspectiva de secularização do poder. A este respeito ver CHABOD, F. *Escritos sobre el Renacimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990 e CANTIMORI, Delio. *Los historiadores y la historia*, Op. Cit., pp. 199-224.

a discussão feita na introdução sobre as continuidades e diferenças entre a Idade Média e o Renascimento. Porém, reforçaremos a impossibilidade de, nos séculos XV e XVI, definir qualquer objeto de estudo como puramente “medieval” ou “renascentista”. Assim também ocorre com o nosso “último borgonhês”.

Na madrugada de 24 para 25 de fevereiro do ano de 1500,⁶ na cidade de Gand, nasceu o primeiro filho varão de Felipe, O Belo, duque da Borgonha. O título ainda era usado, mas não apenas como honorífico, já que suas possessões estavam reduzidas aos Países Baixos. Também simbolizava um pleito político, jamais esquecido. Para celebrar o natalício, Jean Molinet, clérigo que – como indicamos no segundo capítulo – há muito tempo empunhava sua pena a serviço dos duques borgonheses, elaborou um pequeno folheto de sete páginas.⁷

A habilidade do francês já havia sido louvada pelo próprio La Marche. Ao discorrer sobre os demais autores borgonheses, na introdução de suas memórias, lamentava porque:

“Deus não me deu a influência da retórica, tão pronta e experiente, como ao mestre Jean Molinet, homem venerável, e clérigo; e o qual eu sei ser trabalhador e cuidadoso de colocar por escrito todas as grandes e virtuosas aventuras que venham ao seu conhecimento.”⁸

O borgonhês foi escritor produtivo, tendo deixado além de suas memórias, vários poemas, traduções e adaptações; a maior parte delas escrita e publicada após a morte do ‘Temerário’. Inclusive adaptou para prosa o *Roman de la rose*, poema popular na Idade Média. Composto por dois poetas franceses no século XIII, é tido como um dos símbolos da literatura daquele período. A versão de Molinet conheceu sucessivas reimpressões no século XVI.⁹

Chamamos a atenção no início do segundo capítulo para a mudança que se operou na Europa, com a chegada da imprensa. Grandes centros editoriais formaram-se justamente

⁶ Em uma grande coincidência, a autora dessa dissertação nasceu no mesmo dia, 478 anos depois.

⁷ MOLINET, Jean. *Cy commence la tres desirée et prouffitable naissance du tres illustre enfant Charles dautrice filz du tres puissant prince môseigneur larcheduc tres redoubte prince laquelle nativite a este cõpose par ung fatiste apelle Molinet*. Valenciennes, s. ed., 1501. Encontra-se transcrita em anexo.

⁸ “Ne m’a Dieu donné l’influence de rhétorique, si prompte et tant experte, comme à maistre Jehan Molinet, homme vénérable, et chanoine, et lequel je say estre laborieux et signeux de mettre par escrit toutes hautes et vertueses aventures venues à sa congnoissance” LA MARCHE, O. Op. Cit., tomo IX, pp. 92-93.

⁹ LOYN, H. R. *Dicionário da Idade Média*, Op. Cit., p 327.

na Flandres e nos Países Baixos, onde diversos livreiros, com no máximo duas prensas, encarregavam-se de imprimir e divulgar todo o tipo de obras.¹⁰ Muitos dos textos borgonheses, como poesias e obras moralistas, foram espalhados pela Europa no século XVI a partir de edições feitas nessas regiões.

Mesmo nesse início, o documento escrito apresenta uma dupla característica. Fernando Bouza Álvarez detalha bem isso, pois em suas obras preocupa-se com as novas relações que a imprensa vai estabelecer entre o poder e a palavra na casa Habsburgo de Espanha. O uso dado ao documento influía na escolha da maneira como ele iria ser confeccionado. O manuscrito passou a ser o suporte do íntimo, do segredo – ou do que se pretendia assim - enquanto a imprensa facilitava a expansão do texto, tornando-se o veículo ideal para difundir idéias que buscavam ou precisavam atingir um público maior, como manuais de educação, textos legais e religiosos, e panfletos políticos de todo tipo. Bouza Álvarez trabalha com esses múltiplos usos das formas de escrita na Alta Idade Moderna, destacando Felipe II de Espanha como um dos monarcas mais hábeis na utilização da palavra escrita, por sua habilidade de tornar-se um rei oculto, sendo um rei papeleiro. O mesmo instrumento que mostrava Felipe aos seus súditos, as palavras dos papéis oficiais, era o que mantinha a sua pessoa em segredo.¹¹

No caso do pequeno panfleto elogioso feito pelo já velho servidor borgonhês, a intenção era divulgar o máximo possível o nascimento do jovem príncipe, herdeiro de grandes casas. Por isso a rapidez da publicação impressa do seu conteúdo, que aconteceu pouco menos de um ano após o acontecido. A obra é uma mostra da ‘retórica influente’ que La Marche atribuiu ao auto-intitulado ‘fatista’. O texto é recheado de metáforas, jogos de palavras, comparações, tudo para mostrar o quanto o recém-nascido havia sido “desejado”. Pleno de referências bíblicas (principalmente ao Velho Testamento) e de elementos da Antigüidade Clássica, o texto traz em si a dupla marca pagã e cristã que caracterizou tantas obras borgonhesas.

¹⁰ FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henry-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Editora UNESP/ Hucitec, 1992, pp. 254-259.

¹¹ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Del escribano a la biblioteca. La civilización escrita europea en la alta edad moderna (siglos XV-XVII)*. Madrid, 1997 p. 55. Ver também os comentários de Rodrigo Bentes Monteiro sobre a civilização da escrita. MONTEIRO, Rodrigo Bentes. “Recortes de memória. Retratos de reis e rainhas na coleção Barbosa Machado” in SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Culturas políticas. Ensaios de histórias cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, pp. 127-154.

Na primeira parte, Molinet introduz o contexto da época em que foi escrito, sublinhando a procura pela paz de Felipe e o não envolvimento deste em nenhuma guerra, pelo menos na época. Molinet faz todo um de palavras com o título de seu senhor, arquiduque (em francês do século XVI, *larcheduc*) com a palavra “arca” (*arche*). Isso para traçar um paralelo entre as conquistas de paz do arquiduque e a “arca da aliança”, do Antigo Testamento, onde estavam guardadas as tábuas da Lei Mosaica. Teceu elogios, exaltando as qualidades pacifistas de Felipe, “doce como uma rosa/ prudente como Orósio”.

12

Fez mais referências veterotestamentárias, com alusões à história de Moisés e a travessia do Mar Vermelho. Referiu-se também ao dilúvio de Noé, uma grande desgraça, aproveitando o gancho dado pela palavra *arche*. Um desastre, no qual apenas oito pessoas conseguiram-se salvar-se. A menção permite-lhe comparar o desastre à morte de Carlos da Borgonha, que deixou Maria, sua filha, desabrigada, até poder contar com a acolhida de seus súditos. Uma substancial diferença entre esse pequeno folheto e as *Mémoires* de La Marche é a visão de Gand. A cidade revoltosa e incorrigível das memórias do *maitre d’hotel* surge aqui como refúgio seguro da jovem órfã:

“Mas quando aconteceu a desgraça do duque Carlos,
Maria veio a Gand, que a sustentou.
E chegou a um bom porto.
Gand a guardou. Gand não a abandonou.
Gand deu-lhe socorro nesse dilúvio.
Gand é o escudo do povo e o refúgio”¹³

Mas não somente Gand. As demais cidades que formavam as quatro grandes da Flandres, tornaram-se fundamentais para Felipe no período em que Molinet escreveu. A peça laudatória continuou, mostrando como a cidade deveria alimentar o infante recém-

¹² “Doulx co(m)me rose/ (et) prudent co(m)me oroze” Provavelmente, refere-se a Paulo Orósio, pensador cristão do século IV, que dedicou-se a combater as heresias e o paganismo. MOLINET, Jean. *Cy commence la tres desiree et prouffitabile naissance...*, Op. Cit., pp. 2-3.

¹³ “Mais quant leffroy du duc Charles survint
Marie vint em Gand que la soustint
Et lentretint a bom port arruia
Gand la garda/ Gand ne labandonna
Gand lui donna secours en cet deluge
Gand est le escu du people et le refuge” Idem, p. 4.

nascido. Seu nascimento privilegiava a cidade, triunfo que ela jamais tivera. Ao mesmo tempo, a enaltece, lembrando sua herança borgonhesa.

Agora encarnada em uma criança que possuía o sangue dos antigos senhores borgonheses, e que nascera na Flandres. O novo príncipe expressava em si qualidades inesgotáveis, trazidas de figuras mitológicas. A espada de Arthur, o braço de Heitor, o sentido de Salomão, a visão de Juno, a força de Sansão, as leis de Licurgo, a coragem e a virtude de Gedeão.¹⁴ Dentre todos os personagens, apenas um não vinha de mitos e lendas. A honra de Carlos viria também do “muito bom duque Felipe”, seu trisavô materno. Carlos seria o “verdadeiro herdeiro” de todas essas virtudes. Um ser tão extraordinário que ecoaria loas no céu por ele e seus súditos, aqui representados pelos *gantois*, os habitantes de Gand.
15

“Maior que Hércules”, Carlos nasceu herdeiro de uma quantidade considerável de territórios e senhorios. A herança borgonhesa, concentrada na próspera região dos Países Baixos, incluía também o Franco Condado, além da contínua tentativa de se reaver o ducado. Revoltas e insurgências continuavam a estourar aqui e ali nos territórios do Mar do Norte, contradizendo a própria descrição que Molinet fazia de um domínio pacífico do arquiduque Felipe sobre as terras herdadas de sua mãe. Porém, como já havíamos atentado anteriormente, alguns autores vêm surgir na região um sentimento ‘nacional’. Unidos em uma mesma soberania, a influência do poder simbólico português continuava a manter integrados esses territórios. Ainda no século XVI os habitantes dessas regiões consideravam-se borgonheses.¹⁶

Carlos, apesar de nascido em Gand e herdeiro das terras borgonhesas, era designado, de acordo com o libelo de Molinet, *daustriche*. Ou seja, de Áustria. Seu avô paterno, Maximiliano, era imperador, além de detentor dos extensos territórios Habsburgos. O Império já não possuía o prestígio da época de Frederico II Hohenstaufen, sendo mesmo considerado, para alguns autores, um arcaísmo.¹⁷ Mesmo assim, a dignidade imperial ainda era almejada e disputada intensamente. Maximiliano era o sucessor de seu pai, Frederico III, e o terceiro imperador consecutivo da dinastia Habsburgo. O que ainda não era uma garantia de continuidade.

¹⁴ Como nos referimos anteriormente, Gedeão era um dos patronos da Ordem do Tosão de Ouro.

¹⁵ *Idem*, p. 6

¹⁶ PREVENIER, Walter e BLOCKMANS, Win. *Les Pays-Bas bourguignons*, Op. Cit., p. 6.

¹⁷ SALLMANN, Jean-Michel. *Charles Quint. L'Empire éphémère*. Paris: Editions Payot, 2003, p. 56.

A complexa formação política do Sacro Império Romano Germânico desse período baseava-se na existência de um imperador que agisse como princípio regulador dos múltiplos estados que compunham a organização política. Mesmo assim, a dimensão do alcance do poder desse grande príncipe era limitada por dois fatores. As ‘dietas’ surgiram no século XV. Órgão representativo, a dieta funcionava de forma similar aos parlamentos dos demais estados europeus, sendo convocada de acordo com a necessidade do imperador. Encontrava-se dividida em três colégios, e o poder imperial era também exercido por ela.

A segunda base de apoio era o princípio eletivo. O imperador era escolhido, teoricamente, dentre os grandes príncipes da Cristandade por sua linhagem e capacidade de defender a fé cristã. A figura do imperador era, no que tangia à administração das áreas sob seus cuidados, mais um mediador entre os poderes em conflito do que um governante. Maximiliano tentou implantar instituições de governo semelhantes aos Valois na França, para estabilizar seu poder frente aos senhores principescos. Não o conseguiu. Buscou também assegurar a sucessão do cetro imperial, para que este continuasse em sua família, mas seu filho Felipe morreu jovem demais. O arquiduque Carlos de Áustria, o virtuoso infante de que falava Molinet, não alimentava o entusiasmo dos eleitores. Quando Maximiliano morreu, a questão alemã era ainda uma incógnita, mas a extensa herança dos territórios patrimoniais dos Habsburgos estava nas mãos de Carlos.¹⁸

A herança espanhola não veio tão diretamente. A estratégia matrimonial, de alianças dinásticas planejadas e reforçadas com casamentos duplos, está na origem de muitos dos estados compósitos indicados por John Elliott. Vimos como na Borgonha Valois, desde o princípio, a preocupação em criar laços através de matrimônios foi uma ação política. A dinastia manteve seus territórios nos Países Baixos – em grande parte – pelo auxílio do imperador, obtido pelo casamento de Maria com Maximiliano.¹⁹

A casa Habsburgo também seguia esse padrão de diplomacia matrimonial. A recém unida “Espanha”, ela mesma ainda pouco definida como união dinástica das coroas de Castela e Aragão, buscou solenizar sua aliança com o Império em um casamento duplo: o Herdeiro de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, João, casou-se com Margarida

¹⁸ Idem, p. 157.

¹⁹ ELLIOT, John. “Europe of composite monarchies”, Op. Cit.

Habsburgo, e Joana, caçula entre os filhos dos reis católicos, casou com Felipe, O Belo, herdeiro de Maximiliano.

A morte inesperada dos irmãos de Joana provocou uma reviravolta na linha sucessória. A recém-criada entidade política ia parar nas mãos de uma dinastia estrangeira. Fernando ainda tentou impedir, casando-se novamente após a morte de Isabel, mas não obteve outro herdeiro. Sequer suas manobras para colocar seu neto mais novo – Ferdinando, nascido e criado em território espanhol – como herdeiro frutificaram. Segundo Elliott, o aragonês tinha um profundo desgosto em relação ao genro, que desprezava a Espanha, e repassou esse sentimento de repulsa ao neto que jamais vira.²⁰

A partir do casamento, em 1496, intensificou-se um fluxo de comunicação entre as duas cortes. A ida de Joana para os Países Baixos levou um grande número de serviçais e pequenos nobres espanhóis como acompanhantes. Pelos contatos que estes mantiveram com a corte espanhola, apesar da contrariedade dos reis católicos, ali se formou um ‘partido’ favorável a Felipe e suas pretensões.²¹

As contingências da sucessão espanhola levaram Felipe e Joana à península Ibérica para reclamarem seus direitos por duas vezes. Em 1502, para confirmar o lugar de Joana como herdeira imediata; e em 1504 para que esta assumisse a coroa castelhana como herdeira de sua mãe falecida. A intenção era um governo conjunto dos três, já que Joana mostrava sinais da instabilidade mental que a acometeria definitivamente. Em setembro de 1506, Felipe, O Belo, faleceu subitamente. Deixou a mulher à beira de uma insanidade aberta, que, segundo cronistas, não permitiu o enterro do corpo do marido, passando os dias a beijar-lhe os pés. Assim, o reino castelhano possuía como herdeiros diretos uma viúva com poucos lapsos de sanidade e um filho com pouco mais de seis anos, sucessores de uma extensão considerável de domínios. Pois nesse tempo, Castela já era constituída de territórios no Novo Mundo, e Aragão detinha a coroa de Nápoles e da Sicília.²²

Muito se falou de Carlos V como um imperador forjado pelo “acaso” ou pelo “destino”, favorecido pela coincidência de pequenos fatos e mortes prematuras que o colocaram no poder de uma extensão de terras nunca antes vista. Esta é uma análise simplista. Na verdade, concordamos com a afirmativa de Fernand Braudel em seu pequeno

²⁰ ELLIOT, John. *Imperial Spain. 1469-1716*. Londres: Penguin Books, 2002, p.45.

²¹ Idem, p. 48.

²² Idem, p. 52.

ensaio biográfico sobre o Imperador. A ascensão de Carlos V, monarca e governante de parte considerável da cristandade de sua época, não foi fruto da sorte.²³

Desde o primeiro Valois duque da Borgonha, título que Carlos e seus descendentes ainda reclamaram por algum tempo, aconteceu uma intensa e planejada política de ligações matrimoniais e diplomáticas. Ligações dinásticas da casa da Borgonha com casas nobres do norte e da França, primeiramente, e depois com casas reais, culminaram no poderio territorial de Carlos V. O próprio imperador seguiu esta política nos casamentos de seus irmãos, filhos e sobrinhos.²⁴

4.2 – O príncipe perfeito

Carlos foi criado na Flandres até 1516, em uma corte ainda composta de remanescentes da “esplendorosa” corte. Por exemplo, Jean Molinet e Vasco de Lucena permaneceram no serviço da casa até morrerem, e as famílias nobres – ou recém nobilitadas - dos Países Baixos mantiveram-se na esfera de influência da corte, agora organizada entre Gand e Bruxelas.

A criação do jovem príncipe foi a de um nobre borgonhês, ou como diria Chabod, uma educação medieval.²⁵ Carlos foi criado inicialmente por Margarida de York, viúva do duque borgonhês. Depois, principalmente após a de seus pais para a Espanha em 1504 – viagem da qual nenhum dos dois retornaria – teve sua criação sob a responsabilidade de sua tia, Margarida de Áustria.

É tentador pensar no jovem Carlos lendo e ouvindo as “Memórias” de La Marche. Os manuscritos sobreviventes até hoje são sete, e pelo menos um foi diretamente feito para uso pessoal de Felipe, O Belo.²⁶ Das leituras borgonhesas do futuro imperador, certa é a de uma outra obra de La Marche, *Le Chevalier Deliberé*, traduzida para o espanhol a seu

²³ BRAUDEL, F. *Carlos V y Felipe II*, Madri, Alianza Editorial, 2000, p. 86.

²⁴ Idem, p. 723 e SALLMAN, J. *Charles Quint*, Op. Cit., p. 254

²⁵ CHABOD, Frederico. Op. Cit., p 26.

²⁶ EMERSON, Catherine. *Olivier de La Marche and the rhetoric of 15th-Century Historiography*, Op. Cit, pp. 17-18.

mando.²⁷ Mas Sallman considera muito provável que as *Mémoires* tenham sido parte integrante da educação do jovem príncipe Habsburgo.²⁸

Não obstante, podemos afirmar que a formação do arquiduque foi essencialmente ligada aos ideais e valores borgonheses, isto é, relacionada a um sentimento de devoção, expresso na quantidade de relíquias santas que pertenciam aos duques, e preso a um sonho cavaleiresco. Seus tutores foram Guillaume de Croy, integrante de uma família cujos vínculos com os duques da Borgonha retroagiam à época de Felipe, O Bom, e Adrian, bispo de Utrecht, bastardo da família borgonhesa. As regras de vivência e organização da corte em Gand ainda eram as expressas no manual escrito por La Marche.²⁹

A educação de Carlos foi a de um jovem nobre de sua extração social. As artes da guerra, da caça e da corte, além dos ensinamentos da *devotio moderna*, eram essenciais. O movimento da *devotio moderna* procurava dar profundidade e fervor à vida religiosa, nesse contexto de “pré-Reforma”. Iniciado no final do século XIV, dividiu-se em duas vertentes: as casas fraternais da Irmandade da Vida Comum e a congregação do monastério de Windsheim. Tratava-se mais de sentimentos e práticas evangelistas do que de uma doutrina fechada. Nesse âmbito, a obra mais significativa era a de Tomas Kempis, *Imitatio Christi*.³⁰

Assim formou-se o ‘último cavaleiro borgonhês’.³¹ Pois, associada à figura de Carlos, encontra-se um dos mais produtivos e influentes pensadores da primeira metade do século XVI, Erasmo de Roterdã. O teólogo e pensador nasceu nos Países Baixos e foi, segundo vários autores,³² um ‘borgonhês’, no sentido usado por Blockmans e Prevenier: uma sensação de comunidade, Erasmo também expressaria em seus textos um elo especial entre os domínios nortistas dos duques da Borgonha, apesar das diferenças regionais.

²⁷ VARELA, Javier. *La muerte Del rey*, Op. Cit., p. 50

²⁸ SALLMAN, J. *Charles Quint*, Op. Cit. p. 155

²⁹ LA MARCHE, Olivier. “Estat de la Maison du duc Charles Le Hardi” in *Memóires*, Op. Cit., tomo X, pp. 487 em diante.

³⁰ HUIZINGA, J. *Erasmus and the age of reformation*. Op. Cit., p.3-4.

³¹ Uma característica que sustenta esse ponto de vista de Frederico Chabod é a raiva e o sentimento de antagonismo que Carlos sempre mantinha em relação ao rei da França, instigado por sua tia, Margarida, ferrenha adversária da posição pró-francesa do irmão e de alguns em sua corte, que buscavam a manutenção da paz em suas fronteiras. CHABOD, F. *Carlos V...*, Op. Cit.

³² FIRPO, Luigi. “Introduzione” in Erasmo de Roterdã *Il lamento della Pace*. Torino, Tea: 1997, p. 17; JARDINE, Lisa. “Introduction” in Erasmo de Roterdã *The education of a Christian Prince*. Cambridge, Cambridge University Press, 2004, pp. XII-I; HUIZINGA Johan. *Erasmus and the age of reformation* Op. Cit., pp. 101-105 e BLOCKMANS e Prevenier. *Les Pays Bas bourguignons*, Op. Cit., p. 87.

Sua data de nascimento é incerta devido a problemas de legitimidade, mas sabe-se que foi pelo final da década de 1460. Também fruto da *devotio moderna*, estudou em um convento agostiniano ligado aos Irmãos da Vida Comum, ordenado em 1488. A partir de 1493, passou ao serviço do arcebispo de Cambrai, e tornou-se durante muito tempo um nômade, desligando-se da vida conventual, apesar de manter votos religiosos até o fim da vida.³³

Sem dúvida, a face mais conhecida de seu trabalho é a de um humanista profundamente ligado ao processo de mudança religiosa que grassava na Europa, que teria seu ápice nos cismas do século XVI. Douto em latim e grego, Erasmo dedicou-se a estudar clássicos pagãos e cristãos. Desse profundo conhecimento lingüístico, surgiram coleções de citações comentadas intituladas *Adágia e Epigramata*, esta última em colaboração com Tomas Morus.

Suas versões comentadas dos textos bíblicos foram consideradas o estopim da ‘reforma luterana’. Erasmo era crítico feroz da Igreja de sua época, apesar de ter mantido a fidelidade ao papado de Roma até o fim. Em parte devido a sua formação pelos Irmãos da Vida Comum, em parte devido ao seu próprio e auto-reconhecido papel, segundo Huizinga, de divulgador do que seria o verdadeiro conhecimento. Não podia tolerar os excessos do papado nem os erros ‘grosseiros’ na Vulgata. Apesar do seu pensamento transformador e vanguardista, no referente às leituras evangelizadoras e às posturas da Igreja, foi ferrenho inimigo de Martinho Lutero, renegando qualquer influência sua sobre o pensamento do monge alemão. Com este, travou intenso debate sobre a questão da salvação e do livre arbítrio.³⁴

Todavia, outra face do sábio holandês foi a de escritor de ‘manuais de comportamento’. Norbert Elias, no primeiro volume de *O processo civilizador*, analisa em grande parte um dos manuais de Erasmo de etiqueta, escrito para crianças, visto pelo sociólogo como marco na transição entre os tempos medievais e modernos. Erasmo teria, para o sociólogo, conseguido captar a mudança no comportamento de pulsão social típico dessa fase, quando a sociedade cavaleiresca da Idade Média desmantelava-se.³⁵

³³ HUIZINGA, Johan. *Erasmus and the age of reformation*. Op. Cit. pp 9-18.

³⁴ Idem, pp. 100-129

³⁵ Para Elias, a sociedade é composta tanto por micro elementos da estrutura da própria sociedade, como pela estrutura individual que se relaciona nos espaços sociais. A vivência em sociedade ordena elementos da

Interessante observar que, de acordo com o arcabouço teórico do sociólogo alemão, também estudioso de medicina e psicologia, o processo civilizador ocorrido na Europa ocidental entre os tempos medievais e modernos teria seu auge na sociedade de corte da Versalhes de Luís XIV, tema central do volume segundo – em que particulariza as articulações políticas – e de sua obra seminal. No entanto, o primeiro volume particulariza o outro aspecto desse mesmo processo, relacionado ao controle das pulsões, e o faz mediante o olhar de um “borgonhês” – Erasmo – prefigurando o comportamento polido e hierarquizado de um círculo cortesão, marca distintiva da Borgonha.³⁶

Aqui não nos interessa tanto o Erasmo ‘civilizador’ de Norbert Elias, ou o ‘humanista reformador’ de Johan Huizinga. Pois a análise detém-se na parte da obra erasmiana voltada para o governo e para as ações dos poderosos, relacionando-se à trajetória dos governantes Habsburgos da primeira metade do século XVI. Tratamos assim, basicamente, de três obras: o “Panegírico para o Arquiduque Felipe de Áustria”, o “Lamento pela paz” e “A educação do príncipe cristão”.

Ao produzir um estudo crítico sobre o “Lamento pela paz”, texto feito por Erasmo por ocasião de um encontro em Cambrai em 1516 reunindo o imperador, o rei da França, o rei da Inglaterra e o então duque da Borgonha e de Luxemburgo, o historiador italiano Luigi Firpo, diferentemente de Huizinga, concebe as afirmações políticas de Erasmo em busca da paz e de uma monarquia universal de essência cristã não apenas como anseio de uma alma em convulsão, mas como aspirações políticas de um ‘borgonhês’.³⁷

Após narrar todas as vicissitudes que culminaram na derrota de Nancy, o historiador italiano interpreta o lamento como uma espécie de melancolia pelo ocaso de uma civilização perdida, que buscava, pela diplomacia, alguma sorte melhor no confronto entre os soberanos mais poderosos – e belicosos – de França, Inglaterra e Espanha. Desse modo, para Firpo, Erasmo ainda representava a alma diplomática da Borgonha, na esteira de Frederico Chabod.³⁸

Com efeito,

psique humana que desembocam em um processo de formação de uma dada sociedade em seu 'corpo' completo. É por isso que ele trata das 'sociogêneses' no "processo civilizador". Para cada elemento ou agente social, há uma sociogênese, formada pelos micro-elementos que vêm das relações sociais entre os indivíduos. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*, Op. Cit, vol 1, p.45

³⁶ Idem, vol. 2 e *A sociedade de corte*. Op. Cit.

³⁷ FIRPO, Luigi. “Introduzione”, Op. Cit., p. 22.

³⁸ Idem.

Com efeito, no turbulento quadro político do final do século XV e início do XVI, a região dos Países Baixos apresentava considerável densidade urbana e um fortalecimento do comércio. O próprio genetílico de Molinet mostra a importância dos centros mercantis do norte na estratégia da dinastia borgonhesa pós-Nancy, ao entoar as qualidades e a lealdade da Flandres e de Gand, por exemplo.³⁹

Dois partidos surgiram então na corte flamenga. Guillaume de Croy defendia uma maior aproximação com a França por meio de tratados de paz que permitissem aos mercadores e suas guildas mais tranquilidade no negociar. Margarida, regente após a morte de seu irmão Felipe, obstinava-se na rixa com o rei francês. Aos poucos, a *realpolitik* foi prevalecendo em defesa dos interesses comerciais. O pensamento político de Erasmo teve seu nascedouro nesse ambiente de lealdade à causa borgonhesa, vista de acordo com as necessidades de seu novo centro de interesse. Interesses que marcaram suas três obras de cunho mais político, todas ligadas de alguma forma aos senhores borgonheses.

Novamente, Luigi Firpo e Johan Huizinga mostram visões opostas sobre a obra erasmiana. Em 1504, Felipe, O Belo, retornava aos seus domínios nos Países Baixos, após reivindicar o direito de sua mulher ao reino de Castela. A pedido de um amigo, Jean Demarez, orador público, o pensador escreveu apressadamente um discurso elogioso entregue pessoalmente e publicado pela primeira vez em 1504. Para Huizinga, o autor escreveu essa pequena peça com ‘suspiros de desgosto’, tendo sido obra de confecção custosa e árdua. Lisa Jardine sustenta, ecoando Luigi Firpo, a validade de tal obra. Além de mostrar o pensador de acordo com as preocupações de seus conterrâneos, ela foi escolhida pelo próprio para estar junto a seu espelho de príncipe, dedicado para Carlos V.⁴⁰

No capítulo sobre a literatura borgonhesa, apresentamos de forma breve a teoria de Catherine Emerson sobre as *Mémoires* de La Marche como um “pseudo-espelho”, mascarado na crônica. A tradição medieval ecoaria nas reminiscências do servidor, principalmente no *Livro Um*, dedicado ao então herdeiro de Maximiliano, Felipe, O Belo. Em diversas passagens, expressou o desejo de que o inscrito acrescentasse algo à educação do rapaz.

³⁹ MOLINET, Jean. *Cy commence...* Op. Cit, pp. 4-5.

⁴⁰ FIRPO, Luigi. “Introduzione”, Op. Cit., p. 23; JARDINE, Lisa “Introducción”, Op. Cit., pp. XVII-XVIII e HUIZINGA, Johan. *Erasmus and the age of reformation*, Op. Cit., p. 56

Carlos V também teve seu “espelho”. Desta vez, não envolto em disfarce, mas feito para garantir o aprendizado de valores essenciais para se tornar um bom governante. Em 1515, Jean Le Sauvage era Chanceler da Flandres, e Erasmo ainda era um pensador errante, em busca de mecenas. O contato foi feito, e Erasmo era alçado a conselheiro de Carlos, então apenas arquiduque da Borgonha, sem ainda exercer o governo por causa da pouca idade. Para cumprir os desígnios dessa função, dedicou a Carlos um livro, intitulado *Institutio principis Christiani*. Não que este precisasse. Para Erasmo, o jovem filho de Felipe, O Belo, já encarnaria em si as qualidades do mais perfeito governante.

Esse manual de educação para um jovem governante é frequentemente comparado à obra de Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*. A proximidade cronológica e a preocupação com o mesmo tema explicam a comparação. Mas as semelhanças não são muitas. Como o pensador florentino, Erasmo respondia à instabilidade política do início do século XVI. Porém, essas respostas foram formuladas de formas diversas. As idéias contidas na *Institutio* têm mais ligação com o mundo descrito pelo inglês Tomas Morus na *Utopia* do que com a concepção de poder maquiaveliana. Tanto no manual erasmiano quanto no livro de Morus expressaram-se crenças em um duradouro governo benevolente baseado nos princípios humanistas, na concordância de que as liberdades individuais poderiam ser sacrificadas em nome do bem comum, e que taxações excessivas e violência em demasia só fariam mal ao bem-público.⁴¹

Erasmo prende-se ao conceito expresso no título de seu livro. Ele busca essencialmente educar um príncipe “cristão”. Antes de qualquer coisa, o holandês privilegia a forma como inculcar as verdadeiras virtudes, como o príncipe deveria agir, sempre guiado por elas. Maquiavel, segundo Skinner, concebe que é impossível o príncipe ser virtuoso o tempo todo. Portanto, seria necessário, algumas das vezes, apenas parecer ter as virtudes.⁴²

As obras de ambos os autores foram analisadas por Quentin Skinner em seu estudo fundamental sobre o pensamento político moderno. Neste livro, o historiador inglês utiliza o método do contextualismo lingüístico. Representante desta história das idéias políticas, Skinner em seu trabalho concede uma atenção destacada ao chamado contexto “inter-textual”, ou seja, a comparação entre linguagens políticas dos “grandes clássicos” – entre

⁴¹ JARDINE, Lisa. “Introduction”, Op. Cit., p. XV.

⁴² SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 249.

eles Maquiavel, Erasmo, Bodin, Hobbes e outras obras suas contemporâneas, algumas delas bastante medíocres.

Esse contextualismo lingüístico valoriza a historicidade dos textos mediante uma delimitação temporal, e também, como se percebe em sua obra, espacial. Dessa forma, Skinner destitui a utilização dos discursos políticos de uma época às análises da política contemporânea, pois isso seria anacronismo. Para o historiador inglês, é preciso buscar na descrição e nas particularidades históricas, as revelações de um universo social, no qual o referido discurso político originou-se.

Dessa forma que Skinner opõe Maquiavel a Erasmo, em uma comparação contextualizada. Para Skinner, a grande clivagem entre os dois é ética. Para Erasmo, a questão fundamental a ser contemplada é de como preservar, a qualquer custo, a justiça. O florentino, ao contrário, acredita que acima de tudo o governante deve se preocupar em adquirir e manter o seu poder.⁴³

Surgidos com uma diferença de apenas três anos, os dois tratados políticos são dessa forma frutos de concepções distintas. Mesmo porque, segundo o próprio Skinner, o livro de Maquiavel vem carregado de uma ironia permanente, a crítica de seu autor ao próprio modelo especular no qual sua obra se insere. Enquanto Erasmo assume essa tradição. Mesmo com críticas ao modelo de poder representado por Carlos, o holandês não o ataca veementemente, tentando oferecer o melhor que pode em termos do exercício virtuoso e cristão do poder.⁴⁴

Lisa Jardine afirmou que haveria uma ‘inocência’ do neerlandês, em seus compromissos com a ordem e com as casas monárquicas.⁴⁵ Nesse sentido, a proposta de Erasmo seria assegurar que os nascidos para governar fossem educados para fazê-lo com justiça e benevolência, voltados para o bem público. Sua concepção do bom governo era intimamente ligada a uma moralidade. Isso porque o príncipe dependeria do seu estado, dos seus súditos. A condução virtuosa dos assuntos de estado era necessária para os governados

⁴³ Idem, pp. 62-69 e 268-269. Em seu livro, Rodrigo Bentes Monteiro constrói uma discussão sobre Quentin Skinner e a sua argumentação sobre espelhos de príncipe. MONTEIRO, R. *O rei no espelho*, Op. Cit, pp. 149-159.

⁴⁴ Já a ligação entre Erasmo e Morus é bem documentada, tendo gerado uma ampla correspondência. Foi por meio de contatos de Erasmo com editores dos Países Baixos que a primeira edição da *Utopia* foi feita. Nas muitas vezes em que esteve na Inglaterra, Erasmo desfrutou da companhia do autor inglês. HUIZINGA, J. *Erasmus and the age of reformation* Op. Cit, pp 29-38.

⁴⁵ JARDINE, Lisa. “Introduction”, Op., Cit., p. VI.

pelo príncipe o seguissem prazerosamente. Uma grande preocupação era evitar de todas as maneiras a tirania, o pior que podia acontecer a um povo. Para isso, Erasmo reuniu uma série de aforismos e preceitos com tom de professor. Justificou assim seu título de ser um manual de educação de um príncipe cristão ao apresentar uma atitude moral em relação à liderança e o papel da lei.

Erasmo inicia o texto dedicado a Carlos V defendendo a importância da posição daquele que educa o príncipe cristão. Seu papel seria assim crucial, principalmente porque valorizada o princípio eletivo como a melhor forma de se escolher o governante. Quando isso não era possível, e o governante nascia para o seu cargo, a única forma de garantir que ele tivesse o caráter e a formação necessários seria através de uma educação rígida:

“Mas quando o príncipe nasce para o ofício, não é eleito, o que era o costume entre alguns dos povos bárbaros no passado (segundo Aristóteles) e é também a prática em quase todos os lugares em nosso próprio tempo, então a principal esperança de obter um bom príncipe está na sua educação apropriada, que deve ser conduzida muito atenciosamente, para que o que foi perdido com o direito de voto seja compensado pelo cuidado dado ao seu crescimento.”⁴⁶

Aqueles responsáveis pelo príncipe deveriam cuidar de seu crescimento, indicando os méritos na escolha dos serviçais. Inclusive, o autor desaconselhava que o futuro soberano tivesse contato com mulheres e bajuladores. Neste ponto, Erasmo era insistente. O príncipe devia saber separar os verdadeiros amigos daqueles que teriam interesse. Afinal o bom príncipe só se manteria no poder ao escutar o aviso sábio dos que o cercam. E que lembrasse que os falsos elogios não vinham apenas em forma de palavras, mas também em ações e homenagens prestadas.⁴⁷

Outra grande preocupação de Erasmo era fazer com que o príncipe optasse pela paz interna em seus domínios, através de um bom controle das taxas. Defendendo uma postura mais alinhada aos interesses das cidades dos Países Baixos, dizia que a taxação deveria ser

⁴⁶ “But when the prince is born to office, not elected, which was the custom among some barbarian peoples in the past (according to Aristotle) and is also the practice everywhere in our own times, then the main hope of getting a good prince hangs on his proper education, which should be managed all the more attentively, so that what has been lost with the right to vote is made up for the care given to his upbringing” Erasmo. *The education of a Christian prince*, Op. Cit, p. 5.

⁴⁷ Idem, p. 50.

justa. Para controlar e manter o dinheiro, mais do que aumentar impostos o príncipe deveria controlar os custos. Atitude um tanto destoante da casa a qual Carlos pertencia, famosa por seus faustos e constantes aumentos tarifários.

Como Platão, o humanista acreditava que o bom governo combinava o “bom príncipe” às “boas leis”. Dedicou duas seções do seu tratado aos atos de legislar e da escolha dos magistrados. Preocupado em minimizar a interferência na vida cotidiana, estava convencido de que as leis de um país deveriam ser conforme os princípios de igualdade.

Seguindo, passou a tratar em duas seções de questões fundamentais para a manutenção de vínculos entre os senhores cristãos e a paz. A diplomacia da época era construída por tratados que muitas vezes não eram cumpridos, e por alianças matrimoniais. Quanto a estas últimas, Erasmo destacava que tendiam a piorar a condição dos súditos do príncipe, ao impor um senhor hereditário – que já não era a melhor forma de se escolher um soberano – estrangeiro. Ironicamente, era justamente por isso que Carlos iria tornar-se rei de Espanha, com casamentos dinásticos entre os Habsburgos e as casas reais.

Erasmo finalizou o seu tratado de educação principesca com um tema que lhe era muito caro. Tratou da paz e da obrigação do soberano de defendê-la em todas as circunstâncias possíveis. A guerra só poderia ser vista como possibilidade quando não houvesse outro recurso. Mesmo assim, só poderia ser levada a cabo de forma limitada, que não prejudicasse os súditos, primeira e única preocupação do bom príncipe cristão, segundo Erasmo. Grande diferença para Maquiavel, apontada por Skinner. Pois o italiano via a guerra como recurso sempre válido.⁴⁸

Para Lisa Jardine, a importância da obra erasmiana situa-se basicamente em dois fatores. Primeiro, na visão do bom governo que enfatizava a moral cristã. Ao contrário de Maquiavel, que se tornou referência para se estudar o pensamento político do século XVI, para Erasmo o bom príncipe não se preocupa com as dimensões do seu próprio poder, mas com o bem comum de seus domínios. Disso decorre o segundo fator, a influência desse escrito erasmiano, publicado em 1516 e em sucessivas reedições. Seus argumentos repercutiram em alguns outros livros de política do século.⁴⁹

⁴⁸ SKINNER, Q. Op. Cit, p. 260.

⁴⁹ JARDINE, Lisa. Op. Cit. p. XIV.

Além deste ‘espelho de príncipe’, outra obra ligava Erasmo à casa Habsburgo. O “Lamento pela Paz”, ou *Querela Pacis* foi a denúncia que a *Paz* expôs ao *Tribunal da Humanidade*. Escrito após a *Educação do Príncipe cristão*, permaneceu ligada à defesa da paz encontrada neste outro texto. Como vimos, para Luigi Firpo, representou uma rara oportunidade na história, permitindo que um intelectual defendesse suas convicções mais sinceras, ao mesmo tempo aliando-se aos interesses de seus mecenas.

A idéia do texto surgiu junto à intenção de Erasmo de reunir em Cambrai os mais poderosos soberanos europeus, para que promovessem a paz dentro da cristandade. Assim, um tratado de paz devia ser assinado entre os reis de Inglaterra, França, Espanha (o jovem Carlos de Áustria) e o imperador.

O encontro aconteceu na cidade de Cambrai, em 1516, mas não pode cumprir todos os projetos de Erasmo. Henrique VIII não compareceu, e os demais, apesar de comprometeram-se a manter a paz entre seus reinos, saíram de Cambrai com planos de cruzadas, e de dividirem a Itália entre as potências européias. Pouco tempo depois, a morte do imperador Maximiliano e a conseqüente disputa pela dignidade imperial, vencida pelo jovem duque da Borgonha e rei da Espanha, tornariam essa *Paz* assinada em Cambrai letra morta.

A *Querela Pacis* também foi fruto dessa vontade de Erasmo de estabelecer um período de ouro na cristandade. Pregava a recusa do cinismo e da ferocidade, para que pudessem retornar ao bom senso e a razão. A guerra seria a causa e a origem de todos os males, enquanto a *Paz* seria fonte de todo bem. Desfazia de todos os ideais cavaleirescos, da honra militar, condenando a belicosidade que eles encerrariam. Uma contradição em relação ao exercício prático do poder ao qual o neerlandês servia, o império de Carlos V, e também se pensarmos no ducado da Borgonha dos séculos XIV e XV. Mas a idéia da paz adquire sentido na interpretação de Firpo, concebida como lamento diplomático da Borgonha derrotada.⁵⁰

⁵⁰ FIRPO, L. Op. Cit.

4.3 – A herança da esplendorosa corte

Derrota nas armas, mas não no ritual.

Já indicamos, em capítulo anterior, citando Graeme Small, que “o exemplo borgonhês, com seu senso pronunciado de hierarquia e marcas de respeito, prefigurou a complexa sociedade de corte do tempo de Luís XIV, como estudada por Norbert Elias.”⁵¹ A difusão dos manuais de comportamento borgonhês, escritos por La Marche, tornou acessível a toda a Europa o modo de vida dos ‘grandes duques do Ocidente’. Mas nenhuma corte procurou seguir mais de perto o modelo borgonhês do que a de Carlos V. Muitos dos seus servidores eram, como ele, remanescentes dos domínios ducais. O principal manual da corte do imperador na Espanha, intitulado *Relación de la forma de servir que se tenia en la casa del Emperador*, era uma adaptação do relato de La Marche sobre a casa de Carlos de Borgonha, traduzida por um dos servidores borgonheses que seguiu o duque à Espanha.⁵²

Frederico Chabod o chamou de “último borgonhês”, ressaltando que Carlos Habsburgo, em sua juventude teria se guiado por aquele espírito de cavalaria e governo.⁵³ Somente em sua maturidade, segundo o historiador, teria se voltado para o “Renascimento” italiano e o modelo de príncipe maquiaveliano. Carmelo Lisón Tolosana, ao pensar a monarquia Habsburgo da Espanha, descendente dos duques da Borgonha, refletiu sobre os usos políticos do ritual nas cerimônias de corte.⁵⁴ Nessa casa real, o cerimonial era uma sobrevivência borgonhesa, trazida e imposta por Carlos V, destoando da falta de regras de etiqueta e comportamento na casa real de Castela.⁵⁵

A ‘decepção’ de Carlos com a falta de refinamento de seus súditos ibéricos ficou patente logo em sua chegada às terras espanholas. Também seu pai antes dele ficara espantado com a ‘descortesia’ encontrada em suas viagens à Castela e Aragão. Seu amor pela pompa e a falta de costume dos súditos de sua esposa com os hábitos flamengos gerou uma acentuada antipatia mútua, principalmente nos meios cortesãos.⁵⁶

⁵¹ “the Burgundian example, with its pronounced sense of hierarchy and marks of respect prefigured the complex court society of the time of Louis XIV, as studied by Norbert Elias.” SMALL, G. Op. Cit. p. XXXI

⁵² VARELA, Javier. Op. Cit., pp. 57-8.

⁵³ CHABOD, F. *Carlos V...*, Op. Cit., p. 10.

⁵⁴ LISÓN TOLOSANA, C. Op. Cit.

⁵⁵ Idem, p. 115.

⁵⁶ SALLMAN, J-M. Op. Cit., p. 53.

Ao chegar nas Astúrias em 1517, o jovem duque da Borgonha, futuro rei de Aragão e Castela, percorreu uma extensa parte desse território até Valladolid. No caminho, várias cidades ofereceram festejos e celebrações em sua honra. Um dos seus servidores relatou essas comemorações como interessantes, mas elas não eram nada ao serem comparadas às dos “paÿs de par de çá”. Corridas de touros, danças mouriscas e tapetes de ervas e plantas deram a Carlos e ao seu cortejo um ‘bon passe temps pour rire’.⁵⁷

Mesmo em Valladolid, uma das principais cidades espanholas, o luxo não era condizente com o que os borgonheses esperavam. Carlos, vestido em todo o seu esplendor de rei, destoava do seu entorno. Os pórticos foram feitos às pressas, e ficaram mal acabados. Entrando na cidade já depois do pôr do sol, a única iluminação das ruas era a fornecida pelos soldados que acompanhavam o jovem. Apesar da falta de pompa, as entradas espanholas desse rei seguiam o ritual típico dos festejos concedidos aos reis ibéricos na Idade Média. Os dois primeiros Habsburgos trouxeram para a Espanha os elementos das *joyeuses entrées* flamengas, holandesas e italianas. Os ‘arcos de triunfo’, construções temporárias, responsabilidade de alguns quadros da sociedade, foram cada vez mais aprimorados.

Cabe aqui um pequeno parêntese. Até este capítulo, tratamos da ‘grande Borgonha’ pelo foco de La Marche, *maitre d’hotel* dessa casa, e pouco ou nada falamos das entradas dos duques em suas cidades. A negligência justifica-se pela própria seleção de La Marche. O servidor não relatou em suas memórias nenhuma *entrée* fora dos eventos da corte. Como no caso do casamento de Margarida de York com Carlos de Borgonha. Talvez porque as *joyeuses entrées* eram fenômenos comunais, promovidos e patrocinados pelas cidades e seus habitantes, elas estavam fora das preocupações desses memorialistas. La Marche era um relator da corte, das suas guerras, festas. Por esta sua característica não encontramos relatos desse tipo de evento, comum à casa principesca dos Valois da Borgonha e às demais famílias governantes de fins da Idade Média. Na Itália, por exemplo, as visitas de Carlos V, já como Imperador, foram marcadas por festas e celebrações suntuosas, assim como as entradas oferecidas por ocasião da travessia do Habsburgo pela França em 1540, durante uma das freqüentes – e curtas – tréguas celebradas entre ele e Francisco I, rei da França.⁵⁸

⁵⁷ MARSDEN, C. A. “Entrées et fêtes espagnoles au XVIe. Siécle” in JACQUOT, Jean. *Fêtes de la Renaissance*. Paris, Éditions du CNRS, vol. II *Fêtes et ceremonies au temps de Charles Quint*, p. 391

⁵⁸ LADURIE, E. *O estado monárquico na França*, Op. Cit., p. 130.

Mas a diferença seria mesmo mais acentuada entre a terra natal de Carlos e a que escolheu como última morada. A tradição de *joyeuses entrées* nas terras borgonhesas do norte era longa, rica em detalhes e usos de elementos da Antiguidade. O período de domínio dos Valois da Borgonha com seus faustos aprimorou essas preparações, que se tornaram cada vez mais elaboradas. A entrada de Carlos em 1515 em Bruges teve arcos que lembravam em muito a tradicional arte retabular flamenga.⁵⁹ Esta é uma das mais conhecidas entradas de Carlos, principalmente pela ricamente ilustrada narrativa desses eventos pelo historiador oficial do jovem príncipe, Remy du Puys, *La triumpante et solennelle entrée faicte sur le nouvel et joyeux advenement de treshault et trespuissant et tresexcellent prince Monsieur Charles, princes des hespaignes En sa ville de Bruges lan mil V cents et XV le XVIIIe. iour d'april après Paques*, impressa no mesmo ano.⁶⁰

Nas representações, os habitantes sublinhavam a grandeza anterior e a atual decadência da cidade. O grito dos povos, reproduzido por du Puys era “os povos da Gália belga perderam um Carlos, mas encontraram outro”. Seus quadros vivos recordavam os tempos dos duques Valois, suprimindo Maximiliano. Os habitantes de Bruges queriam lembrar ao seu jovem príncipe que ele descendia dos duques borgonheses, não acentuando assim seu parentesco com o imperador Habsburgo.⁶¹

As entradas em Gand eram muito importantes, pois a cidade era como uma ‘capital’ da Flandres, onde o conde flamengo prestava juramento. O esplendor de suas decorações servia para mostrar ao príncipe o poderio e a importância da cidade. As ruas eram vestidas com panos ricos e preciosos, a noite era banhada pela luz de tochas e postes em chamas, e fogos de artifício. Cenas eram representadas em homenagem aos senhores. Em 1515, Carlos entrou na cidade que o viu nascer para proceder à cerimônia de posse do condado. Ali, mais que em Bruges, sua imagem foi a peça principal das cerimônias, mas o caráter de continuidade entre as dinastias também foi ressaltado.⁶²

⁵⁹ Os retábulos são armações de madeira colocados em altares de igrejas, podendo ser fechados. Os Países Baixos ficaram famosos pelos retábulos, grandiosos, e pintados por mestres da pintura com Jan Van Eyck (O Cordeiro místico) e Roger van der Weyden (O Juízo Final).

⁶⁰ VAN PUYVELDE, Leo. “Les joyeuses entrées et la peinture flamande” in JACQUOT Jean *Les fêtes de la Renaissance*, Op. Cit., p. 290.

⁶¹ “les peuples de Gaule Belgique ont perdu un Charles, ils en retrouvent un autre”. Idem, p. 293.

⁶² LAGEIRSE, Marcel. “L’entrée du prince Phillippe a Gand” in JACQUOT, Jean. *Les fêtes de la Renaissance*, Op. Cit. p. 301.

Não que fosse preciso, pois o ducado da Borgonha manteve-se um ideal a ser atingido. Foi presença constante nas seguidas conversas com a França, principalmente no antagonismo entre Carlos e Francisco I. O “rei humanista” foi um propagandista e um dinasta à altura de Carlos, com quem concorreu, sem sucesso, à dignidade imperial. Mesmo com as elevadas somas pagas com o dinheiro da própria coroa, já que os naqueiros preferiram financiar o Habsburgo, Francisco foi preterido pelos eleitores germânicos.⁶³

Os combates com Carlos foram seguidos. Um dos mais críticos foi a derrota francesa em Pávia, em 1525. A França vinha em conflito com o Império pela posse da Itália. Com avanços e retrocessos, desde 1515, Francisco havia estabelecido alguma autoridade no Além-Alpes, tradicional área de influência imperial. Em 1524, suas tropas sofreram fragorosa derrota, tendo que se retirar da Península. Buscando retomar o controle, o “novo Aníbal”, na nomenclatura de Ladurie, cruzou os Alpes para ter suas tropas esmagadas no campo de Pávia, batalha “acompanhada da maior carnificina de nobreza francesa desde Azincourt”.⁶⁴

E o mais grave, Francisco I caiu prisioneiro do imperador, que, gotoso, não estava no campo de batalha. Só foi libertado em 1526, ao assinar o tratado de Madri. “Acordo humilhante” para o historiador francês Ladurie, uma de suas cláusulas incluía a devolução do ducado da Borgonha aos herdeiros do Temerário. O rei não a cumpriu, levando Carlos a chamá-lo de perjuro. Os conflitos seguiram, até que em 1529 foi assinada a paz definitiva entre os dois monarcas. Ou melhor, até o próximo conflito de interesses.

A Paz de Cambrai, ou “paz das damas” como também foi conhecida por ter a influência das irmãs dos dois soberanos, fez Francisco abdicar de suas ambições italianas e nos Países Baixos. Mas Carlos teve que desistir do ducado da Borgonha. Apesar de ter oferecido um vultoso resgate pelas terras ancestrais perdidas pelo outro Carlos, o rei francês recusou-se a ceder. O imperador sacrificou sua grande ambição pela paz permanente, que não durou muito. Manteve sua postura, e deixou recomendação ao filho de que jamais desistisse de recuperar as terras que eram suas por direito.

Carlos jamais se fixou em um dos seus domínios. Foi um imperador itinerante, dividindo o seu tempo entre as suas possessões. Viajou a Itália, França, Alemanha, Espanha

⁶³ LADURIE, E. Op. Cit, p. 118.

⁶⁴ Idem, p. 129.

e Países Baixos. De suas terras, só não visitou as fora da Europa. Regências foram constantes, tendo sido exercidas por sua tia e por sua irmã nas regiões dos Países Baixos e da Flandres, por sua mulher na Espanha. Após a morte de Isabel de Portugal, o filho de ambos assumiu o governo ibérico.

Como o cavaleiro medieval que Georges Duby acompanhou em seu *Guilherme Marechal*, o imperador preparou-se longa e planejadamente para a sua morte. Leitor (ou ouvinte, já que a tradição da leitura em voz alta permanecia) de manuais de cavalaria, etiqueta e comportamento, o velho *gandois* sabia como morrer. Em 1556, Carlos encerrou um longo processo de abdicação de seus títulos até finalmente entregar a coroa espanhola a seu filho, Felipe II. A linha sucessória imperial havia seguido para outro ramo da família Habsburgo, apesar das tentativas em contrário de Carlos V.

O antigo imperador e rei, livre de suas obrigações terrenas, recolheu-se ao mosteiro de Yuste, na Estremadura. Ali deveria passar os últimos dias de sua vida. Não se excluiu das atividades políticas de sua época. Por cartas e contatos externos, continuou a exercer influência em alguns dos acontecimentos. Mas já havia no velho imperador a sensação da morte. Fora ao mosteiro com um firme propósito: morrer ali. Celebrou missas pelas almas de seus entes queridos e pela sua própria, assistindo uma encenação de seu próprio enterro.⁶⁵

Para sua estada em Yuste, Carlos mandou preparar um aposento, para o qual levou diversos objetos que lhe eram caros, como quadros. Entre esses objetos, um em especial nos interessa mais. O nobre ‘gandois’ levou como companhia para seus últimos dias um livro escrito por Olivier de La Marche. *Le Chevalier délibéré*, alegoria sobre a morte protagonizada pelo ‘Temerário’, traduzida para o castelhano por ordem do imperador. Este pequeno tratado sobre a boa maneira de morrer discorria sobre como transformar o combate decisivo em vitória, desde que a luta fosse travada sem temor ou espanto.⁶⁶

O nascimento do “último borgonhês” foi narrado por Jean Molinet, e sua morte embalada pelas palavras de La Marche. Carlos morreu em 21 de setembro de 1558. Seu túmulo em Valladolid, entre outras figuras, ostentava estampas retiradas da versão espanhola do livro de La Marche, *El caballero deliberado*. Carlos escolheu morrer na Espanha. Em 1556, renunciou em favor de seu filho e retirou-se para um monastério em

⁶⁵ VARELA, Javier. Op. Cit., p. 53.

⁶⁶ Idem, p. 51.

Yuste. Mas no seu primeiro testamento, realizado ainda na juventude, apresentou a vontade de ser enterrado em Dijon, capital borgonhesa, no velho convento erigido por ordem do primeiro duque da dinastia Valois, Felipe, O Audaz.⁶⁷ Com o tempo, mudou esse desejo. Porém, o manual que lhe ensinou a arte de bem morrer não foi outro se não *El caballero deliberado*, tradução do libreto escrito por La Marche refletindo sobre o falecimento do ‘Temerário’. Mesmo em Yuste, o fantasma do ancestral de mesmo nome – e com ele os ideais de uma cultura política especial – perseguiu o imperador.

Em todos os domínios Habsburgos, a morte de Carlos foi lamentada. A pompa fúnebre mais célebre foi a de Bruxelas, registrada em diversos relatos. Seu cortejo foi liderado pelo clero, com os bispos de Arras e Liège, os músicos da capela real, os notáveis da cidade e duzentos pobres com tochas e longos mantos negros, com capuzes, imitando os ‘pleurants’ das tumbas dos duques borgonheses. O cavalo do imperador seguia atrás, junto aos capitães e dignitários, mas sem cavaleiro e portando insígnias de poder do falecido, incluindo-se aí a da ordem do Tosão de Ouro, a qual Carlos governou, como os seus antecessores.⁶⁸

Após representantes de todos os territórios vestindo luto fechado, seguia Felipe, o herdeiro, paramentado com um longo manto de luto e portando o Tosão de Ouro com os demais cavaleiros da Ordem atrás de si.⁶⁹

Carlos nasceu borgonhês, tornou-se imperador germânico e morreu nas terras de Espanha. Após o funeral em Yuste, o Habsburgo teve seu corpo trasladado para o Escorial, quando este ficou pronto sob as ordens de seu filho em 1586.

Concordamos assim com o historiador italiano Frederico Chabod. Carlos foi quinto imperador desse nome, primeiro rei espanhol a ser assim chamado, e duque Carlos II da

⁶⁷ BLOCKMANS, W e PREVENIER, W. *Les pays bas bourguignons*, Op. Cit., p. 6.

⁶⁸ Usou a ordem do Tosão de Ouro como integração da nobreza de territórios tão diversos. Aumentou o número de cavaleiros assim que se tornou “duque da Borgonha”, em 1516, colocando na ordem membros leais da aristocracia dos Países Baixos. Com sua ida para a Espanha e coroação, reuniu novo capítulo para executar uma promoção de novos cavaleiros quase que exclusivamente ibérica. De forma análoga, ao ascender à dignidade imperial, promoveu capítulos da ordem em que nomeava cavaleiros ligados às necessidades do Império. SALLMAN, J. Op. Cit., p. 203.

⁶⁹ JACQUOT, Jean. “Panorama des fêtes et ceremonies du règne” in JACQUOT, J. *Les fêtes de la Renaissance*, Op. Cit, pp. 467-72.

Borgonha por direito, senhor de Flandres, Brabante, do Franco Condado, das terras senhoriais dos Habsburgos, do ducado de Milão e das recém-descobertas terras americanas. Tornou-se o grande inimigo da França, o opositor de Lutero. Defendeu a fé católica segundo a Igreja Romana, perseguindo o monge desde a Dieta de Worms.

Por seu nascimento, foi louvado por Jean Molinet como a esperança de seus súditos, anseio que ecoou por toda a sua vida. Foi educado entre os escritos de La Marche, romances de cavalaria, e os ensinamentos consolidados no espelho principesco de Erasmo, um humanista oriundo de um ‘sentimento borgonhês’. Aclamado pelos habitantes de Bruges como sucessor do primeiro duque Carlos de Borgonha, teve sua morte, pensada por si mesmo como o cavaleiro deliberado, lamentada em exéquias notáveis nos Países Baixos.

Carlos, filho de Felipe Habsburgo, dito o Belo, e de Joana de Castela, chamada de Louca, pode então ser considerado como o último cavaleiro borgonhês. Formado e guiado pelos ensinamentos de autores borgonheses. Organizou o ritual da casa de seu filho – além de sua própria – por meio do manual de Olivier de La Marche, mesmo autor que guiou a sua morte. Mesmo Erasmo, que discordava dos faustos, das guerras e da taxaço excessiva exercida pelos governantes dos Países Baixos, pode ser inserido nessa tradição borgonhesa. Como La Marche e Molinet, seu príncipe deveria ser virtuoso e buscar sempre o melhor para seus súditos.

De certa forma, Carlos Habsburgo concretizou o desejo expansionista de seu homônimo borgonhês, embora preocupado mais em manter seus territórios pacificados, tarefa ingrata em se tratando de regiões tão distintas quanto Castela e Flandres. Boa parte de seus esforços diplomáticos atuou no sentido de fortalecer sua posição enquanto imperador. Foi o último governante do Sacro Império a ser coroado pelo papa na Itália; formou laços dinásticos com as demais famílias nobres européias, como mostrado por sua política de casamentos; e tentou manter a dinastia Habsburgo unida, no que acabou mal sucedido, pois mesmo antes de sua morte era possível ver identificar duas linhas, uma espanhola e outra austríaca. Mas principalmente, voltou-se ao propósito de reaver o ducado, símbolo de sua identidade política e cultural.

Os festejos lembravam-lhe essa sua herança. Neles, era aclamado como sucessor do duque falecido em Nancy, e as celebrações da Ordem do Tosão de Ouro seguiam o rito fixado por La Marche. Mesmo na morte, o livro borgonhês que o acompanhou o ex-

imperador no extenso ritual fúnebre, ligado ao seu segundo corpo, na expressão consagrada por Ernst Kantorowicz.⁷⁰

Vale então lembrar mais uma vez o comentário de Lucien Febvre, que inspirou o título desta dissertação. Se a coroa imperial foi a quimera do duque Carlos da Borgonha, a quimera do imperador Carlos V foi o ducado da Borgonha.⁷¹

⁷⁰ KANTOROWICZ, E. H *Los dos cuerpos del rey*, Madri, Alianza Editorial, 1985.

⁷¹ FEBVRE, L. Op. Cit.

Conclusão

Nesse passeio pelo país estrangeiro da Borgonha Valois, deparamo-nos com uma sociedade que não pode ser facilmente compreendida como “medieval” ou “moderna”. Princesca, cortesã, cavaleira, guerreira: o que foi esta corte apresentada aqui?

Construída durante um século, essa “Grande Borgonha” nasceu em meio aos embates políticos dos séculos XIV e XV envolvendo França e Inglaterra. Com seu primeiro duque mostrou-se forte aliada do rei francês, mas os sucessores daquele agiram diferente. Pois seus domínios não mais se limitavam a territórios franceses.

Os casamentos dinásticos, verdadeiros tratados diplomáticos celebrados com festas, e a união física de representantes dos lados interessados, foram uma arma valiosa nesse processo. Tanto na aquisição de novos domínios, como para selar a paz com inimigos, reforçar laços com antigos aliados ou mesmo estabelecer novas relações.

Criou-se assim um estado compósito, dual e conflitante. Com interesses próprios, a região da Flandres e dos Países Baixos tornou-se pouco a pouco, o verdadeiro centro do ducado. O comércio intenso e as revoltas constantes exigiam a atenção do duque. Essa posição foi reforçada quando o ducado passou às mãos do rei francês em 1477. Nesse tempo, a Borgonha continuou a existir enquanto concepção política, sem a completa união territorial.

Neste universo político e cultural, a literatura era muito utilizada pelos governantes. Em termos historiográficos, a palavra escrita é a principal forma de entrada do historiador em seu objeto, e no caso de uma época plena de problemas em relação à obtenção de outros tipos de fontes, a escrita literária torna-se essencial. Mesmo que se problematize o conceito de literatura, é inegável a importância desta para o estudo do século XV.

Nesse século, as cortes passaram a ter um interesse especial em patrocinar formas literárias e artísticas, numa relação dialética entre Renascimento e mecenato. O poder tornava-se mais complexo, precisando ser afirmado de forma clara. Propagandistas ferrenhos – desde João Sem Medo na guerra contra os *armagnacs* –, os duques da Borgonha valeram-se constantemente dessas manifestações culturais a seu favor. Artistas conceituados da Flandres e dos Países Baixos os serviram, enquanto um grande corpo de literatos, entre historiadores, tratadistas e poetas, rodeava a corte ducal.

Entre eles, um nos interessou mais. O *maitre d'hotel* La Marche, seguidor fiel do último duque da linhagem Valois, deixou suas memórias. Nestas, além de buscar ensinar seu pupilo, neto de Carlos, O “Temerário”, preocupou-se em construir a imagem de seus antigos senhores como príncipes ideais. Conseguiu isso pela extensa e freqüente narrativa das festas e dos rituais de corte.

A Borgonha tornou-se famosa exatamente por isso. Muitos a têm como precursora do fausto luxuoso que tomou conta das cortes européias no Renascimento, que teria seu auge no tempo de Luís XIV. Apesar de não ser possível estabelecer essa relação tão direta, é visível que as formas cortesias da Borgonha renunciaram a “sociedade de corte” vista por Norbert Elias. Pensamos nessa ritualização como algo essencial à construção do ideal de poder borgonhês. A complexa rede de territórios construída pelos duques teve nas festas e celebrações a expressão do poder simbólico destes, construindo um ponto de união entre governantes e vassalos.

Os casamentos, parte visível das alianças traçadas pelos duques, eram palcos privilegiados para que estes encenassem seu poder. Esses eventos eram ao mesmo tempo bélicos, materiais, simbólicos e encenados. Nessas ocasiões, as representações heráldicas dos domínios ducais eram expostas.

A ordem do Tosão de Ouro, fundada em 1430, uniu a nobreza em torno do duque, centro da corte e da comunidade cavaleiresca que se formava. Mas também se tornou uma atividade cívica, ao inserir-se nas cidades onde a ordem reunia-se. Era principalmente, a consolidação do fundo cavaleiresco que persistia na Borgonha.

Fundo que se manifestou claramente no Banquete do Faisão. Nele, a festa foi um palco para que o duque, então Felipe, O Bom, pudesse pronunciar seus votos de cruzada, reforçando sua posição como um dos grandes príncipes da Cristandade.

A casa da Borgonha Valois teve seu fim em Nancy, mas muito dela persistiu nos seus sucessores Habsburgos. O “Temerário” foi lembrado mesmo no século XVII, como mostra uma pintura de Rubens (figura 7). Jean Molinet sublinhou, ao celebrar o nascimento do novo herdeiro dessa casa, como o desastre de Nancy pudera ser suplantado pela herdeira de Carlos com o auxílio de seus súditos, e pelo casamento providencial desta com Maximiliano. O neto desse casamento seria um príncipe esperado, destinado a todas as glórias e honrarias, por possuir todas as virtudes necessárias para ser um bom governante.

Nesse sentido, Carlos foi o modelo perfeito - pelo menos assim foi expresso - de um outro escritor. O holandês Erasmo de Roterdã, também considerado um borgonhês, descreveu em seu espelho de príncipe dedicado ao herdeiro Habsburgo as qualidades de um bom príncipe cristão, mesmo que ele já o fosse. Em seus conselhos pela busca da paz, o humanista dos Países Baixos foi associado aos anseios de uma Borgonha derrotada ante o jogo de potências políticas maiores como França, Espanha e Inglaterra.

Mas o ponto mais evidente em que é possível conceber Carlos como herdeiro da tradição borgonhesa é a demonstração ritual de seu poder. Nas entradas, nos tratados, na diplomacia matrimonial, ou até mesmo na forma de morrer, o imperador comportou-se como o “último cavaleiro borgonhês”.

Por que “último”?

Afinal, como lembrou Lisón Tolosana, a casa principesca de Felipe II foi montada de acordo com uma tradução do manual de corte de Olivier de La Marche. Com as ordens do imperador Carlos V, o jovem príncipe seguiu o ritual dos seus antepassados borgonheses. E descrições de festas patrocinadas e feitas em homenagem ao monarca espanhol foram uma constante.¹

Bouza Álvarez chama Felipe II de “rey papelero”, pelo seu emprego consciente e bem definido da palavra escrita. Manipulou a ambigüidade entre manuscrito e impresso, controlando o que poderia tornar-se público, e o que teria que ser secreto. Governou em grande parte através dos papéis que despachava e recebia. Manifestava seu poder também por esse controle e manipulação. E a divulgação da sua imagem encontrou um veículo ideal nas descrições de festas, que juntavam o elemento escrito ao ritual. Tradições flamengas, as *joyeuses entrées* iam sendo cada vez mais incorporadas ao cotidiano do exercício do poder do rei espanhol, mesclando os antigos costumes ibéricos com as ritualizações borgonhesas, como observa Ana Paula Megiani.²

O que o diferenciaria de seu pai, para não ser mais, como ele, considerado um borgonhês? O ritual de sua morte foi mais contido, mais velado que o de Carlos V, em comum o fato de ter sido também previamente planejado. Varela recorda que Felipe era um

¹ LISÓN TOLOSANA, C. *La imagen del rey*, Op. Cit., p. 145.

² BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Imagen y Propaganda. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madri: Akal Ediciones, 1998 e MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Rei Ausente. Festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004. Cf. também MILLÁN, José Martínez (org.). *La Corte de Felipe II*. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

homem cuja fé era fruto do ambiente surgido com o concílio de Trento; desse modo seu cerimonial fúnebre foi marcado pelas formas estéticas nascidas daquele contexto católico, do que ficou conhecido como Contra Reforma.³

Todavia, a justificativa da afirmação de Frederico Chabod pode ser encontrada na obra do autor que acompanhou este trabalho desde seu título. Lucien Febvre escreveu um livro para analisar a relação entre Felipe II e o condado da Borgonha, o *Franche Comté*. A partir da ascensão deste monarca, as relações entre os habitantes dessa região e os seus governantes foram tornando-se mais tensas, até que os conselhos regionais decidissem pela anexação à França. Processo algo semelhante ao acontecido nos Países Baixos, como nota o próprio autor, que durante o governo de Felipe II tiveram suas revoltas, constantes, convulsionadas pelas questões religiosas e por críticas à legitimidade do governo do rei espanhol.⁴

Eis a chave para responder nossa questão.

Pois desde Felipe, O Bom, os duques borgonheses tinham, a sua maneira, compreendido a complexidade das múltiplas formas territoriais sobre as quais governavam. Mesmo Carlos, chamado “temerário”, teve essa consciência. E o imperador Carlos V – mesmo que alguns vejam em seus atos uma tentativa de centralização ou um governo hispano-cêntrico –, agiu como soberano de estados e espaços políticos diferenciados. O ritual e a literatura foram pontos chave na ação desses governantes, bem como para Felipe II.

Mas Felipe II era rei de Espanha. Mesmo possuindo outros títulos, eis o que melhor o definia. A quimera da universalidade imperial, que assombrou o “Temerário”, não o inquietou. Tampouco o sonho de reaver o ducado perdido, incessante desejo de seu pai.

Carlos V foi o último cavaleiro borgonhês, pois seu filho já era, para o historiador francês, irremediavelmente espanhol. Desse modo, mesmo a ordem do Tosão de Ouro tornou-se mera sobrevivência honorífica, lembrança fugaz dos sonhos de glória da antiga casa ducal.

³ VARELA, J. *La muerte del rey*, Op. Cit., pp.15-62.

⁴ FEBVRE, L. *Phillippe II et la Franche-Comté*. Paris, Flammarion, 1970, pp. 470-471.

Fontes e bibliografia geral

- Fontes:

BOHLER, Danielle (org.). *Splendeurs de la cour de Bourgogne*. Paris: Editions Robert Laffont, 1995.

COMMYNES, Philippe de. *Cronique & hystoire faicte et composée par feu messire Philippe de Commines chevalier seigneur d'Argenton contenant les choses advenues durant le règne du roy Loÿs onziesme tant en France Bourgogne Flandres Arthois Angleterre que Espagne et lieux circonvoisins: nouvellement reveue et corrigée avec la table des chapitres contenuz en ladite cronique*. Cambridge: Omnisys, [ca 1990]. Fac-simile de edição de 1523. Digitalizado em 1995.

Erasmus de Roterdã. *The education of a Christian prince*. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

_____. *Il lamento della Pace*. Turim, Tea: 1997

LA MARCHE, Olivier de. *Mémoires d'Olivier de La Marche*. In PETITOT, M. (ed.) *Collection Complète des mémoires relatifs a l'histoire de France depuis de le règne de Phillipe-Auguste , jusqu'au commencement du dix-septième siècle. Avec des notices sur chaque auteur et des observations sur chaque ouvrage* Paris: Foucault Libraire, 1825. Tomos IX e X. Digitalizado em 1995 pelo projeto Gallica <http://gallica.bnf.fr/>

Livro dos conselhos de el-rei D. Duarte (livro da cartuxa). Lisboa, Editorial Estampa, 1982.

Luís XI. *Lettres choisies*. Paris, Librairie Générale Française, 2001.

MAY, A (org.). *Anthologie poétique française. Moyen Âge 2*. Paris, Garnier Frères, 1967.

MOLINET, Jean. *Cy commence la tres desiree et prouffitabile naissance du tres illustre enfant Charles daurice filz du tres puissant prince mōseigneur larcheduc tres redoubte prince laquelle nativite a este cōpose par ung fatiste apelle Molinet*. Valenciennes, s. ed., 1501.

Portugal et Bourgogne au Xve. Siécle. Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes. Lisboa/Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995.

- **Bibliografia:**

- *Obras de referência*

Larousse Dictionnaire de Français. Paris: Larousse-Bordas, 1997.

Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Edições Paulinas, 1985

BOBBIO, Norberto et all (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília/São Paulo: Editora da UNB/Imprensa Oficial, 2002, 12^a edição, 2 v.

HASENOHR, Geneviève e ZINK, Michel (dirs.) *Dictionnaire des lettrés français. Le Moyen Âge*. Paris: Fayard, 1964.

LE GOFF, Jacques e SCHIMITT, Jean Claude. (orgs.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru/São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial, 2002, 2 v.

LOYN, H. R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

MERIENNE, Patrick. *Atlas Mondial du Moyen Âge*. Paris: Éditions Ouest-Frances, 2001.

REY, Alain (org.). *Le Robert – Dictionnaire historique de la langue française*. Paris: Le Robert, 1998, 3 v.

SERRÃO, Joel. *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985.

- *Referências na internet*

<http://gallica.bnf.fr/>

<http://fr.wikipedia.org/wiki/Accueil>

- *Livros, teses, artigos*

ACCORSI Jr., Paulo. “*Do azambujeiro bravo à mansa oliveira portuguesa*”. *A prosa civilizadora da corte do rei D. Duarte (1412-1438)*, dissertação apresentada à Área de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense para a obtenção do título de Mestre, 1997.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

APOSTOLIDES, Jean-Marie. *O rei máquina*. Brasília: EdUnb, 1993.

- BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- BAZIN, Jean-François. *Histoire de la Bourgogne*. Paris, Éditions Ouest-France, 2000.
- BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *A Sociedade Feudal* Lisboa: Edições 70, s.d.
- BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *Les écoles historiques*. Paris: Seuil, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1988.
- BOUREAU, Alain. *Le simple corps du Roi : L'impossible sacralité des souverains français, XVe-XVIIIe Siècle*. Paris: Éditions de Paris, 2000.
- BOUTET, Dominique e STRUBEL, Armand. *Littérature, politique et société dans la France du Moyen Âge*. Paris: Presse Universitaire de France, 1979.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Del escribano a la biblioteca. La civilización escrita europea en la alta edad moderna (siglos XV-XVII)*. Madri: 1997.
- _____. *Imagen y Propaganda. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madri: Akal Ediciones, 1998.
- BRAUDEL, Fernand. *Carlos V y Felipe II*. Madri: Alianza Editorial, 2000.
- _____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes 1996, 3 vol.
- BROWN, Andrew. "Bruges and the burgundian 'theatre-state': Charles the Bold and Our Lady of the Snow", *History*, vol. 84, n ° 276, 1999. pp 573-587.
- BULFINCH, Thomas. *Livro de ouro da mitologia. A Idade da fábula*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- BURKE, P. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*, São Paulo, Editora da UNESP, 1990.
- _____. *A fabricação do Rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. *Cartas*. São Paulo: Topbooks, 2003.

- _____. *Reflexiones sobre la historia universal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1953.
- CALMETTE, Joseph L. *The Golden Age of Burgundy: The Magnificent Dukes and their Courts*. Londres: Phoenix Press, 2001.
- CANTIMORI, Délio. *Los historiadores y la historia*. Barcelona: Ediciones Península, 1985.
- CARDOSO, Ciro F. S. e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- _____. e MALERBA, Jurandir (orgs.) *Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Ed. Papirus, 2000.
- _____. *Ensayos*. São José, Editorial de La Universidad de Costa Rica, 2001.
- _____. *Um historiador fala de teoria e metodologia. Ensaio*. Bauru, SP: Edusc, 2005, pp. 115-150.
- CARPEAUX, Otto Maria. “Jacob Burckhardt: profeta da nossa época” in *Ensaio Reunidos*. São Paulo: Topbooks, 2005.
- CHABOD, Frederico. *Carlos V y su imperio*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- _____. *Escritos sobre el Renacimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990
- CHARTIER, Roger. “Literatura e História”, *Topoi*, Rio de Janeiro, n ° 1, 2000. pp. 197-216.
- _____. *História cultural. Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand Brasil/Difel, 1992.
- _____. *A ordem dos livros Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da UNB, 1999.
- CHEVALIER, Pierre. *Les régicides*. Paris: Fayard, 1989.
- CUNHA, Mafalda Soares da. *A casa dos Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000
- DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, 2 vols.
- DE VOOGD, Christophe. *Histoire des Pays Bas*, Paris: Fayard, 2003.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, s.d.

- _____. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- _____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, 2 v.
- ELLIOT, John. “Europe of composite monarchies”, *Past and Present*, 137 (nov. 1992), pp. 48-71.
- _____. *Imperial Spain. 1469-1716*. Londres, Penguin Books, 2002.
- EMERSON, Catherine. *Olivier de la Marche and the Rhetoric of Fifteenth Century Historiography*. Suffolk: Boydell e Brewer, 2004.
- FACINA, Adriana. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003
- FEBVRE, Lucien. *A Europa. Gênese de uma civilização*. Bauru, EDUSC, 2004
- _____. *Phillippe II et la Franche-Comté*. Paris, Flammarion, 1970.
- _____. *Michelet e a Renascença*. São Paulo: Scritta, s.d.
- _____. e MARTIN, Henry-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo, Editora UNESP/Hucitec, 1992,
- FLANDRIN, Jean_louis e MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1998.
- FOURQUIN, Guy. *Senhorio e Feudalidade na Idade Média*. Lisboa: Edições Setenta, 1987
- GARIN, Eugenio (org.). *O homem renascentista*. Lisboa: Presença, 1991.
- GARRIGOU, Alain & LACROIX, Bernard (orgs.). *Norbert Elias. A política e a história*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- GAY, Peter. *O Estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GEERTZ, Clifford *Negara. O teatro-estado balinês no século XIX*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel, s.d.
- GOMES, Rita Costa. *A corte dos reis de Portugal na Idade Média*. Carnaxide: Difel, 1995.
- GOUVEA, Maria de Fátima. “A história política no campo da história cultural”, *Revista de História Regional*, Vol. 3. nº 1 Verão 1998.
- GUENÈE, Bernard. *A Europa nos séculos XIV e XV. Os estados*. São Paulo: Pioneira, s.d.
- HAMMACHER, A. M. *The book of art. Flemisch and dutch art*. Nova Iorque: Grolier Editions, 1965.

- HEERMA, A. J & STOLK, A. Van (orgs.). *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- HEERS, Jacques. *Louis XI*. Paris: Perrin, 1999.
- _____. *Fêtes de fous et carnivals*. Paris: Fayard, 1983.
- HOLMES, George. *A Europa na Idade Média: 1320-1450. Hierarquia e revolta*. Lisboa, Editorial Presença, 1975.
- HUIZINGA, Johan. *L'automne du Moyen Âge*. Paris: Payot, 2002.
- _____. *O declínio da Idade Média*. São Paulo: Editora Verbo/EDUSP, 1978.
- _____. *Homo Ludens*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- _____. *Erasmus and the age of reformation* Nova Iorque, Dover Publications, 1952.
- ISRAEL, Jonathan. *The Dutch Republic, its Rise, Greatness and Fall 1477/1806*. Oxford: University Press, 1998.
- JACQUOT, Jean (org.). *Fêtes de la Renaissance*. Paris, Éditions du CNRS, 1975, 3 vol.
- JOHNSON, Hugh. *A história do vinho*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- KANTOROWICZ, E. H *Los dos cuerpos del rey*, Madri, Alianza Editorial, 1985.
- KULL, Essel. “In the mirror of Van Eyck: Johan Huizinga’s *Autumn of the Middle Ages*” *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, 27:3, Outono 1997, pp. 353-381.
- KUPER, Adam. *Cultura. A visão dos antropólogos*. Bauru: EDUSC, s.d. pp. 105-159.
- LADURIE, E. Le Roi. “Auprés du roi. La cour.”, *Annales – E. S. C.*, 38e. anée, n ° 1, Paris, 1983.
- _____. *O Estado monárquico. França, 1460-1610*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. e FITOU, Jean-François. *Saint-Simon ou o Sistema da Corte*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. “L’histoire immobile”, *Annales – E. S. C.*, 29e. anée, Paris, 1974, pp. 673-682
- LAFORTUNE-MARTEL, A. *Fête noble em Bourgogne au Xve. siècle. Le banquet du Faisan(1454): aspects politiques, sociaux et culturels*. Montreal/Paris, 1984.
- LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, s. d.
- _____. “Pour un long Moyen Âge”. *Europe*, número especial, *Le Moyen Âge maintenant*, Out. 1983.

- _____. *São Luís. Biografia*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2002.
- _____. “Memória” e “História”. *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1 Memória/História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.
- _____(org.). *O homem medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, s.d.
- LISON TOLOSANA, Carmelo. *La imagen Del rey. Monarquía, realeza y poder ritual en la Casa de los Austrias*. Madri: Espasa-Calpe, 1991.
- LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1988.
- MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente*. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2004.
- MELLO E SOUZA, Laura de. “Idade Média e Época Moderna: fronteiras e problemas” *Signum Revista da ABREM*, vol. 7, 2005.
- MILLÁN, José Martinez (org.). *La Corte de Felipe II*. Madri: Alianza Editorial, 1999.
- MOMIGLIANO, Arnaldo *Ensayos de historiografía antigua y moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- _____ e RAMUNDO, Walter Marcelo. “O estado de Bodin no estado do homem renascentista” in: *Revista de História*. Departamento de História da Universidade de São Paulo. São Paulo: Humanitas, 2005, n.º 152, pp. 189-214.
- NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI)*. Madri: EDEUMA, 1988.
- OURSEL, Charles. *L’art de Bourgogne*. Paris: Arthaud, 1953.
- PALACIO ATARO, E. “El ceremonial borgoñon y la exaltación mayestática del poder real” *La monarquía del Escorial. Boletim del Museo e Instituto Camon Aznar*, 17, 1984, p. 1-14.
- PANOFSKY, Erwyn. *Les primitifs flamands*. Paris, 2001.
- PAULA, João Antonio de. “Lembrar Huizinga (1872-1945)” in *Nova Economia. Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG*, vol. 15, n º 1, janeiro-abril 2005, pp. 141-8.
- PIRENNE, Henri. *Maomé e Carlos Magno*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1970.
- PETERS, Edward. *The Promised Lands: The Low Countries Under Burgundian Rule, 1369-1530*. Pensilvania: University of Pennsylvania Press; 1999.

- _____ e SIMONS, Walter P. “The new Huizinga and the Old Middle Ages” *Speculum*, 74, 1994, pp. 587-620.
- POIRION, Daniel (org.). *La chronique et l’histoire au Moyen-Age*. Paris: Presses de l’Université de Paris Sorbonne, 1986.
- _____. *Littérature française. Le Moyen Age II (13300-1480)*. Paris: B. Arthaud, 1971.
- PREVENIER, Walter e BLOCKMANS, Win. *Les Pays-Bas bourguignons*. Antuérpia: Fond Mercator, 1983.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A Etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce Vida*. São Paulo: Brasiliense, s. d.
- RICHARD, Jean. *Histoire de la Bourgogne*. Paris: Privat, 1978.
- RODRIGUES, Ana Cristina. “Os Votos do Faisão: ideais de cavalaria na corte borgonhesa do século XV” SILVA, Andréia e SILVA, Leila (org.). *Atas da V Semana de Estudos Medievais do Programa de Estudos Medievais da UFRJ*. Rio de Janeiro, fevereiro de 2004.
- ROMANO, Ruggino (org.) *Memória/História Enciclopédia Enaudi*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, vol. 1, 1986.
- RUIZ, Teofilo. “Festivités, couleurs et symbols du pouvoir em Castille au Xve. siecle”, *Annales E. S. C.*, 46e. Anée, n ° 3.
- SCHELLE, Klaus. *Charles le Téméraire*. Paris: Fayard, 1979.
- SELLES, Márcio Paes. *Entre a corte e a capela. O espetáculo como legitimação do poder e propaganda na Dinastia de Avis (1385-1574)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- SALLMANN, Jean-Michel. *Charles Quint. L’Empire éphémère*. Pairs, Editions Payot, 2003.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento politico moderno*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996

- SMALL, Graeme. *George Chastelain and the Shaping of Valois Burgundy : Political and Historical Culture at Court in the Fifteenth Century*. Londres: Royal Historical Society; November 1997.
- SOARES, Nair. *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerônimo Osório*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, s.d.
- SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Culturas políticas. Ensaio de histórias cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, pp. 127-154.
- SOMMÉ, Monique. *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne : une femme au pouvoir au XVe siècle*, Paris: P.U.F., 1998
- STRONG, Ray. *Banquete*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.
- ULLMANN, Walter. *Historia del pensamiento politico em la Edad Media*. Barcelona: Editorial Ariel, s. d.
- VAUGHAN, Richard. *Philip the Bold*. Nova Iorque: Boydell & Brewer; 2002.
- _____. *John the Fearless: The Growth of Burgundian Power*. Nova Iorque: Boydell & Brewer; 2002.
- _____. *Philip the Good : The Apogee of Burgundy*. Nova Iorque: Boydell & Brewer; 2002.
- _____. *Charles the Bold : The Last Valois Duke of Burgundy*. Nova Iorque: Boydell & Brewer; 2002.
- _____. *Valois Burgundy*, Nova Iorque, Achron Books, 1975
- VARELA, Javier. *La muerte del rey. El ceremonial funerario de la monarquia española. 1500-1885*. Madri: Turner Libros, 1990.
- VÉRON, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1980.
- WAIZBORT, Leopoldo (org.). *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Edusp, 2001.
- WARNKE, Martin. *O artista da Corte*. São Paulo: Edusp, 2003.
- WEBER, Max. *Economia Y Sociedad*. México, Fondo de Cultura, 1997.
- WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou primavera dos novos tempos?* Lisboa: Edições 70, 1988.
- ZUMTHOR, Paul. *Langue, texte, énigme*. Paris, Éditions du Seuil, 1975

Anexo 1 – Cronologia

1309 – O papado se estabelece em Avignon.

1328 – Morte de Carlos VI, o Belo, último rei capeto da França. Ascensão da família Valois com Felipe VI.

1337 – Início da Guerra dos Cem Anos entre França e Inglaterra.

1347 – Eduardo III de Inglaterra toma Calais. Epidemia de peste negra no continente europeu.

1358 – Batalha de Poitiers. João II, O Bom, rei de França é capturado junto com seu filho caçula, Felipe.

1360 - Tratado de Brétigny-Calais. Com pagamento de resgate, João e Felipe retornam a França.

1361 – Morte de Felipe de Rouvres, duque da Borgonha. Extinção do ramo capeto.

1363 – Felipe, O Audaz, duque da Borgonha.

1364 – Carlos V, O Sábio, rei da França.

1369 – Felipe, O Audaz, casa com Margarida de Flandres. Começa a expansão borgonhesa.

1377 – O papa Gregório XI retorna a Roma. Ricardo II Plantageneta rei da Inglaterra.

1378 – Eleição de Urbano VI (Roma) e Clemente VII (Avignon). O Grande Cisma do Ocidente. O Ocidente passa a ter dois papas.

1380 – Carlos VI, O Bem Amado, rei da França.

1385 – João, mestre de Avis, torna-se rei de Portugal. Início da dinastia de Avis. João de Nevers, herdeiro da Borgonha, casa-se com Margarida da Baviera.

1396 – João Sem Medo participa da Cruzada de Nicópolis. Nasce Felipe, herdeiro da Borgonha.

1399 – Deposição do rei inglês Ricardo II. Fim do ramo angevino dos Plantagenetas na coroa da Inglaterra. Ascensão do ramo de Lancaster, com Henrique IV.

1404 – João Sem Medo, duque da Borgonha.

1405 – Morre Margarida de Flandres, viúva de Felipe e duquesa da Borgonha.

1407 – Assassinato de Luís, duque de Orléans, a mando de João da Borgonha. Início da guerra entre armagnacs e borgonheses.

1408 – Jean Petit apresenta a *Justification* na Universidade de Paris.

1413 – Henrique V, rei da Inglaterra.

1415 – Batalha de Azincourt. Derrota francesa nas mãos inglesas. Felipe, conde de Charolais e herdeiro borgonhês, casa com Michelle de França, filha de Carlos VI.

1416 – João Sem Medo alia-se aos ingleses.

1418 – Os borgonheses tomam Paris. Henrique V de Inglaterra conquista a Normandia.

1419 – Assassinato do duque João Sem Medo a mando do Delfim Carlos. Felipe, O Bom, duque da Borgonha.

1420 – Tratado de Troyes entre Inglaterra e França, mediado por Felipe da Borgonha. Henrique V casa com Catarina Valois, e é nomeado herdeiro legítimo da Coroa francesa em detrimento do Delfim. A França se divide em três: os ingleses e seus aliados dominam a Normandia, a região de Paris e o Norte, o Delfim e os seus partidários refugiam-se em Anjou e no Sul, enquanto que aos borgonheses coube a soberania sobre seus estados.

1422 – Mortes sucessivas de Carlos VI e Henrique V. O delfim proclama-se Carlos VII, enquanto que os interesses do herdeiro inglês, Henrique VI, são defendidos pelo regente em terras continentais, o duque de Beauford. Morte de Michelle de França, duquesa da Borgonha.

1424 - Felipe casa-se com Bonne de Artois, mas o matrimônio dura menos de um ano.

1425 – Nasce Olivier de La Marche. (?)

1428 – Embaixada borgonhesa a Portugal, para tratar do casamento de Felipe com uma das filhas de João de Avis. Jan Van Eyck participa da embaixada.

1429 – A guerra começa a tornar-se favorável a Carlos VII. Surge Joana D’Arc, dita “donzela de Orléans”. Carlos VII, devido a intervenção da “donzela”, é sagrado em Reims.

1430 – Casamento de Felipe da Borgonha com Isabel de Portugal, filha de D. João I. Fundação da ordem do Tosão de Ouro. Os borgonheses capturam Joana D’Arc e a entregam aos ingleses

1431 – A “donzela de Orléans” é executada pelos ingleses como herege em Roeun.

1433 – Nasce Carlos, único filho legítimo de Felipe, O Bom.

1435 – Tratado de Arras. Fim das hostilidades entre Felipe da Borgonha e Carlos VII. Final das conquistas inglesas em território francês.

1437 – Carlos VII entra em Paris. Olivier de La Marche entra para a casa da Borgonha.

1440 – A “Praguerie”, sublevação da nobreza contra Carlos VII, incitada pelo Delfim Luís. Frederico III é eleito Imperador, dando início à dinastia imperial dos Habsburgos. Carlos da Borgonha é casado com Catarina de França, que morre em 1446.

1450 – Criação do atelier de Gutenberg.

1453 – Tomada de Constantinopla pelo exército de Maomé II. Fim do Império oriental.

1454 – Felipe celebra o “Banquete do Faisão” em Lille. Carlos, conde de Charolais e herdeiro da Borgonha, casa com Isabel de Bourbon, que falece em 1465.

1455 – Guerra das Duas Rosas na Inglaterra, entre os Lancaster e os York. Geoges Chastellain é nomeado *indiciaire* da corte borgonhesa.

1456 – O Delfim Luís refugia-se na corte da Borgonha.

1457 – Nasce Maria da Borgonha.

1461 – Eduardo de York derrota Henrique VI e torna-se rei da Inglaterra, como Eduardo IV. Luís XI, rei da França. Olivier de La Marche torna-se *maitre d’hôtel*.

1465 – “Liga do Bem Público”, revolta de nobres e senhores contra Luís XI, liderados por Carlos, conde de Charolais.

1467 – Carlos, “O Temerário”, duque da Borgonha. Tratado de Peronne entre Borgonha e França. Nascimento de Erasmo de Roterdã. (?)

1468 – Casamento de Carlos com Margarida de York, irmã do rei da Inglaterra.

1469 – Isabel e Fernando, herdeiros respectivamente de Castela e Aragão, casam-se.

1472 – Início da escrita das *Mémoires* de Olivier de La Marche. Liège subleva-se devido a ação de agentes de Luís XI.

1471 – Eduardo IV é deposto por Henrique VI, busca refúgio nos Países Baixos borgonheses, e reassume a coroa inglesa.

1473 – Georges Chastellain é feito cavaleiro da ordem do Tosão de Ouro.

1474 – Carlos da Borgonha rompe definitivamente os laços feudais com a França, reconhecendo Eduardo IV como rei francês e estabelecendo um parlamento em Dijon. Isabel, rainha de Castela.

1475 – Eduardo IV desembarca em Calais. Tratado de Picquigny entre Luís XI e Eduardo IV: fim da Guerra dos Cem Anos. Morte de Georges Chastellain. Jean Molinet assume como *indiciaire*.

1477 – Carlos da Borgonha é morto em Nancy. Fim da linhagem Valois de duques da Borgonha. Luís XI toma as terras duciais borgonhesas, enfrentando alguma oposição. A herdeira de Carlos, Maria, é obrigada a conceder o Grande Privilégio às cidades da Flandres e dos Países Baixos. Casa com Maximiliano de Áustria, filho do imperador Frederico III.

1478 – Estabelecimento da Inquisição em Castela.

1479 – União dos reinos ibéricos de Aragão e Castela, com a ascensão de Fernando ao trono de Aragão. Nasce Felipe, O Belo, herdeiro de Maria da Borgonha e Maximiliano de Áustria.

1482 – Maria da Borgonha morre devido a um acidente de caça. Maximiliano assume o governo das possessões borgonhesas como regente em nome do filho. Tratado de Arras entre Luís XI e Maximiliano.

1483 – Carlos VIII, rei da França. Olivier de La Marche redige *Le chevalier delibere*. Eduardo V, rei da Inglaterra, deposto por Ricardo III.

1484 – Olivier de La Marche é nomeado tutor de Felipe, O Belo. Retoma a escrita das suas *Mémoires*.

1485 – Henrique VII, rei da Inglaterra. Início da dinastia Tudor.

1486 – Maximiliano é eleito rei dos romanos.

1492 – Granada cai em mãos cristãs. Fim do estado árabe na Península Ibérica. Colombo chega à América insular.

1493 – Com a morte sem herdeiros de Carlos VIII, Luís XII, duque de Orléans, rei da França. Erasmo entra no serviço do bispo de Cambrai. Morte do Imperador Frederico III. Maximiliano, imperador. Felipe assume as possessões borgonhesas.

1496 – Felipe, O Belo, casa com Joana, filha dos reis espanhóis.

1500 – Carlos de Áustria, filho e herdeiro de Felipe, O Belo, nasce em Gand.

1501 – Publicação do genitilíaco de Jean Molinet em homenagem ao nascimento de Carlos de Áustria.

1502 – Viagem de Felipe e Joana à Espanha para confirmá-la como sucessora dos reis católicos. Morte de Olivier de La Marche.

1504 – Erasmo redige um panegírico para o jovem Habsburgo, lido na sua volta à Gand. Morte de Isabel de Castela. O casal retorna definitivamente à Espanha. Joana, sua filha, assume. Considerada incapaz de governar, seu marido governa em seu lugar.

1506 – Morte de Felipe, O Belo. Fernando de Aragão como regente em Castela. Margarida, irmã de Felipe, fica como regente das terras borgonhesas e responsável pelo jovem Carlos.

1507 – Morte de Jean Molinet.

1509 – Henrique VIII, rei da Inglaterra.

1513 – Maquiavel redige *O príncipe*, que só será publicado três anos depois.

1515 – Francisco I, descendente de Carlos V, rei da França. Maioridade de Carlos de Áustria, que assume o título de duque da Borgonha. Erasmo é nomeado conselheiro de Carlos e começa a redação de um “espelho de príncipe”.

1516 – Erasmo publica *Educação do príncipe cristão*. Maquiavel publica *O príncipe* e Tomás Morus, a *Utopia*. Com a morte de Fernando de Aragão e a incapacidade de sua mãe, Joana de Castela, Carlos torna-se rei de Aragão e de Castela, apesar de dividir esta última com a sua mãe até 1555. Encontro de Cambrai entre Carlos, Francisco I e Maximiliano. Erasmo redige *O lamento pela paz*.

1517 – Lutero publica as suas teses.

1519 – Morte de Maximiliano de Áustria. Carlos V eleito Imperador. Lutero rompe com a Igreja.

1520 – Condenação do luteranismo por Roma. Revolta dos *comuneros* contra Carlos V em Castela.

1521 – Dieta de Worms. O Império condena o luteranismo.

1524 – Polêmica entre Erasmo e Lutero, sobre a questão do arbítrio humano.

1525 – Batalha de Pávia. Francisco I cai prisioneiro das tropas imperiais. D. João III, rei de Portugal, casa com Catarina, irmã de Carlos V.

1526 – Tratado de Madri. Em troca de sua liberdade, Francisco promete a restituição do ducado da Borgonha ao herdeiro do duque morto em Nancy, e também o abandono de suas pretensões no Norte da Itália. O tratado não foi cumprido. Casamento de Carlos V com a princesa Isabel de Portugal.

1527 – Saque de Roma pelas tropas de Carlos V. Nascimento de Felipe II.

1529 – A “Paz das Damas”, em que Francisco I desiste das pretensões italianas e Carlos V abre mão do ducado borgonhês.

1530 – Carlos V é coroado imperador em Bolonha.

1531 – Fernando de Áustria, irmão de Carlos V, é eleito rei dos romanos.

1539 – Morte de Erasmo de Roterdã.

1545 – Início do Concílio de Trento.

1547 – Henrique II, rei da França. Eduardo VI, rei da Inglaterra.

1549 – Pragmática Sanção. Carlos V separa os Países Baixos borgonheses como entidade política, desvinculando-os do Império.

1553 – Maria I, rainha de Inglaterra.

1554 – Felipe, herdeiro de Carlos V, casa com Maria Tudor, rainha da Inglaterra.

1555 – Morte de Joana, rainha de Castela. Paz de Ausburgo entre Carlos V e os luteranos alemães, definindo que a religião de um território seria a religião do senhor que o governasse. Começa o processo de abdicação de Carlos V, que entrega as terras que sobraram da herança borgonhesa a Felipe II.

1556 – Carlos termina a abdicação de seus títulos terrenos. Felipe II, rei da Espanha e Fernando de Áustria, imperador.

1558 – Carlos, já despojado de seus títulos, morre em Yuste, na Estremadura.

1586 – O corpo do antigo imperador é transportado para o Escorial, por ordens de seu neto, Felipe III de Espanha.



Figura 2 – Detalhe do Poço de Moisés obra em granito de Claus Sluter. Convento de Champmol, c. 1390. Claus Sluter foi um destacado escultor do fim do século XIV, e tornou-se responsável pelos dois maiores empreendimentos do duque Felipe, O Audaz, em relação às artes: o convento de Champmol, destinado a ser o último repouso do duque em meio a monges da ordem dos Cartuchos; e a escola de arte de Dijon. A fonte de Moisés é parte de um conjunto de peças sacras chamado “Calvário de Champmol”, do qual pouco restou.

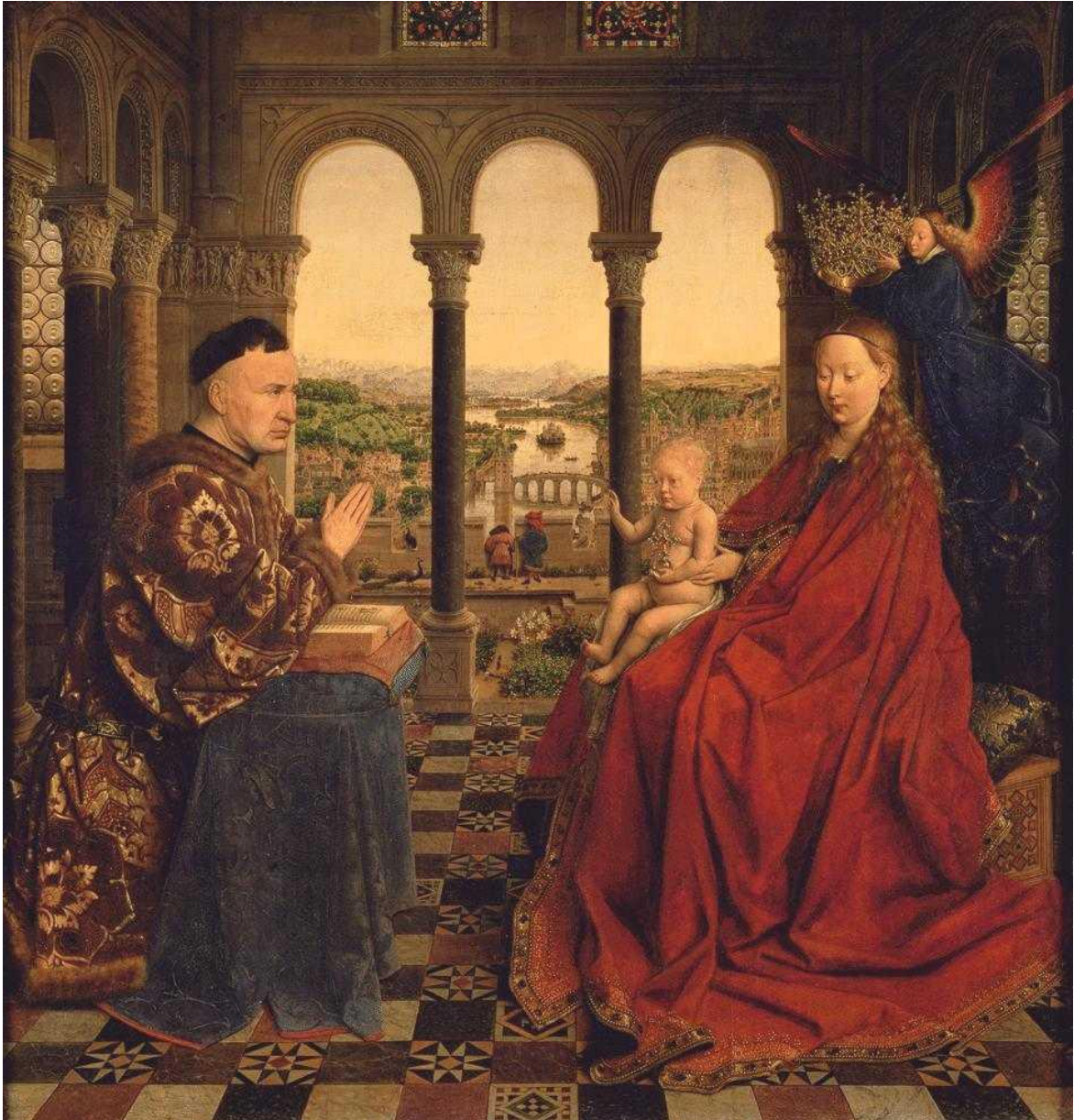


Figura 3 – A madona do Chanceler Rolin (Jan Van Eyck) Óleo sobre tela, c. 1433. Museu do Louvre, Paris. Nicolas Rolin foi um dos mais importantes servidores borgonheses durante o período de Felipe, O Bom. De posses modestas no começo de sua carreira, morreu com posses consideráveis, principalmente oriundas de doações do duque e de outros senhores – Richard Vaughan comenta a possibilidade do chanceler ter recebido presentes do rei Carlos VII por ter influenciado favoravelmente na assinatura do tratado de Arras em 1435. Rolin foi um importante mecenas e patrono nos domínios borgonheses. A sua pintura com a madona retrata ao fundo uma cidade, possivelmente dos Países Baixos.



Figura 4 - Adoração dos Reis Magos (Roger Van der Weyden) Óleo sobre tela. c. 1455-60 Grande Pinacoteca, Munique. Pelas demais representações deixadas dos duques da Borgonha, é tido como certo que o rei-mago ajoelhado em adoração é Felipe, o Bom, enquanto que seu filho, Carlos, está em pé na extrema direita. Foi pintada a mando de um doador, que está representado na extrema esquerda, ajoelhado. Pai e filho aparecem aqui despidos de seus trajes escuros e sóbrios, típicos de seus retratos como duques da Borgonha. Nesta pintura, são representados como reis orientais, portadores de riquezas e sabedorias. Participam como atores de uma cena sagrada, algo incomum nas pinturas flamengas da época, mas que tem paralelos na Península Itálica, onde Van der Weyden passou uma temporada.



Figura 5 - Retrato de Felipe, O Bom (Ateliê de Roger Van der Weyden). Óleo sobre tela. C. 1460. Gemaldegalerie, Berlim. O preto fechado tornou-se símbolo da corte borgonhesa e difundiu-se na Espanha dos Habsburgos, onde se tornou um dos atributos do rei. No pescoço, a insígnia de rei da ordem do Tosão de Ouro, fundada por Felipe em 1430.



Figura 6- Retrato de Carlos da Borgonha (Ateliê de Roger Van der Weyden). Óleo sobre tela. c. 1460. Gemaldegalerie, Berlim. O último duque da linhagem foi visto por longo tempo sob uma luz desfavorável por historiadores e ficcionistas, que destacavam seu fim trágico como resultado de uma temeridade que beirava a loucura. Carlos visto por La Marche é um modelo, vítima da vontade divina de mostrar que o destino é incerto, por isso teve uma morte indigna de sua qualidade. O retrato representa o futuro “Temerário”, apelido dado pelos franceses, enquanto conde de Charolais. Usa o preto da corte e o colar da ordem, ainda como cavaleiro. Ao assumir o ducado e a ordem, passaria a usar o colar de Felipe, que apareceu na figura anterior.



Figura 7 – Retrato de Carlos da Borgonha (Peter Paul Rubens) Óleo sobre tela. c. 1618. Kunsthistorisches Museum, Viena. Eis o retrato quimérico de Carlos, visto pelo século XVII. A ordem do Tosão está presente, mas muito mais discreta do que no retrato pintado por Van der Weyden. Aqui o “Temerário” aparece não no sóbrio vestuário negro, mas em trajes de batalha, de armadura e manto. A visão belicosa do último duque da Borgonha fixou-se no imaginário ocidental, até a revisão historiográfica do século XX. O pintor flamengo serviu a diversas cortes, como a espanhola, inglesa e francesa, mas é apontado como tendo um grande sentimento em relação à Flandres e a sua ligação com a casa Habsburgo.